

arqueologia
património
e história local

nº3 - maio / novembro 84

150\$00

al-mada

centro de arqueologia de almada



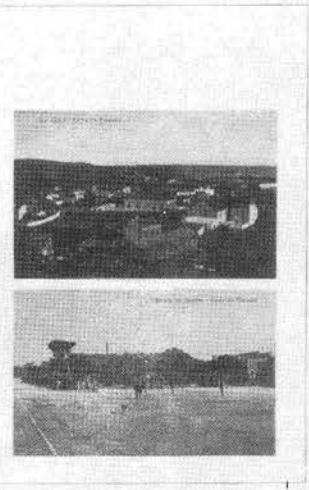
1974-84: 10 anos de
associativismo
em liberdade!



na procura das origens de setubal ...o estudo tipológico dos artefactos líticos
 1383-1385: e em almada como foi? igreja de sta. maria do castelo um monu-
mento desaparecido trabalhos arqueológicos nos paços do concelho de almada
 dossier património local: quinta da ramalha... arquitectura corrente de macau



Contra-capas:
Duas imagens antigas da
zona da Cova da Piedade
(Almada)



Capa:
Fotomontagem de Jorge
Machado Dias

NESTE NÚMERO

- 1 – Editorial
- 2 – Na procura das origens de Setúbal
- 7 – Um ex-voto lusitano-romano
- 8 – As vias modernas do estudo tipológico dos artefactos líticos
- 13 – 1383/1385: e em Almada com foi?
- 20 – 1383/1385: cronologia
- 21 – Igreja de Santa Maria do Castelo: um monumento desaparecido
- 25 – Trabalhos arqueológicos nos Paços do Concelho de Almada
- 28 – Intervenção arqueológica na Igreja Paroquial de Corroios
- 31 – 1974/1984: Dez anos de associativismo em liberdade
- 36 – Dossier Património: Ramalha – zona arqueológica em perigo
- 38 – Aconteceu em 26 de Agosto de 1931 – Largo das Víumas/Almada
- 41 – Conhecer: a arquitectura corrente de Macau
- 44 – Palavras: museologia, museografia, museus...
- 46 – Livros
- 48 – Notícias: actividade científica
- 59 – Dos jornais

Propriedade e Edição:
Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 103 (Torcatas)
2801 ALMADA CODEX
PORTUGAL

Registo de Imprensa n.º 108998

Director:
Luis Manuel Boa Ventura de Barros

Corpo Redactorial:

Ana Lúisa
Jorge Raposo
Júlia Pinheiro
Luis Gouveia

Grafismo:
Jorge Machado Dias
Jorge Raposo

Traduções:
Fernanda Gomes
Jorge Simões

Composição e Montagem:
Fotocompográfica

Impressão:
Batista, Machado & Miranda, Lda.

Colaboram neste número:
Alexandre Castanheira
António Nabais
Armando Sabrosa
Associação Académica de Almada
Carlos Marreiros
Carlos Tavares da Silva
Centro Cultural de Almada
Elisabeth Carvalho
Fernanda Gomes
Fernando Falcão
Grupo I. Teatral da Trafaria
Irene Fialho
Joaquina Soares
José Alberto Monteiro
José Manuel Garcia
Luís Pequito Antunes
Luis Raposo
Maria João Peres
Maria Rosa Colaço
Paulo Buchinho
Paulo Espírito Santo
Pedro Dantas
Raul H. Pereira de Sousa
Rui Brito
Semear para Unir
Soc. Rec. Trafariense

Tiragem:
2 000 exemplares

Apoios:
CMA e IPPC (aquisição de exemplares)
e Dir. Geral da Ação Cultural

Solicita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht
Sollicitiamo intercâmbio

Editorial

«Na maior parte dos países, até ao momento presente, a protecção das estações arqueológicas não ameaçadas de imediata destruição é mais teórica que prática; é praticamente inexistente a das estações em perigo pela acção da vida moderna. [...]»

Num país em vias de modernização industrial e agrícola, a protecção dos achados deve estar assegurada não apenas pela sua classificação depois de descobertos, mas por uma verdadeira inviolabilidade de princípios. [...]»

Uma densa rede de pré-historiadores amadores tem aqui uma função de primeira ordem na detecção, informação e colaboração em verdadeiras escavações. As estações arqueológicas estão tão necessitadas de protecção como as últimas águias [...]»

A distinção entre o que deve ser salvo por grupos de amadores bem formados e o que em extremo deverá mobilizar os melhores especialistas, compete a organismos que, na maioria dos países, só existem em estado embrionário. [...]»

Gourham, André-Leroy, La Prehistoria, Editorial Labor, S.A. Barcelona, 1982, pp. 149-153 (tradução livre).

Já aprovado na generalidade, discute-se neste momento na Comissão de Cultura da AR o Projecto-Lei n.º 85/3 de 23/6/83 sobre Património Cultural Português.

Tratando-se de legislação geral, carece obviamente de medidas complementares sem as quais o seu valor prático será nulo – defender o Património Nacional é mais do que publicar um projecto de intenções. Porque de intenções tratam os sete artigos referentes ao património arqueológico (que poderá observar mais atentamente na secção noticiosa desta mesma revista).

Esperemos agora pela sequência que será dada a este projecto de decreto-lei. Na área da prevenção (prioritária quanto a nós), não cremos vêr a situação melhorar a curto prazo: esperar que um construtor civil, privado ou dependente do Estado, detecte durante o seu trabalho um achado (que na maioria dos casos não saberá identificar) e cumpra a sua obrigação de o comunicar sabendo que não tem a recuar qualquer acção fiscalizadora ou que, em último caso, as penalidades a sofrer serão irrisórias (não é por acaso que a Comissão Nacional de Arqueologia pede o seu agravamento), é ingenuidade ou sinal de muito tempo passado dentro de gabinetes. E isto quando se têm já exemplos mais do que suficientes do excelente aproveitamento turístico-cultural de achados arqueológicos em zonas urbanas, valorizando a arquitectura dos edifícios e rentabilizando os benefícios do construtor.

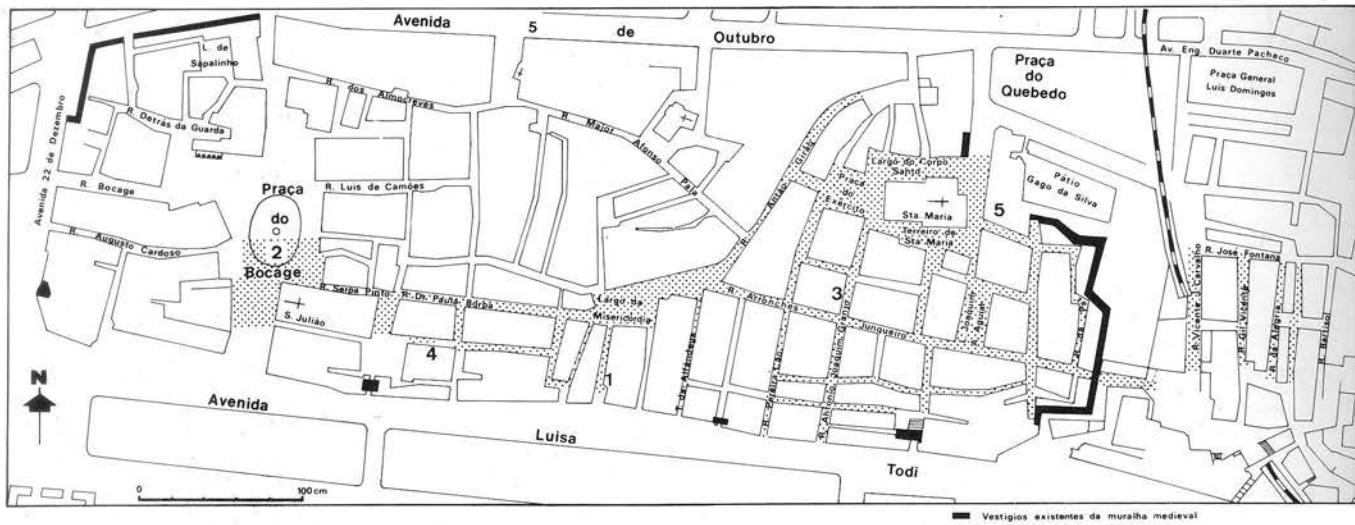
A quem caberá então realizar o trabalho de prospecção, fiscalização e inventariação indispensável para que se reduzam ao mínimo as hipóteses de destruição de vestígios arqueológicos, «tão necessitados de protecção como as últimas águias»? E, em situação de facto, quem tem a responsabilidade de intervir e com que meios?

Entre outras, estas foram algumas das preocupações que levaram à criação dos Serviços Centrais e Regionais de Arqueologia do IPPC (Dec.-Lei 403/80, de 26 de Setembro de 1980). Passados quatro anos, os Serviços são pouco mais do que directores sem funcionários, trabalhando, no melhor dos casos, com um ou dois professores requisitados temporariamente e/ou contratados a prazo (o que tem vindo a ser sistematicamente reduzido até à sua recusa total no corrente ano). Que fazer então?

Estes problemas ultrapassa-os o projecto de decreto-lei com subtilidade: as autarquias assumirão a responsabilidade dos testemunhos enquanto o Poder Central decide das medidas a tomar (!).

Não achamos que o Poder Central tenha de resolver todos os problemas (coisa de que seria incapaz por andar bem longe de os conhecer), ao contrário, cremos que pelas autarquias passa a viabilização de qualquer projecto de defesa do Património regional. Mas, ao responsabilizá-las por essa missão há que fornecer-lhes os meios necessários – legislativos, técnicos, humanos e financeiros.

Por outro lado, e já que falamos em descentralização e conhecimento da realidade, porque será de novo esquecido o papel das Associações de Defesa do Património e dos Grupos de Arqueologia implantados um pouco por todo o país, os quais a presente legislação nem sequer refere?



NA PROCURA DAS ORIGENS DE SETÚBAL

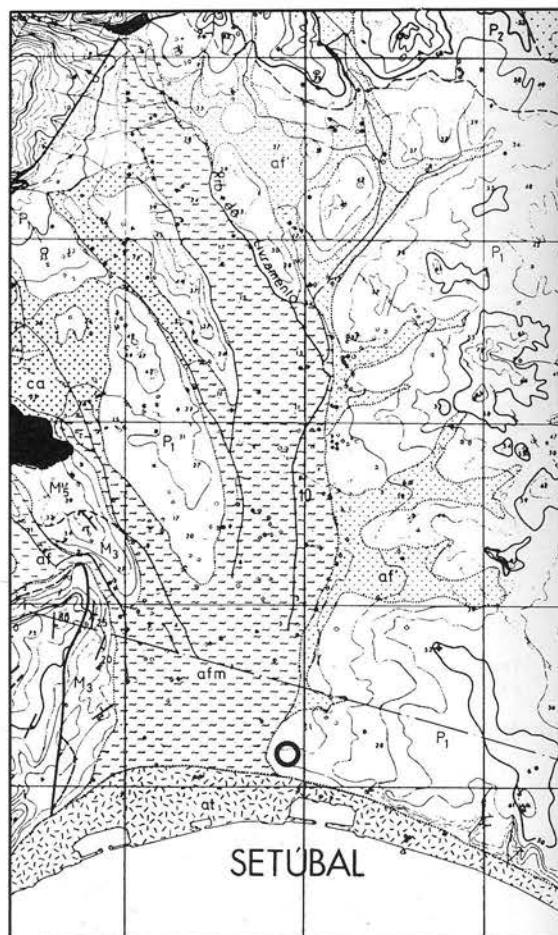
Por Carlos Tavares da Silva (*)
e Joaquina Soares (**)

Setúbal pré-romana

Até há cerca de três meses (Fevereiro de 1984) afirmávamos: «os mais antigos vestígios da ocupação humana do que é hoje a cidade de Setúbal remontam há quase dois mil anos». Neste momento, graças a novos elementos revelados pelas escavações de emergência que o Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, com o apoio do Instituto Português do Património Cultural, está a realizar na Travessa dos Apóstolos (fig. 1, n.º 5) – zona situada em um ponto alto das traseiras da igreja de Santa Maria –, podemos recuar os inícios da ocupação humana de Setúbal ao século VII a.C., ou seja, ao chamado Período Orientalizante (I Idade do Ferro). Com efeito, um corte estratigráfico com cerca de 4 metros de potência, obtido junto de um dos troços da muralha medieval, revelou uma importante sequência. O estrato mais profundo forneceu abundante cerâmica montada à mão, com formas características do Bronze Final mas já com alguma cerâmica cinzenta, cerâmica de engobe vermelho tartesso-oriental. Trata-se do nível correspondente à implantação, sobre um substrato autóctone dos finais da Idade do Bronze, dos mais antigos influxos de carácter mediterrâneo, ligados à expansão de grupos fenícios ou paleo-púnicos.

Fig. 2 – Localização (círculo a negro) do núcleo da Idade do Ferro, sobre um esporão banhado pelas águas da baía e de um braço de mar hoje ocupado pela baixa aluvionar de Setúbal. (Carta de Unidades Geotécnicas da autoria de A. M. L. Gomes Coelho).

Fig. 1 – Planta do «Centro Histórico» de Setúbal. Estão assinaladas (ponteadas) as ruas que em 1957, aquando da construção da rede de saneamento, forneceram materiais da Época Romana. Os números indicam os locais onde o Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal tem realizado trabalhos arqueológicos: 1 – Travessa de Frei Gaspar (fábrica de salga da Época Romana); 2 – Praça do Bocage (fábrica de salga da Época Romana); 3 – Rua de António Joaquim Granjo (nível de ocupação da Época Romana); 4 – Rua António Januário da Silva (salgadeira romana); 5 – Travessa dos Apóstolos (níveis da Idade do Ferro e da Época Romana).



(*) Arqueólogo responsável pelo Sector de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines.

(**) Directora do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.

No que é hoje a zona mais alta do «Centro Histórico» de Setúbal, situada entre a igreja de Santa Maria e o Miradouro – ao tempo uma espécie de esporão banhado pelas águas da baía e de um largo braço de mar que penetrava nos terrenos baixos, até áreas ocupadas actualmente pelos bairros do Montalvão e do Liceu (fig. 2) – surge então um estabelecimento, talvez de carácter essencialmente comercial que, localizado na desembocadura do Sado, constituiria a base a partir da qual os comerciantes mediterrânicos iriam, através do rio, manter contactos com as ricas regiões mineiras do interior alentejano. Em Alcácer, novo entreposto seria criado (¹).

O nível arqueológico que se depositou sobre o estrato anteriormente referido oferece já abundante cerâmica produzida ao torno e escassa cerâmica manual, sendo a primeira muito semelhante à do estrato mais profundo. Corresponde à fase do séc. VII-VI a.C., durante a qual se assiste a um maior enraizamento das influências orientais.

O estrato seguinte, por enquanto mal caracterizado, é datável do séc. IV-III a.C. e mostra elementos que estão na evolução dos níveis anteriores. A cerâmica cinzenta mantém-se abundante; surge agora a cerâmica de engobe vermelho ibero-tartessica; as ânforas pertencem a tipos ibero-púnicos; a cerâmica manual é raríssima. Tal como verificámos no Castelo de Alcácer do Sal, também em Setúbal a Idade do Ferro revela um carácter fundamentalmente mediterrâneo, de componente cultural essencialmente semita; o elemento de feição continental, celtizante, está pois ausente deste entreposto costeiro.

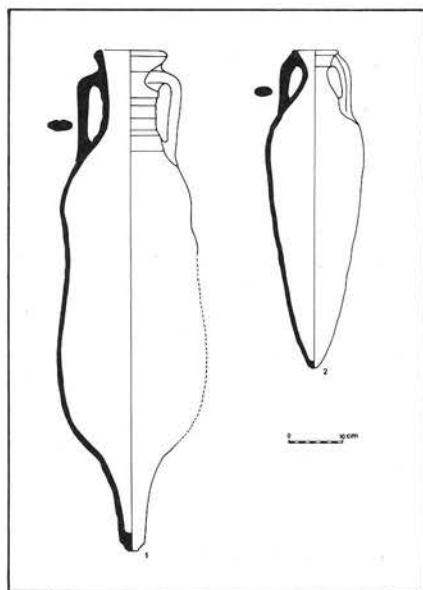


Fig. 3 – As ânforas romanas mais comuns em Setúbal pertencem às formas Beltran IV (n.º 1) e Almagro 51C (n.º 2), produzidas em fornos das margens do Sado. A primeira foi utilizada no transporte de salga de peixe durante os séculos I e II d.C.: a segunda, talvez utilizada com o mesmo fim, existiu entre os séculos III e IV/V d.C..



Fig. 4 – Aspecto da fábrica de salga de peixe da Época Romanaposta a descoberto na Travessa de Frei Gaspar.

Na sequência estratigráfica que estamos a seguir (de baixo para cima), os níveis médios são da Época Romana, mais propriamente do séc. II d.C. e dos sécs. III-V/VI d.C. Nesta zona da acrópole não foram, por conseguinte, até agora, identificados os níveis do Ferro final ou romano-republicanos, bem como o do séc. I d.C. (este último já reconhecido em muitos outros pontos do «Centro Histórico» de Setúbal).

A Setúbal romana

Possuímos já numerosos testemunhos arqueológicos da existência, durante a época Romana, entre os séculos I e IV/V da nossa Era, de um importante núcleo populacional localizado principalmente entre o Bairro de S. Domingos e a Praça do Bocage.

Já no primeiro decénio do século actual, ao construir-se o túnel do Caminho de Ferro Palhais-Fontainhas, fora descoberta, nas proximidades do Miradouro, uma necrópole romana de inumação com materiais dos séculos I, II e IV/V d.C. As sepulturas, segundo relato manuscrito deixado por A. I. Marques da Costa e publicado por um de nós (C.T.S) em 1966, tinham orientação este-oeste; eram, quanto à forma, de dois tipos: hexagonais, com as paredes formadas por tijoleiras trapezoidais sobrepostas e cobertas por placas de mármore; rectangulares e com paredes de *tegulae* colocadas verticalmente. Uma destas últimas possuía 2 m de comprimento, 0,5 m de largura e 0,4 m de profundidade.

Em 1957, aquando da construção da rede de saneamento que determinou a abertura de valas em uma extensão de 25 237 metros (Marques da Costa, 1960), abrangendo, pois, uma vasta área da cidade, foram postos a descoberto numerosos vestígios da Época

Romana distribuídos por dois núcleos, separados entre si provavelmente por um esteiro existente na zona ocupada actualmente pela Avenida 22 de Dezembro: um núcleo oriental e maior que se estendia do alto de S. Sebastião até à Praça do Bocage, sendo limitado a norte pela Rua de Paula Borga, Largo da Misericórdia e Rua Antão Girão (inclusive) e, a Sul, pela Av. Luís Todi (exclusive), artéria na época abrangida pela praia; outro, ocidental e de reduzidas dimensões, restringido a um curto troço da Rua Direita de Troino. Além de terem sido recolhidas, de uma forma não sistemática, abundantes peças datadas dos sécs. I ao IV (Marques da Costa, 1960), foram assinaladas algumas estruturas: na Rua Direita de Troino, quatro pavimentos de *opus signinum* e paredes de *opus incertum*; na Praça do Bocage, um pavimento de *opus signinum* e troços de muros; na Praça do Exército, 85 tijolos de quadrante correspondentes a colunas; na Rua de Vasco Soveral, base de coluna de mármore encontrada junto de um pavimento de *opus signinum* e nas Travessas de Frei Gaspar, da Misericórdia, da Alfândega e de S. José, nas Ruas de Arronches Junqueiro e de Romão Dias, nos Largos de Santa Maria da Graça e de José António de Aguiar, pavimentos, em geral de *opus signinum*.

temas...



ao lado:
Fig. 5 – Aspecto geral da escavação na Praça do Bocage.

em baixo:
Fig. 6 – Parte de uma fábrica de salga de peixe da Época Romana posta a descoberto na Praça do Bocage.

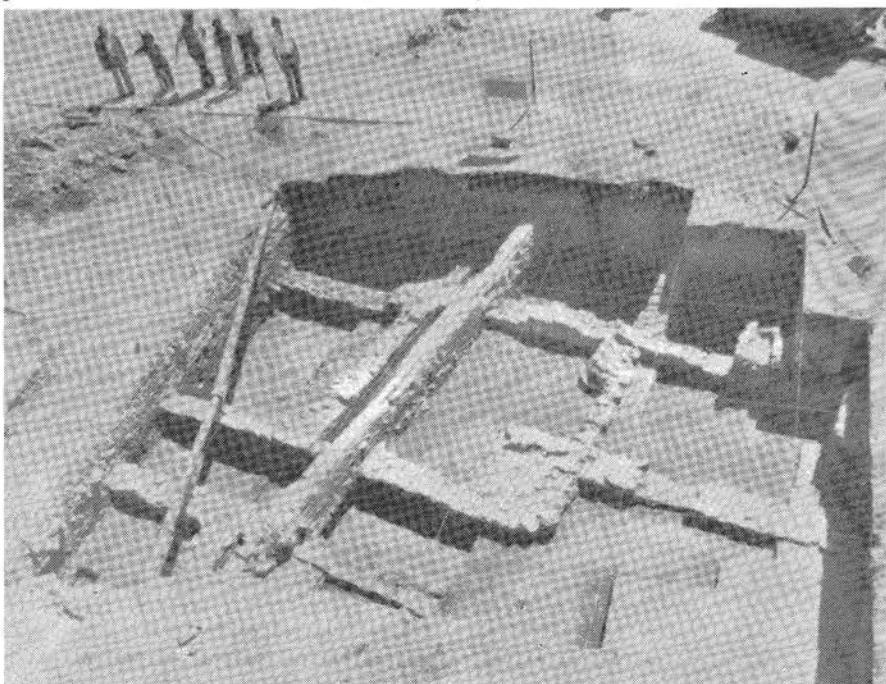
Do abundante material anfórico então recolhido, infelizmente muito fragmentado, salientam-se as formas *Beltran IV* e *Almagro 51C*. Com efeito, e tal como foi notado por A. Coelho-Soares e C. Tavares da Silva (1978), as formas de ânforas que predominam na área urbana de Setúbal são as conhecidas pela designação de *Beltran IV* e *Almagro 51C* (fig. 3). Ambas seriam produzidas em olarias das margens do que é hoje o estuário do Sado (Quinta da Alegria, Pinheiro), a primeira forma na segunda metade do séc. I e durante o séc. II e a segunda nos séculos III-IV, juntamente com a forma *Almagro 50*, também frequente na área urbana de Setúbal. Seriam utilizadas para conter e transportar salga de peixe. A abundância destes tipos de ânforas, especialmente da *Beltran IV*, na cidade de Setúbal, explica-se facilmente se tivermos presente que aqui funcionou e floresceu, possivelmente nos finais do séc. I e nos inícios do séc. II, um importante centro industrial de conserva de peixe.

O aparecimento de exemplares de ânforas importadas mostra o estabelecimento de contactos comerciais entre a Setúbal romana e diversas outras regiões do império: a península itálica de onde, no séc. I, se importaria vinho (ânfora *Dressel 2-4*); a Bética, de onde teria vindo salga de peixe (ânfora *Beltran II*) – talvez nos três primeiros quartéis do séc. I, numa altura em que esta indústria ainda não florescia nas margens da desembocadura do Sado –, bem como azeite (ânforas *Dressel 20*), entre os séculos I e III; e, por fim, o Norte de África (ânfora *Beltran 56*), região que a partir do século III passou a substituir a Bética na exportação de azeite.

Ainda no que concerne ao material anfórico setubalense há a assinalar o

Em Julho de 1971 acompanhámos novamente a abertura de caboucos, agora na Rua Arronches Junqueiro (entre os n.os 52 e 56), tendo sido recolhidos materiais romanos tardios (p. ex.: sigillata clara D da forma 59, datada de 320 a 420 d. C.) e identificado estruturas: à profundidade de 1 metro, pavimento de *opus signinum* assente sobre telhas curvas (*imbrices*) e de rebordo (*tegulae*) que, por sua vez, se encontravam sobre uma fina camada de areão amarelado; à profundidade de 1,40 m, no seio de uma camada de areia argilosa do Pliocénico, sem materiais arqueológicos, uma conduta de água romana de secção transversal rectangular (internamente com 0,45 m de largura por 0,40 m de altura) e com a orientação N.N.E.-S.S.O..

Com a criação, em Dezembro de 1974, do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, o subsolo da cidade passou a ser objecto de observações sistemáticas, integradas em um projecto de âmbito mais vasto que visa conhecer a evolução urbana de Setúbal, desde as suas origens aos dias de hoje. De facto, a história desta cidade, pela grande escassez ou mesmo total ausência de documentos escritos (período anterior ao século XIII), só pode ser devidamente apreendida através do concurso da Arqueologia. Sondagens e escavações arqueológicas de emergência promovidas por aquele museu e aproveitando a realização de obras públicas ou privadas no chamado «Centro Histórico», têm permitido pôr a descoberto conjuntos de construções que indicam ter sido a Setúbal romana um núcleo urbano-industrial dedicado especialmente, tal como o de Tróia, à salga de peixe.



Assim, em 1979, nas traseiras da actual Caixa Geral de Depósitos, na Travessa de Frei Gaspar, entre a Av. Luísa Todi e o Largo da Misericórdia, foi escavada parte de uma fábrica de salga de peixe. É constituída por tanques rectangulares ($0,80 \times 1,20$ m e $1,60 \times 3$ m) e quadrangulares (2,20 m de lado), com a profundidade, em geral, de 1,30 m; formam uma dupla fila limitada a Este pelo muro exterior da fábrica e, a Oeste, por uma área de circulação ou pátio; são revestidos por *opus signinum*; as paredes ligam-se, interiormente, através de ângulos arredondados e fazem com o fundo uma meia cana saliente. Muitos destes tanques conservam, sobre o fundo, uma camada muito rica em escamas e espinhas de peixe, representando os restos da última produção de salga.

No exterior da fábrica (zona Este) surgiram construções de carácter habitacional como pavimentos e muros que delimitavam um pátio interior rodeado por colunas. Estas construções integravam uma camada que continha *terra sigillata* sudgálica e fragmentos de recipientes de «paredes finas» decorados a areia e barbotina; datável de meados e do terceiro quartel do séc. I, a referida camada assentava sobre areia de praia e foi cortada pela abertura da vala destinada à construção do muro exterior da fábrica. Perante este último dado, pensamos que o funcionamento da unidade fabril teve os seus inícios nos finais do séc. I. Após uma fase de abandono, pelo menos parcial, talvez centrada nos séculos III e IV e durante a qual muitos dos tanques são utilizados como lixeira, a laboração de

parte da fábrica ressurge no séc. V, altura em que alguns dos tanques recebem um novo fundo que vai cobrir a camada de entulhos datada do séc. III ao V d. C.

As escavações arqueológicas realizadas na Praça do Bocage em 1980, sob a responsabilidade científica do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, revelaram uma sucessão de ocupações processada no decurso de quase dois mil anos, desde a Época Romana até aos nossos dias. Verificou-se que, em meados do séc. I e terceiro quartel do mesmo século, parte da actual Praça era ocupada por uma praia localizada certamente na foz de um importante curso de água. Misturados com as areias dessa praia encontravam-se numerosos fragmentos de cerâmica (*terra sigillata* itálica e sudgá-

«As escavações arqueológicas realizadas na Praça do Bocage em 1980, sob a responsabilidade científica do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, revelaram uma sucessão de ocupações processada no decurso de quase dois mil anos, desde a Época Romana até aos nossos dias»

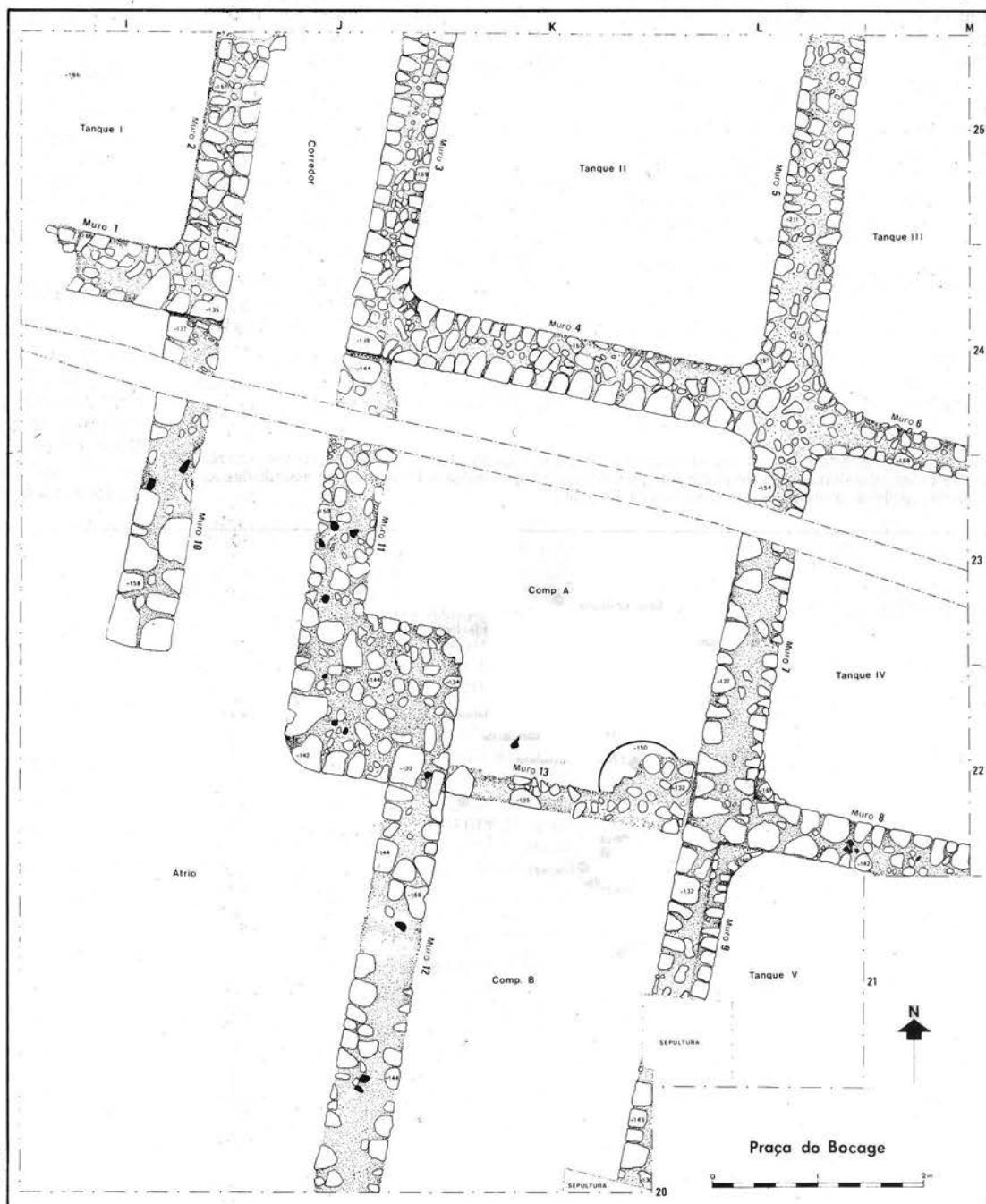


Fig. 7 – Planta da área escavada na Praça do Bocage com as estruturas da Época Romana.

temas...

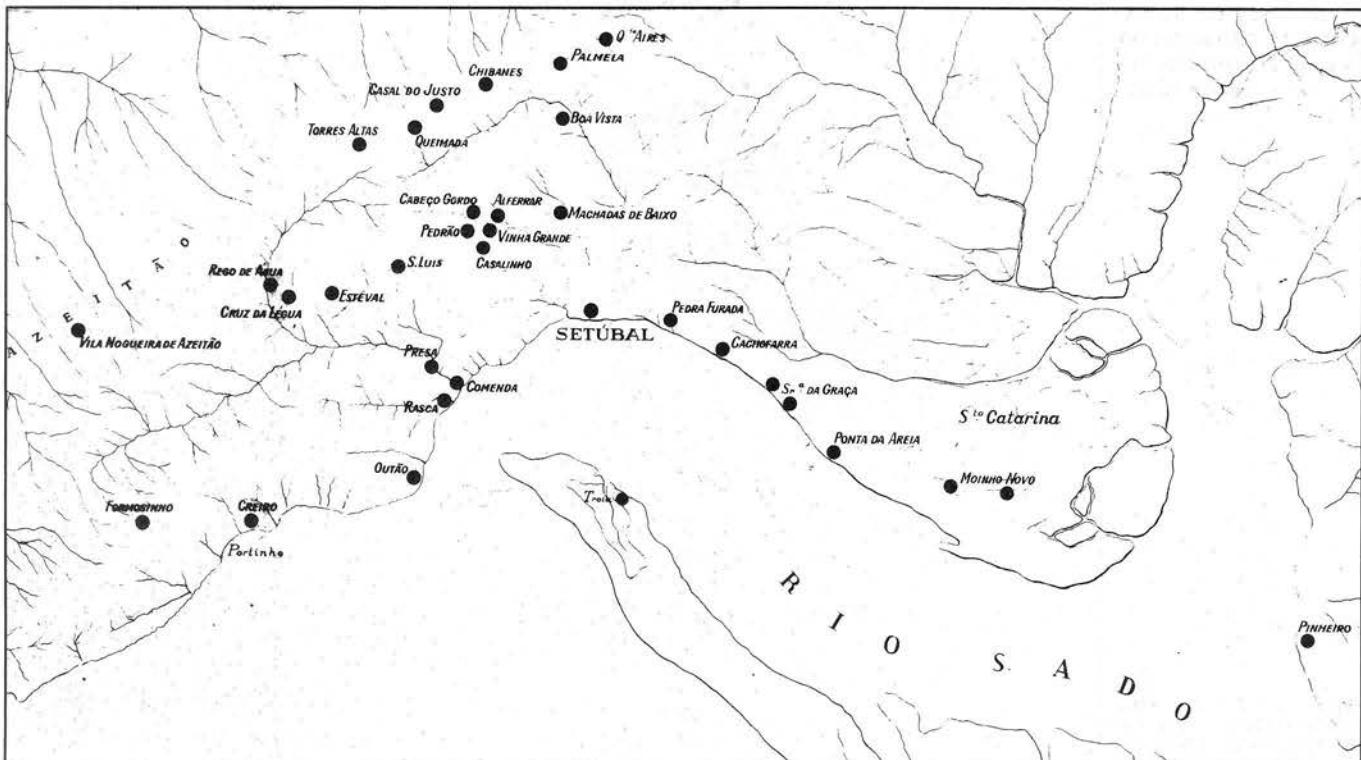
lica, «paredes finas», ânforas da forma Beltran IV) resultantes da actividade da população que vivia nas proximidades.

Durante o último quartel do séc. I, é construída sobre a praia uma fábrica de salga de peixe cuja parte escavada se mostrou constituída por dois conjuntos de tanques quadrangulares (3,30 m de lado), separados por um corredor que abria para um átrio. Os tanques revestidos por *opus signinum* (conjunto Oeste – tanque I) destinavam-se à salga de peixe. Os do conjunto Este, (tanques II a V), sem revestimento e com o fundo formado por cascalho batido, teriam sido utilizados talvez para conter água.

Pôs-se a descoberto parte de um compartimento, situado entre o átrio e a fiada de tanques do lado Este, que foi, numa fase tardia, dividido transversalmente em duas salas por um muro que parte de um embasamento quadrangular.

A fábrica parece ter funcionado durante os finais do séc. I e, talvez, em parte do séc. II (*terra sigillata* sudgálica, hispânica e *sigillata* clara A e ânforas das formas Beltran II, Beltran IV – muito abundante – e Dressel 20). Nos séculos III e IV encontrava-se parcialmente ou totalmente abandonada; alguns dos tanques foram então utilizados como lixeira (*sigillata* clara A, C e D, ânforas das formas Beltran IV, Almagro 50 e Almagro 51C e Beltran 56 – «Africana Grande») pela população que continuava, entretanto, a viver ou a trabalhar nas proximidades.

Fig. 8 – A cidade romana que existiu em Setúbal entre o séc. I e o séc. IV/V d.C. integrava um importante centro industrial distribuído ao longo das margens do que é hoje o estuário do Sado. São assinaladas as estações romanas conhecidas nos arredores de Setúbal.



Concluindo, quer os trabalhos arqueológicos efectuados na Travessa de Frei Gaspar e na Praça do Bocage, quer os numerosos achados (mormente os exemplares de tipos de ânforas destinados ao transporte de salga de peixe) obtidos aquando da abertura de valas na baixa de Setúbal, revelam claramente que a actividade económica e social da Setúbal romana assentaria na exploração dos recursos do mar e, muito especialmente, na indústria de salga de peixe. Este núcleo urbano-industrial integrava-se, por sua vez, em um contexto mais vasto. Com efeito, o que é hoje o estuário do Sado e que, na Época Romana, era uma ampla baía (Tróia ainda não existiria como península mas tão somente como ilha – talvez a ilha de Achale dos textos clássicos) comportava-se como um dos mais importantes centros industriais de salga de peixe do Mediterrâneo Ocidental.

Principal bibliografia sobre a ocupação antiga da cidade de Setúbal

- COELHO-SOARES, A. e TAVARES DA SILVA, C., 1978. Ânforas romanas da área urbana de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*, 4: 171-201.
- FERRER DIAS, L., 1980. Fábrica de salga romana na área urbana de Setúbal. *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*, Lisboa/Setúbal, pp. 57 e 58.
- GONÇALVES, V. dos Santos e TAVARES DA SILVA, C., 1966. Lucernas romanas e paleo-cristãs do Museu de Setúbal. *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia* (Lucerna, 5), Porto.
- MARQUES DA COSTA, J., 1960. Novos elementos para a localização de Cetóbriga. *Os achados romanos na cidade de Setúbal*, Câmara Municipal de Setúbal.
- TAVARES DA SILVA, C., 1966. Necrópole luso-romana de S. Sebastião (Setúbal). *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia* (Lucerna, 5), Porto.
- TAVARES DA SILVA, C., 1980. Escavações arqueológicas na Praça de Bocage: 2000 anos de História, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.
- TAVARES DA SILVA, C. e CABRITA, M. Gonçalves, 1964. Estações romanas da região de Setúbal. *Cetóbriga*, 1-2.
- VEIGA FERREIRA, O. da e TAVARES DA SILVA, C., 1968-69. Jóia romana encontrada em Setúbal. *Estudos Italianos em Portugal*, 31-32.

SOMMAIRE

Une petite panoramique des traces de l'occupation humaine dans la zone qu'aujourd'hui c'est Setúbal, concernant plusieurs périodes pré-romaine et romaine, se présentant l'estuaire du Sado comme un des plus importants centres industrielles de salaison de poisson au Méditerranée Occidental.

UM

EX-VOTO

LUSITANO-ROMANO

por José Manuel Garcia (*)

A interessante peça que apresentamos foi mostrada ao autor por pessoa interessada na sua venda. Perante a impossibilidade de a adquirir ou promover a sua cedência para um museu, tivemos de nos limitar a registar o maior número possível de dados informativos que permitissem o seu conhecimento científico. (¹)

Segundo a informação oral que nos foi prestada, a pequena escultura foi encontrada cerca de 1964 numa propriedade denominada «Pinhal Novo», no concelho de Arraiolos, durante a realização de trabalhos agrícolas que puseram a descoberto outros materiais arqueológicos da época romana como ânforas, moedas, etc. Alguns dos objectos encontrados teriam sido guardados no Museu Municipal de Évora e observados por Afonso do Paço. Até agora, contudo, não pudemos certificar-nos do rigor das informações que aqui registamos.



A peça em estudo consiste num ex-voto em bronze de cor verde escura, representando um bode assente numa base rectangular. Encontra-se em bom estado de conservação, sendo apenas de assinalar que perdeu a parte superior esquerda da base e o chifre direito.

(*) investigador



Apresenta as seguintes dimensões em centímetros:

Altura: máxima – 7,4; no pescoço – 2,2;

no tronco – 2,7; na cabeça – 4,4.

Comprimento: máximo – 9,7; da cabeça ao rabo – 8,6; da base – 8,6.

Largura: do animal – 1,8; da base – 4,6.

Peso: 425 gramas.

Observando o pequeno objecto podemos constatar que na base as extremidades se encontram transformadas em pequenas bolas de forma a melhor sustentar o artefacto. De notar que o órgão sexual, denotando a sua masculinidade, se apresenta traçado de forma esquemática e não saliente como por vezes acontece, o que poderia colocar algumas dúvidas sobre o carácter da sua representação.

Da configuração geral da escultura depreende-se uma certa robustez e simplicidade, denotando claramente um artista regional. Com uma expressividade rude, bem patente nos traços salientes, o seu autor demonstrou um bom domínio da técnica de trabalhar o metal, como se evidencia nomeadamente no tratamento dos chifres e do rabo.

No Alentejo, que saibamos, identificaram-se já mais cinco figuras deste tipo de animais, mas com um estilo mais adelgado. Uma foi encontrada no Redondo, outra na Ribeira do Vascão (Mértola) e três guardam-se no Museu Municipal de Évora, provenientes de lugares desconhecidos mas certamente do Alentejo (²).

Este tipo de peças de oficina lusitana, faz parte de um grupo de objectos de culto, em que o animal representado substituiria um outro vivo que era oferecido a uma divindade como forma de agradecimento por qualquer benefício recebido pelo dedicante.

A entidade divina que terá sido alvo de uma tal consagração é de difícil identificação, mas pode-se admitir como atribuição mais plausível a deusa índigena *Ataecina*, adorada em parte do Alentejo e sudoeste de Espanha (³).

NOTAS:

(¹) Para lá do estudo e das fotografias procedeu-se à moldagem da peça realizada com a colaboração amiga de Jorge Barreto, membro do Centro Português de Actividades Subaquáticas, em cujo Museu se guarda a reprodução.

(²) José Leite de Vasconcelos, Religiões da Lusitanía, vol. II, Lisboa, 1905, pp. 169-172 e 283-285.

(³) idem, pp. 146-176. Ainda que esta hipótese nos pareça a mais viável não nos podemos esquecer que segundo Estrabão, Geografia III, 3, 7, os Lusitanos consagravam cabras a um deus guerreiro.



SOMMAIRE

Description d'un intéressant ex-vœu lusitanie-romaine, peut-être dirigé à la déesse indigène «Ataecina», qui est adorée au Alentejo et au Sud-Ouest de l'Espagne.

AS VIAS MODERNAS DO ESTUDO TIPOLOGICO DOS ARTEFACTOS LÍTICOS

por Luís Raposo(*)

Não há muitos meses (Outubro de 1983) foi editado o curioso quadro que agora reproduzimos («Pré-história e Tecnologia Lítica»), da autoria de D. Binder, L. Meignen e P.-J. Texier, onde se procura dar corpo ao modelo para que modernamente tendem grande parte das «escolas» tipológicas europeias e algumas das americanas. Embora se justificasse a propósito dele a elaboração de um texto de fundo, que historiasse e fizesse um ponto de situação crítico acerca do estudo tipológico dos instrumentos líticos, particularmente dos paleolíticos – texto que encaramos poder vir a realizar noutra ocasião –, apesar disto, parece-nos importante não retardar por mais tempo a apresentação ao meio arqueológico português do quadro acima indicado, acompanhado por agora de apenas alguns breves comentários susceptíveis de permitirem um melhor entendimento do modelo nele configurado.

Três núcleos centrais dinamizadores desta nova maneira de encarar a tipologia dos instrumentos pré-históricos, particularmente os de pedra lascada, são:

1 – a *Unité de Recherche Archéologique n.º 28*, do «Centre de Recherches Archéologiques», do C.N.R.S., sediada em Sophia-

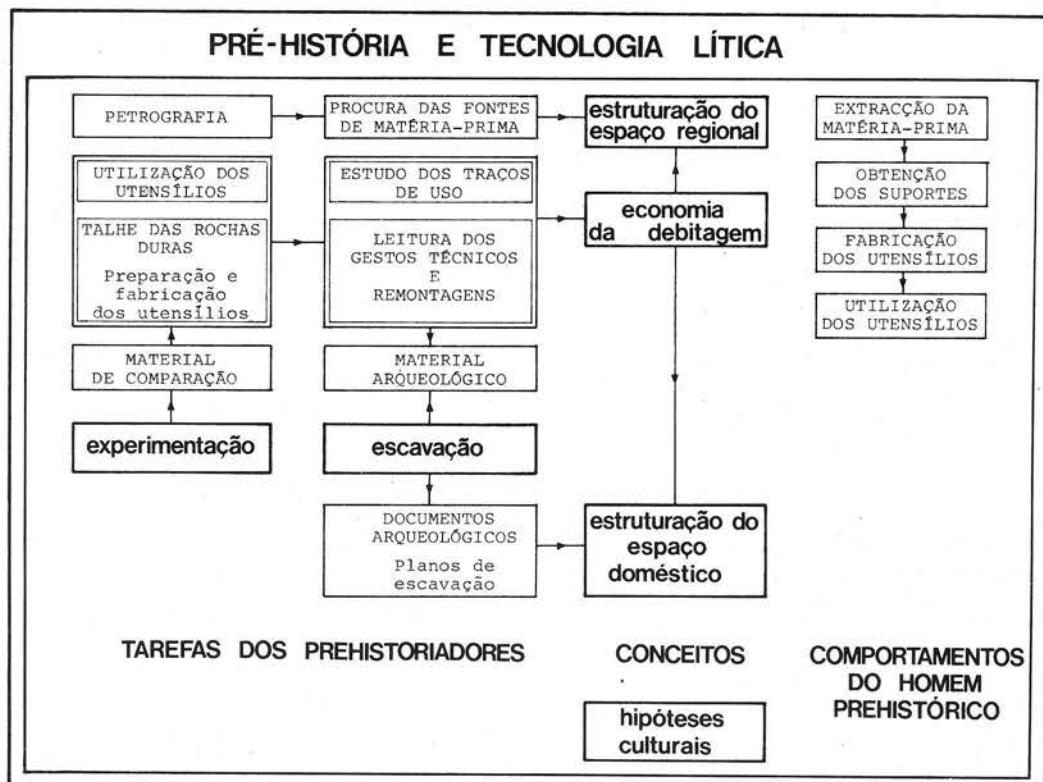
Antipolis (Valbonne), consagrada ao tema «Préhistoire et Technologie Lithique», dirigida por Jacques Tixier e integrada por investigadores como H. Roche, M.-L. Inizan, D. Binder, P.-J. Texier e ainda C. Perlès, esta sediada em Paris e também ligada a um segundo núcleo,

2 – o da *Universidade de Nanterre*, muito associado aos trabalhos e à perspectiva metodológica que Leroi-Gourhan pôs em prática em Pincevent e hoje é prosseguida em diversos sítios com Etiolles, Marsangis, Verberie, etc.;

3 – finalmente, um terceiro centro muito activo é o do *Musée Royal de l'Afrique Centrale* (Tervuren, Bélgica), onde pontificam D. Cahen e F. Van Noten, também eles continuadores da perspectiva de Gourhan na estação epipaleolítica de Meer.

O ponto de partida de todos eles é «uma preocupação crescente perante a secura de muitos estudos actuais de conjuntos líticos, uma espécie de desumanização da pedra talhada» (J. Tixier), ou seja, a convicção de que o método tipológico estatístico tradicional (o chamado «método de Bordas») chegou a um beco sem saída, a um lugar onde por detrás de muitos números e histogramas é difícil perceber em grande parte dos casos onde está verdadeiramente o que é específico de cada comunidade humana. «Quando vejo – diz J. Tixier – uma publicação que me faz um ponto de situação de uma estação, que me dá uma lista-tipo com um histograma, todas as percentagens com duas casas decimais e me diz no fim, trata-se de um Mustierense de tradição Acheulense B, ponto final, eu fico profundamente desiludido e pergunto-me a mim próprio onde está o homem atrás daqueles números, dessas tentativas de diagnose? Em quê nós avançamos?».

In. G. Mazière e P.-J. Texier (1983), «les outils préhistoriques», editado pelo Musée Bargoin, Clermont- Ferrand (França).

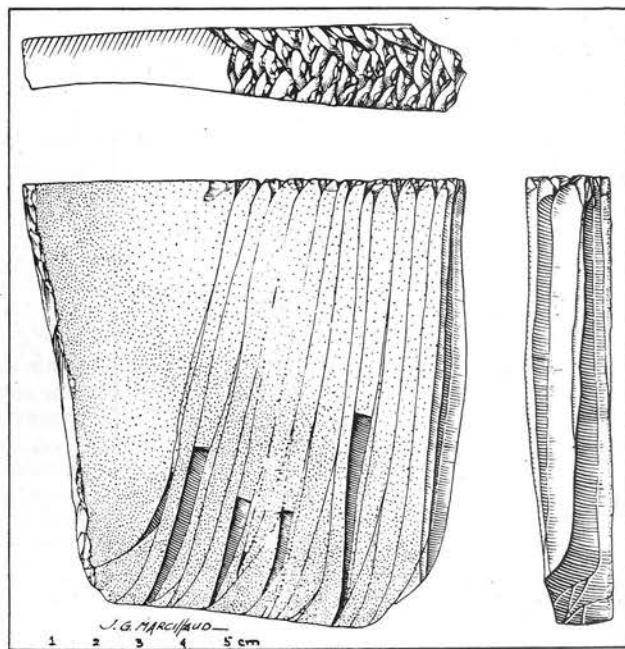


(*) Arqueólogo do Grupo para o Estudo do Paleolítico Português (GEPP) e do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (MNAE).

De facto, «é legítimo interroarmo-nos sobre a interpretação a tirar de variações de percentagens, da presença ou da ausência de certos tipos de utensílios ao se estabelecerem comparações entre conjuntos líticos, quando se ignora as actividades a que correspondem tais conjuntos» (D. Cahen et C. Karlin). Ora, «há outras maneiras de caracterizar paleoetnias do que fazer uma lista-tipo» (J. Tixier), lista-tipo que reduz enormemente o campo de observação tipológica, tornando-o numa «visão estática» (M. Le-noir), onde a preocupação de «classificar a todo o custo» sobreleva todas as restantes, conduzindo a interpretações frequentemente inadequadas a cada realidade concreta. É a repetida e «esclerosante» aplicação do espartilho «lista-tipo» que tem levado a que por vezes se chegue a falar na irrelevância ou mesmo na «morte» da tipologia, adentro da metodologia e perspectivas paletiológicas da actual ciência pré-histórica. Um exemplo bastante sugestivo disto são os horizontes de ocupação humana mais arcaicos, onde tem sido ultimamente possível conhecer grandes avanços prescindindo completamente da tipologia, pelo menos nos termos classificatórios em que ela é normalmente entendida. A tal ponto assim é que, para esses conjuntos líticos pelo menos, se pode «frequentemente pôr a questão de saber se será absolutamente indispensável, oportunamente, criar tipologias e classificar tais

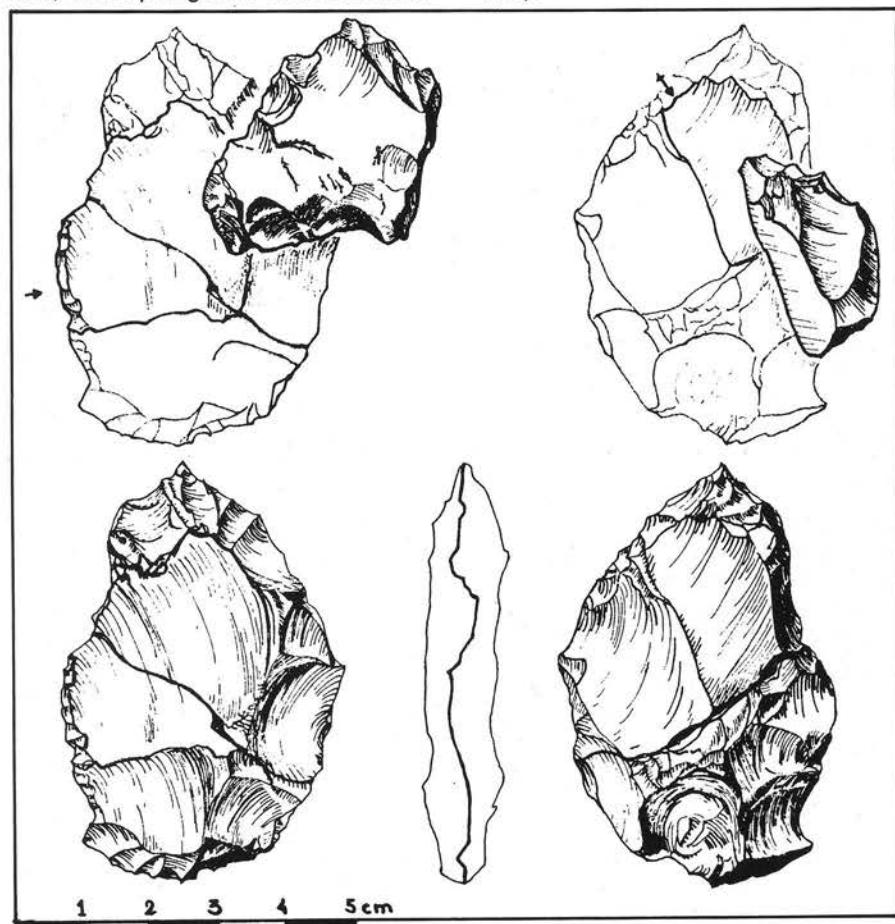
Experiência de talhe, para o estudo da «Economia da Debitagem»: remontagem de um núcleo de silex, tabular, lascado por pressão peitoral. Em 1,5 horas de trabalho, foi possível obter 44 lâminas com cerca de $9,8 \times 1,03 \times 0,41$ cm. Experiências como esta ajudam-nos, entre outras coisas, a obter uma ideia mais rigorosa acerca do lugar do fabrico de instrumentos (e, por consequência, da procura de matéria-prima) no conjunto das actividades do Homem pré-histórico.

In, P.-J. Texier (1984), «Un débitage expérimental de silex par pression pectorale à la bécuelle», in «Bull. de la Société Préhistorique Française», T. 81, N.º 1, pp. 25-27.



indústrias quando o seu conhecimento tecnológico está ainda num estádio inicial» (H. Roche). É que «aquilo a que nós chamamos utensílios [e arbitrariamente destacamos em listas-típicas que se constituem em meio de avaliação único, acrescentaríamos nós] é uma concepção moderna da realidade, uma concepção do século XX» (J. Tixier).

Em síntese, o que constitui a base comum a «um número crescente de investigadores pertencentes a escolas diferentes» é a «sensação da necessidade de uma pré-história menos desumanizada que, para lá dos inventários e das estatísticas, permita atingir o homem, as suas actividades, o seu comportamento» (D. Cahen e C. Karlin).



Remontagens. Neste caso apresentam-se dois tipos de remontagens, que reconstituem dois momentos de fabrico cronologicamente bem situáveis entre si:

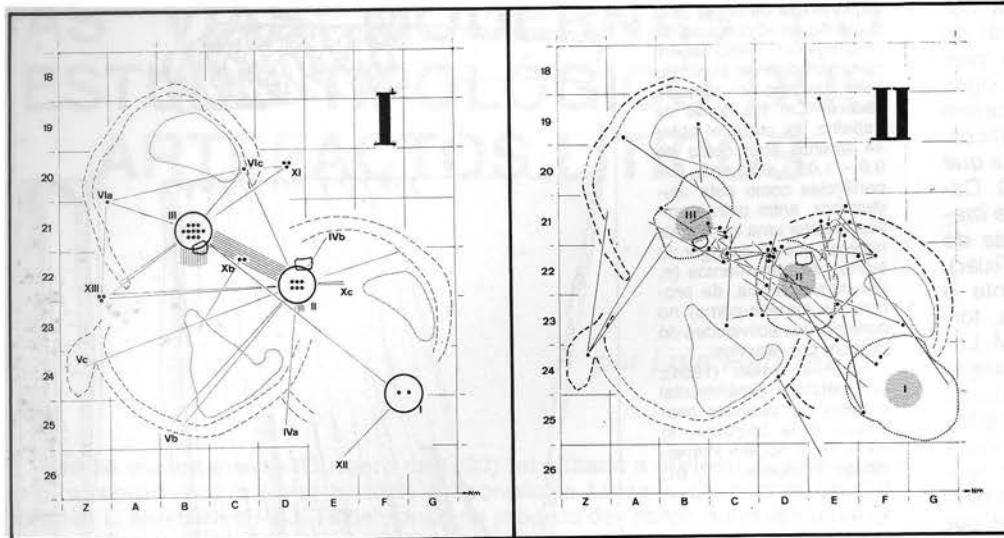
1 – uma primeira remontagem de dois fragmentos de uma mesma folha de loureiro solutrense, inacabada;

2 – uma segunda remontagem de duas lascas de preparação dessa mesma folha de loureiro. Como pelo menos uma destas lascas (a da esquerda) abrange as duas metades remontadas em 1 –, torna-se evidente que as lascas foram obtidas anteriormente à fratura da folha de loureiro, em duas metades, fratura que tudo indica tenha levado ao seu abandono e não acabamento.

Para além destes interessantes aspectos, estas remontagens, associadas ao número elevado de folhas de loureiro (acabadas e inacabadas) e restos de talhe neste local, permitiram ainda avançar numa proposta de caracterização paletiológica do sítio de origem, como «oficina de fabricação de folhas de loureiro».

(Desenhos inéditos de Joaquim Franco, a incluir no estudo da estação solutrense do Vale de Almoína, feito pelo Dr. João Zilhão e a publicar no vol. 2, série 4.ª, de «O Arqueólogo Português»).

temas...



É necessário ir mais longe, ou seja, muito mais próximo das bases materiais de que partimos, deixando-as «falar livremente». «Quando abordamos o estudo de indústrias líticas, é necessário esforçarmo-nos por procurar todos os gestos que são aplicados a uma rocha dura, a partir do momento em que ela é matéria-prima, até ao momento em que ela é deitada fora pelo utilizador no termo da sua elaboração» (D. Binder), ou seja, são necessários «estudos tecnológicos da pedra talhada, quer dizer a leitura exacta dos gestos técnicos sobre uma peça, postos na sua ordem cronológica» (J. Tixier).

Temos assim um primeiro grande patamar através do qual o equipamento material das comunidades pré-históricas pode ser observado — o da TECNOLOGIA de fabrico, que supõe o desenvolvimento paralelo e articulado dos seguintes dois métodos: a **experimentação**, não «pour se faire plaisir» (J. Tixier), mas orientada e sistematizada segundo objectivos específicos e hierarquizados; e as **remontagens** de artefactos líticos entre si. No seu conjunto, conduz esta primeira via de abordagem a conceitos tão importantes como os de «Economia da Matéria-prima» e «Economia da Debitagem» (veja-se o Anexo 3 a este texto), qualquer deles já com reflexos importantes na melhor compreensão de complexos de indústrias tão discutidos como por exemplo o Mustierense francês.

Mas a referência anterior às remontagens, permite-nos passar a apontar um segundo nível de análise das indústrias líticas: o do «registo da **DISTRIBUIÇÃO** dos objectos no **ESPAÇO**», que, precisamente pelas remontagens, permite «estudar o caminho do material através da estação e portanto também o dos indivíduos responsáveis por essas deslocações» (F. Van Noten), ou seja, chegar, na expressão de Leroi-Gourhan, à **Estruturação do Espaço** do Homem pré-histórico. E sabemos já hoje bem, pelo

menos desde que o exemplo de Pincevent foi conhecido e fez escola, como podem ser insuspeitadamente deslumbrantes os ensinamentos trazidos por esta via.

Finalmente, uma terceira óptica de observação dos artefactos, complementar das anteriores, particularmente da segunda delas, é a da sua FUNÇÃO. Citando D. Cahen e C. Karlin, «podemos afirmar que as remontagens animam uma fotografia instantânea, enquanto que a análise dos vestígios de uso fornece a palavra a um filme mudo.» O desenvolvimento dos estudos dos traços de uso, que desde os trabalhos pioneiros de Semenov ficaram inteiramente adormecidos, dá hoje lugar a uma autêntica ciência particular — a Traceologia —, onde pontificam nomes como L. H. Keeley, P. Andeson-Gerfaud, P. Vaughan, M. H. Newcomer, etc. Podemos saber hoje, por meios não especulativos entenda-se, qual a verdadeira função, local activo e grau de utilização de grande parte dos utensílios pré-históricos — o que em si mesmo é decisivo na sua autêntica classificação.

As implicações da conjugação dos três níveis de abordagem enunciados, têm sido notáveis. Um exemplo apenas poderá melhor fornecer a dimensão desta apreciação. Estamos a pensar na estação de Meer (Bélgica). Ali, «de um total de 16 000 artefactos, perto de 3000 foram remontados», analisados espacialmente e lidos os seus traços de uso. Entre eles o célebre «bloco das nove raspadeiras», que pela análise do seu processo de fabrico se viu terem sido feitas encadeadamente, ao mesmo tempo; pela observação da sua distribuição espacial, se reconheceu terem sido todas levadas para o mesmo sítio, diferente do local de fabrico; pela observação dos traços de utilização se estabeleceu terem sido empregues na mesma operação (trabalhar o couro seco), com o mesmo grau de uso; que, enfim, se provou a toda a evidência, serem, de facto e

Projecção no espaço das remontagens. Dois casos de remontagens na estação de Pincevent (Monteau). No primeiro caso, são assinaladas as ligações entre 29 núcleos (pontos pretos) e as lascas deles provenientes; no segundo caso, relação entre buris (pontos pretos) e golpes de buril respectivos. A associação destas observações («estruturas latentes») com a das «estruturas evidentes» (lareiras, nomeadamente), conduz a uma definição da «Estruturação do Espaço» do Homem pré-histórico.

In, A. Leroi-Gourhan e M. Brézillon (1966), «L'habitation magdalénienne N.º 1 de Pincevent pér Montereau (Seine-et-Marne)», in «Gallia Pré-histoire», T. IX, fasc. 2, pp. 263-372.

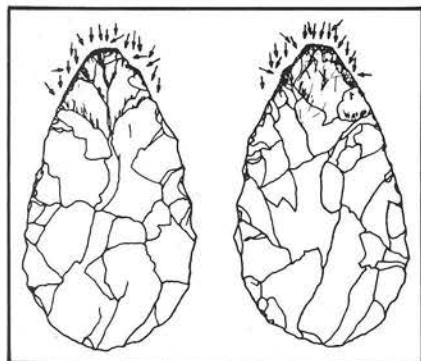
irrefutavelmente, o mesmo tipo em termos paletnológicos (e só nesse âmbito tem verdadeiramente sentido falar em tipos), e afinal... «pertencem a pelo menos três números da lista tipológica de Sonnevile-Bordes e Perrot» (F. Van Noten, D. Cahen e L. Keeley)! Ou seja, não existe nem na tipologia estatística tradicional, nem na «tipologia analítica» (de D. Clark ou de G. Laplace), nem na sua própria chamada «New Archaeology» (nem, evidentemente muito menos, em qualquer outra tipologia, designadamente a «pré-estatística», de Déchelette, Boule, Breuil, Cartailac, Lantier, etc.), não existe nestes casos «nenhuma correlação entre morfologia e uso». Os tipos são aí, em maior ou menor grau, entidades puramente formais, «estabelecidas a níveis heteroclitos; morfologia, técnica, multiplicidade, utilização, apriorismo de inclusão em tal ou tal civilização...» (J. Tixier).

O objectivo central desta nova e tripla maneira de encarar os conjuntos líticos procura pois, antes de tudo, o Homem: «o objecto — diz J. Tixier — não é nada em si mesmo se, através dele, não se procura o Homem que o concebeu, realizou e utilizou».

Seria porém primarismo imperdoável e certa petulância, pretender que tal é exclusivo desta «escola» ou mesmo que não estaria também no objectivo último de outras correntes tipológicas, designadamente as mais antigas («pré-estatísticas»). Só que, em relação a estas, a pertinente interrogação acerca do sentido paletnológico dos instrumentos se punha e era respondida em termos inteiramente especulativos, com base no *feeling* de cada observador. E quanto à tipologia estatística tradicional, deve também reconhecer-se que, passada a fase autenticamente inovadora que teve nos trabalhos dos anos 50 e 60 de F. Bordes o seu apogeu, trabalhos feitos precisamente por contra-ponto a uma visão instalada, que privilegiava abusivamente a peça isolada, tida por «fóssil»

director» absoluto, passada esta fase, seguiu-se um progressivo e muito doloroso processo de «fossilização», de aniquilamento, levado a um ponto tal que aquele método, esquematizado as mais das vezes, raramente vai hoje muito mais além de uma receita aplicada mecanicamente, um pouco para «épater le bourgeois», com muitos números, cálculos estatísticos e gráficos à mistura.

No entanto, e para que não se julgue ser a perspectiva agora apresentada maximalista, deve dizer-se que ela própria admite que a lista-tipo por exemplo, «continua a ser uma forma prática de abordar um problema em primeira instância» (D. Cahen), especialmente útil quando se pretende uma «transmissão de certos tipos de conhecimentos» (M. Otte), mas que deverá surgir «como um anexo eventual», preferencialmente sob a forma de «um inventário de peças», limitado a «séries de grupos ou sub-grupos» (J. Tixier) e não como uma verdadeira diagnose paletiológica (e tipológica, porque assim se deve e pode hoje entender a tipologia).



Vestígios de uso. Sobre um biface feito experimentalmente, usado durante X tempo, numa ação específica, registam-se: a localização, a direção, a intensidade e as características dos traços produzidos. Assim se constituem catálogos comparativos para os verdadeiros instrumentos pré-históricos, possibilitando a sua classificação funcional, através de métodos não especulativos.

In, L. H. Keely (1980).

Mas, a finalizar, muito interessa re meter todos estes comentários para a realidade concreta da nossa arqueologia pré-histórica. Que ninguém se iluda: quando entre nós nem sequer os métodos estatísticos tradicionais, de F. Bordes, conseguem ser satisfatoriamente introduzidos; quando predomina ainda (contigências do subdesenvolvimento, da falta de meios?...) a observação do objecto isolado e de fácil obtenção, sobre a do conjunto numeroso, não triado e de escavação em locais com boas condições de jazida, quando isto acontece, seria perigoso querer «queimar etapas», lançando-nos de corpo inteiro numa metodologia cujos requesitos (materiais e humanos) e implicações estamos longe de poder satisfazer e/ou controlar. Se

ria já muito bom que os métodos de F. Bordes dos anos 50 se generalizassem finalmente entre nós; seria ainda melhor que daqueles métodos se retivessem principalmente os seus princípios essenciais, recriando-se tudo o mais, designadamente listas de tipos. O resto virá por acréscimo e na altura própria.

SOMMAIRE

Présentation au moyen archéologique portugais d'un tableau (dans une publication en France) à travers lequel on prétend donner corps au modèle pour qui modernement étendent les «écoles» typologiques de matériels lithiques (européennes et américaines).

ANEXO 1

Texto consensual alcançado no final do primeiro encontro sobre «Prehistória e Tecnologia Lítica» (1979)

«No decorrer das discussões... chega-se a um consenso sobre as grandes linhas, a orientação geral que nós gostaríamos de imprimir ao estudo dos conjuntos líticos...»

- 1 – De momento, a tipologia morfológica, quer dizer o reconhecimento de um certo número de caracteres morfológicos e técnicos, o seu inventário no interior de uma lista de tipos e o seu tratamento estatístico elementar, constitui, para a maior parte dos autores de língua francesa, todo o estudo do material lítico.
- 2 – Esta aproximação tende a privilegiar certas informações «veiculadas» pelos objectos de pedra talhada em detrimento de outras. Assim, apenas se toma em conta as peças acabadas através de retoques e não se dá atenção senão ao seu significado crono-estratigráfico e cultural.
- 3 – Parece-nos que os objectos de pedra talhada contêm bastante mais informação, a níveis aliás diferentes, e que interessa portanto procurar os meios de extrair essas informações e de facilitar a sua comunicação.
- 4 – Cada objecto de pedra talhada é o testemunho de um comportamento. O reconhecimento dos caracteres técnicos desse objecto permite inseri-lo numa cadeia operatória, enquanto que outros métodos de análise o encaram enquanto elemento do espaço arqueológico e enquanto utensílio funcional.

Existem por conseguinte, no mínimo, três níveis de análise que se completam:

- técnico
- espacial
- funcional

A combinação de diferentes métodos e a juxtaposição desses diferentes níveis de análise, permite voltar a traçar a história colectiva do material e a história individual dos «utensílios», tal como eles se inscrevem no espaço e no tempo.»

ANEXO 2

Esquema para a leitura de um objecto lítico talhado

(in J. Tixier, M. L. Inizan, H. Roche-1980)

1. Observação dos estados de superfície
2. Determinação da matéria-prima
3. Identificação dos suportes discerníveis
 - 3.1. suporte não preparado
 - 3.1.1. tipo (plaqueta, seixo...)
 - 3.1.2. Orientação (segundo um eixo morfológico, características técnicas, etc.)
 - 3.2. suporte preparado
 - 3.2.1. orientação segundo o eixo de lascamento (face inferior, face superior, talão, bordos direito e esquerdo...)
 - 3.2.2. reconhecimento das morfologias técnicas (e dos acidentes de talhe),
 - informando sobre as técnicas e métodos de talhe
 - a partir da parte proximal: modos de percussão, de pressão...
 - a partir da face superior: não determinada, predeterminada pelo método Levallois, método Kombewa...
 - a partir da parte distal: ultrapassagem sobre núcleo, sobre buril, etc.
 - a partir das fracturas: accidentais, intencionais, accidentais durante a preparação...
 - etc.
- indicando uma preparação
- a partir da face superior: superfície ou nervura Levallois, crista...
- a partir da parte proximal: tipos de talão, abrasão da cornija...
- etc.»

ANEXO 3

«Economia da matéria-prima» e «Economia da debitagem»

(in C. Perlès, «Economie de la matière première et économie de débitage: deux exemples grecs», incluído no livro do primeiro encontro sobre «Prehistória e Tecnologia Lítica»-1979)

«Economia da matéria-prima, ou escolha sucessiva pelos homens pré-históricos concerne:

- à natureza das matérias-primas... que os pré-históricos decidiram trabalhar...
- aos sistemas de aquisição das matérias-primas: matérias-primas locais, com controlo eventual das fontes, matérias-primas importadas (deslocalizações, trocas, comércio)
- à abundância e estado das diferentes matérias-primas trazidas para a estação (blocos brutos, núcleos preparados, utensílios acabados)
- à utilização diferencial de diferentes matérias-primas, tanto ao nível da preparação como ao dos utensílios acabados, e também, quando possível, da função.

Economia da debitagem:

- encadeamento das técnicas de preparação e da obtenção, estádios sucessivos de fabrico
- escolha de suportes específicos para a transformação em utensílios. Laço entre o utensílio acabado e o suporte
- retoma de núcleos, retoma de utensílios, transformações eventuais até ao estado de abandono»

Orientação bibliográfica

Uma primeira fonte de informação sobre a perspectiva tipológica apresentada neste texto pode ser colhida através da pesquisa nas coleções das seguintes revistas, onde é frequente a publicação de artigos a ela ligados:

- Archaeometry (Oxford, G.B.)
- American Anthropologist (Menasha, Wisconsin, EUA)
- Bull. du Musée d'Anthropologie Préhistorique du Monaco (Monaco)
- Bull. de la Soc. Préhistorique Française (Paris, França)
- Current Anthropology (Chicago, EUA)
- La Recherche (Paris, França)
- Lithic Technology (San Antonio, Texas, EUA)
- Nature (Londres, GB)
- Newsletter of Lithic Technology (Washington, EUA)
- Scientific American (Nova York, EUA)
- World Archaeology (Londres, GB)

Numa segunda fase, são de consultar as publicações referentes a «encontros», «simposios» ou «conferências» sobre tecnologia lítica, entre os quais os seguintes:

- «Préhistoire et Technologie Lithique I» (1979), ed. da URA n.º 28, do CRA, do CNRS (Sophia-Antipolis, Valbonne, França)
- «Préhistoire et Technologie Lithique II» (1982), in *Studia Praehistorica Belgica*, n.º 2 (Tervuren, Bélgica)
- «Préhistoire et Technologie Lithique III» (1982), Medun (pré-tiragem ed. pela URA n.º 28)
- «Conference on Lithic Typology» (1975), Les Eyzies, 2-11 de Set.
- «Lithic Symposium» (1975), SAA (Dallas, EUA)
- «Second international Symposium on Flint. Maastricht» (1976), in *Staringia*, n.º 3
- «Conference on Lithic Use-Wear» (1977), ed. no vol. *Lithic Use-Wear Analysis* (1979), Academic Press (Nova York, EUA)

Finalmente, a título meramente exemplificativo, apontam-se os seguintes trabalhos concretos:

- L. H. Keeley (1977), «The Function of Paleolithic Flint Tools», in *Scientific American*, n.º 237, pp. 108-126
- L. H. Keeley (1980), *Experimental Determination of Stone Tool Uses*, The University of Chicago Press
- H. Roche (1980), *Premiers Outils Taillés d'Afrique*, ed. Soc. d'Ethnographie (Paris)
- J. Tixier (1978), *Notice sur les travaux scientifiques*. Univ. Paris X, Nanterre.
- J. Tixier, M. L. Inizan, H. Roche (1980) *Préhistoire de la Pierre Taillée - 1. Terminologie et Technologia*, ed. do Cercle de Recherches et d'Études Préhistoriques, Valbonne, França
- F. Van Noten (1978), *Les Chasseurs de Meer*, Dissertationes Archaeologicae Gandenses, vol. XVIII, Brugge, De Tempel
- P. Vaughan (1983), «La fonction des outils préhistoriques», in *La Recherche*, n.º 148 pp. 1226-1234

Listas bibliográficas

GEOLOGIA E/OU PALEONTOLOGIA

por Pedro Dantas (*)

Na sequência da elaboração de listagens bibliográficas escolhidas por temas relacionados com Geologia e/ou Paleontologia que desde o lançamento do n.º 0 (Novembro de 1982) desta revista nos propusemos apresentar, é-nos dada agora a possibilidade de expor a indicação dos trabalhos mais importantes ou que entendemos de mais interesse, que foram até hoje executados sobre os «caranguejos» fósseis do Miocénico Português.

MALACOSTRÁCEOS DECÁPODES FÓSSEIS MIOCÉNICOS DE PORTUGAL (Bibliografia organizada por ordem cronológica)

FONTANNES, F. (1884) – Note sur quelques gisements nouveaux des Terrains Miocènes du Portugal et description d'un Portunien du genre *Achelous*. Paris.

VEIGA FERREIRA, O. da (1954) – Malacostráceos do Miocénico marinho de Portugal. *Com. Serv. Geol. Portugal*. Tomo XXXV; pp. 57-78, 12 fig., 6 est., Lisboa.

VEIGA FERREIRA, O. da (1958) – Descoberta de «*Callapa heberti*» no Tortoniano do Penedo (Cabo Espichel). *Com. Serv. Geol. Portugal*, Tomo XLII, pp. 203-207, 3 fig., 1 est. Lisboa.

ANTUNES, M. Telles (1959) – Nota sobre um mamífero do Aquitaniano de Campo de Ourique (Lisboa). *Bol. Soc. Port. Ciênc. Nat.* VII, 2.ª Série, pp. 129-137, 5 est. Lisboa. (Referência e Estampa de uma carapaça de *Achelous delgadoi*)

GALOPIM DE CARVALHO, A.M. (1959) – Malacostráceos das formações glauconiosas do Miocénico superior do litoral a norte do Cabo Espichel. *Bol. do Museu e Lab. Min. e Geol. da Fac. de Ciências*. Vol. 8 (1), pp. 77-82, 2 est. Lisboa.

VEIGA FERREIRA, O. da (1961) – nova espécie de *Callianassa* no Miocénico da Bacia do Tejo. *Com. Serv. Geol. Port.* Tomo XLV, pp. 479-481, 1 fig., Lisboa.

VEIGA FERREIRA, O. da (1964-65) – Nova contribuição para o conhecimento dos Malacostráceos do Miocénico Marinho de Portugal. *Com. Serv. Geol. Port.* Tomo XLVIII, pp. 141-155, 2 est., Lisboa.

ANTUNES, M. Telles & JONET, S. (1970) – Requins de l'Helvétien supérieur et du Tortonien de Lisbonne. *Rev. Fac. Ciênc. Univ. Lisboa*, 2.ª sér., C., XVI(1), pp. 119-280, 14 fig., 20 est. (Referência a um género novo de Decápode Miocénico para Portugal, *Ebalia*, na pág. 127).

KOTCHETOFF, B. et Y & VEIGA FERREIRA, O. da (1975) – Contribution à la connaissance des gisements fossilifères miocéniques au Nord du Cap d'Espichel. *Comunic. Serv. Geol. Port.* Tomo LIX, pp. 59-16, 13 Pl., Lisboa. (Descrição de espécie nova *Scilla gigantea*, pp. 59-63; representada na Pl., II).

JONET, S. (1979) – Le Tortonien supérieur (T. VIII-b) des environs de Fonte da Tella (Péninsule de Setúbal) et ses faunes. 3.ª parte: Les Invertébrés. *Com. Serv. Geol. Portugal*. Tomo 65. Lisboa. (Referência a subclasse dos Malacostráceos nas págs. 126, 127 e 129).

AUTORES:

ANTUNES, M. TELLES – Paleontologista português da Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências e Tecnologia).

FONTANNES, F. – Geólogo francês. GALOPIM DE CARVALHO, A.M. – Geólogo português da Universidade de Lisboa (Faculdade de Ciências).

JONET, S. – Paleontologista belga colaborador do «Institut Royal des Sciences Naturelles de Belgique», dos Serviços Geológicos de Portugal, etc.

KOTCHETOFF, B. & Y. – Paleontólogos franceses amadores.

VEIGA FERREIRA, O. DA – Engenheiro de Minas português dos Serviços Geológicos de Portugal.

(*) estudante de Geologia na Faculdade de Ciências de Lisboa, membro do CAA.

1383/1385

E EM ALMADA COMO FOI?

por Jorge Raposo(*)



«Revolução» para uns, «crise política» para outros, do que não restam dúvidas é de que os anos de 1383 a 1385 constituíram um dos mais marcantes períodos da nossa História.

Sobre ele muito se tem escrito, propiciando estudos aprofundados de quase todos os nossos grandes historiadores. Pela nossa parte, desejamos apenas, modestamente e sem pretensões, divulgar o papel desempenhado pelos habitantes de Almada e seu termo no conflito, dando a conhecer aos que hoje aqui vivem o empenho por aqueles demonstrado na luta pelos seus direitos e pela sua independência como povo.

«O cerco castelhano do castelo de Almada em 1384 é o mais brilhante episódio da história militar local e também um dos que melhor se conhece, através da narrativa pormenorizada de Fernão Lopes, que faz à vila uma rasgado elogio».

Raul H. Pereira de Sousa⁽¹⁾

● Falecido D. Fernando (22 de Outubro de 1383), precipitaram-se os acontecimentos e divide-se o país em partidários da viúva, D. Leonor Teles, e do Mestre de Avis. Assassinado o Conde Andeiro (amante de D. Leonor e tido como seu principal conselheiro no enfeudamento a Castela), a rainha foge para Alenquer e depois para Santarém. Por imposição popular, o Mestre é aclamado Regedor e Defensor do Reino, passando a controlar a capital. D. Leonor tenta aliciar os alcaides dos castelos portugueses a acorrerem em seu socorro, solicitando desde logo o auxílio do Rei de Castela e tentando colocar no trono sua filha (D. Beatriz, esposa do monarca do país vizinho).

O levantamento popular em apoio do Mestre alastrá. Advertido pelos seus conselheiros da importância estratégica de Almada, este tenta assegurar a sua fidelidade, conseguindo-o sem dificuldade em 1 de Janeiro de 1384. Almada é assim uma das primeiras vilas a tomar tal atitude.⁽²⁾

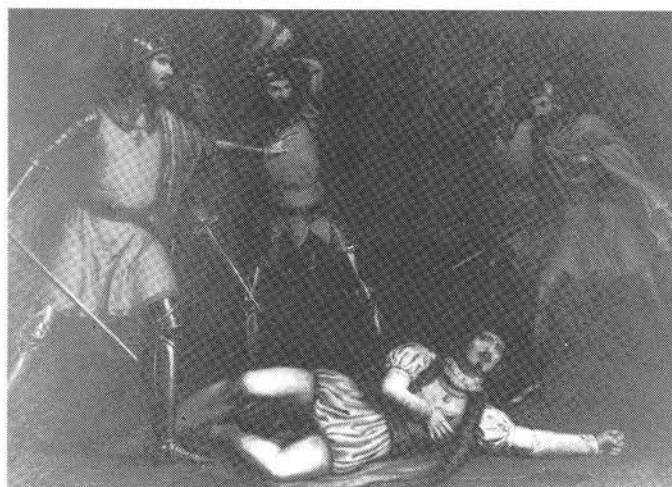
«E entre as cousas que em aquele conselho foram faladas, assim quanto era necessário de a vila de Almada ter sua voz do Mestre, porque era assim como chave do mar para qualquer armada que el-rei de Castela sobre a cidade quisesse fazer [...] O Mestre houve este por bem conselho, e foi alá, e os da vila o receberam bem, e ficaram por seus para o servirem. E isto foi no primeiro dia de Janeiro de mil quatrocentos e vinte e dois anos»⁽³⁾ [177].

● Por essa mesma altura (Jan./1384) o Rei de Castela entra em Portugal, abdicando D. Leonor Teles em seu favor. Tentando responder às constantes surtidas dos castelhanos em terras Alentejanas, o Mestre nomeia Nuno Álvares Pereira seu «fronteiro Antre Tejo e Odiana». A despedida dos dois homens faz-se em Coimbra.

«Gram liança de amor e benquerença se gerou muito antre Nun Álvares e o Mestre [...] E porque não há cousa que, antre os homens, gere mor amor que a concordança nos bons desejos, não pôde o Mestre com sua vontade que se espeditisse dele em Lisboa, quando Nun Álvares partiu da cidade; mas como passou per Almada e se foi a Coina, que são dhi três léguas, chegou hi o Mestre em uma galé e comeu esse dia com Nun Álvares» [236].

● Após uma primeira vitória (batalha dos Atoleiros), o Mestre, receando o poderio da esquadra castelhana que se apresta a tapar o porto de Lisboa, ordena que sejam armadas as galés e enviadas para o Porto, donde «viriam todas juntamente pelejar com a frota de Castela». Antes disso passam pela Amora.

(*) membro do CAA



em cima:

Pormenor da gravura «vista de Lisboa, tomada do alto d'Almada», in «O Panorama».

ao lado:

«A morte do Conde Andeiro», quadro de A.J. Azevedo, Museu Nacional Soares dos Reis, Porto.



«O tempo como foi azado⁽⁴⁾ pera as galés poderem partir ante que a frota de Castela chegasse, que já haviam novas que era no mar, foi o Mestre fazer alardo⁽⁵⁾ com elas da parte de Almada, onde chamam a Amora, e à tarde vieram as velas pousar ante a cidade. E aos catorze dias do mês de Maio partiu Gonçalo Rodrigues com elas pera a cidade do Porto» [277 e 278].

● Logo em seguida (26 de Maio) a armada castelhana impõe o seu cerco por mar.

«No mar, acerca de Almada, jaziam sempre duas galés prestes, por não virem à cidade pelo rio mantimentos nem gentes para ajuda de sua defensão» [283 e 284].

● Também por terra chega o inimigo: o cerco é total.

«Oh, que formosa cousa era de ver! Um tão alto e poderoso senhor como é el-Rei de Castela com tanta multidão de gentes, assim per mar como per terra, postas em tão grande e boa ordenança, ter cercada tão nobre cidade. E ela, assim guarnecidia contra ele de gentes e de armas, com tais avisamentos por sua guarda e defensão; em tanto que diziam os que viram que tão formoso cerco de cidade não era em memória de homens que fosse visto de mui longos anos atá aquele tempo» [288].

Cerco de Almada

● Instados a colocar-se ao serviço de Castela, os moradores de Almada recusam nos seguintes termos:

«Ora assim aveio que el-Rei de Castela, depois que a sua frota chegou, mandou dizer aos de Almada que lhe dessem a vila e fossem seus, e que lhe faria por elo mercês. Os do lugar responderam, antre as outras cousas, que eles eram portugueses e não entendiam fazer mudança, mas que, como Lisboa fizesse, que assim fariam eles» [289].

● O pretexto para os primeiros ataques à vila surge com a chegada de Diogo Lopes Pacheco, nobre português exiliado em Castela por implicação na morte de D. Inês de Castro. Sentindo-se inseguro no país vizinho, regressa a Portugal pretendendo colocar-se ao serviço do Mestre. A presença da frota castelhana impede-o de passar para Lisboa, forçando-o a procurar abrigo em Almada. Desconfiados, os seus moradores negam-lhe a entrada fazendo-o acampar nos arredores.

«Sabendo el-rei parte⁽⁶⁾ de sua vinda, mandou de noite encobertamente passarem galés e batéis de naus muitas gentes de armas e besteiros e cavalos; e duas da galés delas⁽⁷⁾ foram à Margueira, que é um porto acerca da vila, e estiveram quedas; e nas outras galés e batéis passaram toda a noite aqueles que el-rei mandou, e foram aportar ao barco de Marfim Afonso, que é acima da ribeira de Motela. E, quando foi manhã, a gente dos castelãos se foram à estrada que vem de Coína pera o lugar⁽⁸⁾; e as escutas, que os da vila tinham fora, lhe foram dar novas de sua vinda deles.

A manhã era muito nevoosa, e saíram fora os mais de cavalo e de pé, e Diogo Lopes e seus filhos com eles. E eram na vila per bons e comunais⁽⁹⁾, até oitenta de cavalo; gente de pé e besteiros seriam quatrocentos e cinquenta homens; os castelãos seriam até quatrocentos de cavalo, e muitos besteiros e peões. E, ao topar que fizeram uns com outros, caíram dos inimigos, antre de pé e de cavalo, quarenta, e dos portugueses sete. Uma cilada que os castelãos tinham lançada antre a vila e onde aportaram sobreveio dar em eles⁽¹⁰⁾; e morrendo de uma parte e da outra, foi preso Diogo Lopes; e fugiram os filhos em cima de seus cavalos pera um castelo a que chamam Sesimbra, que são dali três léguas, que mantinha voz do Mestre. E foi preso Afonso Galo, regeador da vila e outros com ele, e deles⁽¹¹⁾ fugiram pera Sesimbra.

Os castelãos, que eram muitos, combateram logo Almada; e, não lhe podendo então fazer cousa que lhe muito nojo fizesse, puseram cerco sobre ela de assossego, e dês então a tiveram cercada» [289 e 290].

● Inicia-se assim o cerco de Almada que durará mais de dois meses e ao longo do qual a população passará por grandes provações.

Enquanto isso, a frota portuguesa parte do Porto com destino a Lisboa, preparando-se para dar combate ao inimigo. A 17 de Julho fundeia em Cascais, sendo de pronto enviados emissários ao Mestre, preparando-se a tática a usar. No dia seguinte (18 de Julho de 1384) trava-se o Combate Naval de Cacilhas.

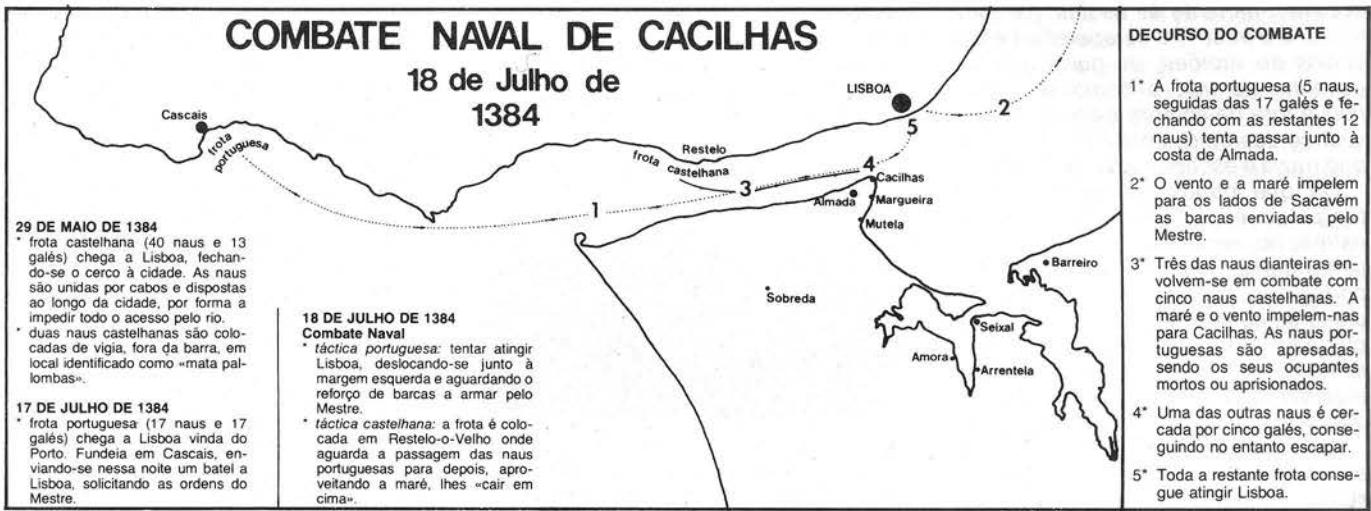
Combate naval de Cacilhas

«E em fazendo-se esta assim, a frota del-rei de Castela, que eram quarenta naus e treze galés, como foi manhã, as naus todas meteram as vergas altas e forneceram-se de muitas e boas gentes; e porque a maré vazava e o vento era calmo, levaram as galés as naus grandes à toia⁽¹³⁾; e as outras mais pequenas os batéis por davante⁽¹³⁾; e foram-se todas a Restelo o Velho, que era dali uma pequena léguas, contra onde a frota havia de vir, e puseram-se todas em ordem, com as proas pera a terra de Almada, e cada uma seu proiz em terra, por não gurrarem com a maré⁽¹⁴⁾; e assim estava ordenada sua batalha. E mais mandou el-rei gentes d'armas a cavalo acerca dos muros de Santo Agostinho e de São Vicente de Fora, por serem os da cidade ocupados em acudir àquela parte e não ajudarem os da frota desembargadamente⁽¹⁵⁾. Ora assim foi que, sendo pouco mais de hora de terça e enciendo já a maré, pareceu a frota de Portugal pela ponta de S. Gião, que são três léguas da cidade, e vinha ordenada desta guisa:

Vinham cinco naus diante, e na maior delas, que chamavam a Milheira, vinha Rui Pereira com sessenta homens d'armas e quarenta besteiros consigo; em outra que chamavam a Estrela, Álvaro peres de Castro; e na Farinheira, João Gomes da Silva; e na Sangrenta, Aires Gonçalves de Figueiredo; e em outra, Pêro Lourenço e Rui Lourenço de Távora; e assim nas outras seus capitães, assim como Gil Vasques e Lopo Vasques da Cunha, e João Rodrigues Pereira, e Lopo Dias de Castro, e Nuno Viegas, e Gonçalo Eanes do Vale, e outros; mas estas quatro nomeamos, porque estas sós aferraram. Depois destas cinco naus, vinham as galés todas juntas, pavesadas e apendoadas; e trás as galés, vinham doze naus. E a viração ventava tendente ao longo do rio, muito de viagem pera poder entrar.

Rui Pereira, varão bem notável, em que avondava maravilhoso e arrido coração, quando viu as naus de Castela estar cerradas em terra como dissemos, que ainda não deferiam⁽¹⁶⁾, não sabendo a tenção porquê, veio-as demandar mui acerca⁽¹⁷⁾, e as outras quatro naus com ele; e quando viu que os castelãos não fizeram querença contra eles⁽¹⁸⁾, fez em outro bordo contra Almada.» [318 e 319].





● A maré e o vento impedem o auxílio das barcas armadas pelo Mestre. O excesso de gente a bordo dificulta o controle dos navios que acabam por regressar a terra ou são empurrados para os lados de Sacavém.

«Doura parte o Mestre e toda a gente da cidade era ocupada em se fazer prestes para entrar nos navios e barcas, que haviam de amarrar para acorrer à sua frota, de guisa que não somente os homens mancebos mas as velhas cabeças cobertas de cãs se guarneциam de armas para pelejar. Estonce entrou o Mestre em uma grande e formosa nau, que fora das que tomaram com os panos dos genoveses que dissemos, e entraram com ele bem quatrocentos homens de armas; e porque a nau não era lastrada⁽¹⁹⁾ e a gente entrou mais do que devera, não podia reger⁽²⁰⁾ como cumpria.

Nos outros navios se meteram tantas gentes, e isso mesmo nas barcas bandadas, que se queriam entornar⁽²¹⁾ com elas. Uma barca em que ia Gonçalo Gonçalves Borjas, deferiu por fazer viagem para Restelo, e o vento contrário a levou per força caminho de Sacavém; e assim fez a outra em que ia Mem Rodrigues de Vasconcelos.

O Mestre quisera também fazer vela,

e vendo a maré e vento contraíro, e que era muito pior deferir, saiu-se em terra e as gentes com ele⁽²²⁾; as barcas eram navios pequenos e não podiam empecer aos grandes, mormente per tempo a elas contraíro, e desamaram-se como os navios.» [319 e 320].

● Três naus portuguesas «aferram» com cinco castelhanas, envolvendo-se em luta perto de Cacilhas. As naus portuguesas são apresadas e Rui Pereira (seu comandante) é morto. Apesar disso, o resto da frota consegue atingir Lisboa.

«Ora fazendo a nau de Rui Pereira e as outras aquele bordo que dissemos contra Almada, e vindo as galés de Portugal todas a remos em escala em direito da frota dos inimigos, e vendo os castelãos que já as poderiam ter de julavento⁽²³⁾, desferiram todos assim como estavam para ir sobre elas, dos quais o primeiro que fez vela foi uma grande nau que chamavam de João de Arena, que tinha um batel a meio mastro fornecido de homens de armas.

Rui Pereira, quando viu que as naus iam sobre as galés, com a viração que refrescava cada vez mais, temendo que lhe fariam dano, polas empachar, mais com avisamento que com sandia ousança⁽²⁴⁾, como alguns disseram,

fez em outro bordo e veio aferrar com João de Arena; e aferraram com três de Portugal cinco de Castela e um carracão⁽²⁵⁾. E empenharam-se⁽²⁶⁾ as guarnições de umas com as outras de guisa que todas iam em uma massa pelejando não mui devagar e bem sem piedade; e assim os lançou a maré e o vento contra as barrocas de Almada apar de Cacilhas.

E este aferramento que Rui Pereira fez com aquelas naus fez grande ajuda às galés de Portugal, porque as primeiras naus de Castela quiseram dar pelas galés, e enquanto Rui Pereira aferrou e se empachou com elas, passaram as galés que nenhuma das outras naus lhe pôde empecer nem chegar. Mas, cruel fortuna, havendo grande espaço que durava a peleja, azou então sa morte daqueste modo: em pelejando Rui Pereira quanto um valente e ardido cavaleiro podia pelejar, alçou a cara do bacinete que não podia bem sofrer⁽²⁷⁾, e houve uma virotada pela testa de que, em pouco espaço lançou aquele fidalgo o espírito⁽²⁸⁾ que tão cedo não devera fazer fim.

Oh, nobre valente varão e verdadeiro português! De quantos então foste prasmado⁽²⁹⁾, dizendo que per tua sandia ardileza, podendo bem escusar a peleja e te ir em salvo como as outras naus, te ofereceste a tão mortal perigo! Porém não foi assim, mas como falava o comum povo, dizendo que assim como Jesus Cristo morrera por salvar o mundo todo, assim morrera Rui Pereira por azar salvação dos outros⁽³⁰⁾. De cuja morte o Mestre e todos da cidade tiveram grande sentido.

As doze naus que eram detrás vinham-se quando podiam para a cidade, e as de Castela todas trás elas, mas não lhe podiam fazer nojo por o muito vento que traziam. A nau em que vinha Aires Gonçalves desferrara quando começaram de se vencer⁽³¹⁾, e seguiam-na, aferrando com ela, cinco galés, fazendo muito pola tomar, especialmente hu chamam a Cuba, por azo do vento que lhe acalmava, emparando-o a altura da terra⁽³²⁾;



Combate naval entre navios castelhanos e ingleses, em 1342 (iluminura da Crónica de Froissart).

aficavam-na tanto às bestas que toda a nau, e o treu⁽³³⁾ e os aparelhos eram cheios de virotões, de guisa que era estranho de ver; e como se a nau houve fora da sombra daquele monte, saiu-se das galés com a maré e vento que trazia e escapou e foi-se em salvo.

Oh, que formosa cousa de ver! em tão pouco espaço, através de um tão estreito rio, ver cinquenta e sete naus e trinta galés, todas armadas e bem corregidas, com desejo de empeecer umas às outras! Oh, que dia de tanto cuidado! Mornamente dos que na presente peleja tinham gram parte de sua esperança, porque uma cousa julgava o desejo e outra ordenava a ventura!

As galés de Castela não puderam encalçar as de Portugal, nem elas quiseram aferrar com elas, porque cada galé de Castela trazia trás si uma nau fornecida de gentes de armas para lhe socorrer quando tal cousa cumprisse. Nem aferraram outras naus salvo as que dissemos, de que foram tomadas três dos portugueses e mortos alguns de uma parte e doutra, e os outros todos presos, e feridos boa parte deles.

O Mestre andava pela ribeira armado, com muitos consigo, recebendo bem as gentes da frota, a qual se lançou junto com terra dês as taraceñas⁽³⁴⁾ atá porta do Mar, e a de Castela se tornou pera Restelo.» [320 e 321].

Almada resiste...

● Entretanto Almada continua cercada e passando «cousas ásperas de sofrer».

«Em este comeos, havendo já acerca de dois meses que a vila de Almada era cercada, dês aquele dia que Diogo Lopes foi preso como dissemos, era o lugar muito aficado de combates que lhe davam seus inimigos da parte da terra hu tinham seu alojamento, ca da outra do mar nenhuma cousa lhe podiam empeecer por a grande altura do monte, salvo no tolher da água, que lhe vedaram⁽³⁵⁾. O qual lhe foi mor guerra que outras armas nem cavas, nem uma poderosa bombarda com que lhe fizeram alguns tiros; de guisa que os que dentro eram que mantinham voz do Mestre, começaram de gostar⁽³⁶⁾ cousas ásperas de sofrer, as quais é bem que em breve saibais, pois ainda não foram tocadas.» [323 e 324].

● Os moradores recolhem-se ao castelo e queimam os seus botes para evitar que caiam nas mãos dos castelhanos.

«Onde assim foi que como a frota de Castela veio sobre Lisboa os moradores do lugar se acolheram todos ao castelo, e dois batéis balleeiros que tinham, em que às vezes levavam mantimento à cidade, quiseram-nos as galés tomar em terra, só o castelo,

onde estavam em seco; e por os defenderem àquela hora, foram muitos feridos, e não os puderam levar; e depois os queimaram os do lugar, por os não cobrarem os castelãos.» [324].



● As surtidas eram constantes, infligindo grandes baixas aos castelhanos e obrigando-os a deslocar-se em grupos numerosos.

«Na vila havia assaz de gente que a pudesse defender, e doutros estrangeiros⁽³⁷⁾ que se acolheram a ela, que se vinham lançar com o Mestre e não puderam, por azo da frota. Eles tinham mantimentos de pão e vinho e carnes e doutras cousas pera seis meses e mais; mas não havia outra água, salvo de uma pequena cisterna, e sobre esta foi posta grande guarda dando a cada uma pessoa por dia uma canada⁽³⁸⁾ e mais não. E não embargando esto, os da vila saíam fora esperar os castelãos em certos passos, os quais iam à forragem pelo termo e a Sesimbra; e matavam deles e feriam, em tanto que já não ousavam de ir senão muitos juntos. E assim esperavam os que iam nos batéis a Arrentela e a Amora a roubar, de guisa que um dia mataram mais de trinta todos em uma lama, querendo-se colher aos batéis e não sabendo o porto⁽³⁹⁾. E esta saída e tornada quando queriam era pela porta da barroca que chamam Meijão Frio, que é contra o mar.» [324].

● O rei castelano acaba por decidir comandar ele próprio os ataques, escapando por pouco a um tiro disparado pelos sitiados. Desanimado, concentra de novo os seus esforços em Lisboa, ordenando no entanto que se mantinham os ataques à vila.

«El-rei houve gram menencoria quando isto soube e per seu corpo⁽³⁹⁾ passou à dita vila com parte de suas gentes e capitães, pera a fazer combater à sua vontade. E mandou que lhe fizesse no campanario da igreja de Santiago, que é perto do dito castelo, um cadafais⁽⁴⁰⁾ forte de madeira donde ele visse toda a vila e como se combatia.

E quando foi o dia do combato, pôs-se el-rei em aquele cadafais, e fez a toda sua gente combater o lugar todo em redor da parte da terra, porque do mar não podia ser por grande aspereza da altura do monte. E foi combatido com gentes d'armas e de pé, e trons, e bestaria e fundas de manguela⁽⁴¹⁾, e mantas e outras artilharias de combato, dês hora de terça

atá depois do meio-dia. Os da vila, sentindo que el-rei estava naquele cadafais, como quer que dele não houvam combato salvo de setas⁽⁴²⁾, ordenaram de lhe tirar com um trom. E el-rei enfadado⁽⁴³⁾, que se partia para comer, sendo na igreja, disparou o trom e deu na cadafais e matou dois homens e feriu três. E mandou el-rei afastar as gentes e não combateram mais por aquela vez; e foram mortos e feridos alguns castelãos, e dos portugueses, mortos um filho de João Lobato, e Diogo Domingos de Santarém, e outros feridos de pedras e de setas, porque dos trons que os inimigos queriam deitar dentro não recebiam dano, por quanto todos passavam e iam dar na água, por azo da estreitudo do lugar. Depois mandou el-rei levar uma bombarda que deitava uma pedra que pesava mais de cinco quintais; e a primeira pedra que lançou foi muito baixa e não fez nenhum nojo, e ao segundo tiro, que não empececeu nada, quebrou de tal guisa que não pôde mais aproveitar⁽⁴⁴⁾.

Vendo el-rei que se não queriam dar per nenhuma guisa, prometeu de nunca preitejar com eles, mas que todos andassem à espada⁽⁴⁵⁾; e leixou sobre o lugar Pêro Sarmento e João Rodrigues de Castanheda com gentes em grande avondança e mandou que os combatessem cada dia. E ordenou de se partir dali.» [324 e 325].

... mas a água mingua.

● Em Almada a sede torna-se atroz.

«Onde sabei que dentro na vila eram uns quarenta cavalos, afora outras bestas de serventia; e quando lhe a água foi mingando, houveram conselho de não darem de beber às bestas; e foi tanta a sede em elas que ali onde mijavam os homens iam as bestas chuchar e comiam aquela terra molhada. Então ordenaram de os lançar fora, por os não verem morrer; e por os castelãos se não prestarem deles, lançaram-nos todos pela barroca afundo, contra o mar. E cada um lançava o seu e assim foram todas mortas.



E per mingua de água que não tinham, amassavam o pão com vinho e coziam a carne e o pescado, e comiam o pão enquanto era quente, e como era frio não o podia ninguém comer, e assim outras viandas. Em esto, fale-

ceu⁽⁴⁶⁾ a água da cisterna e foi-lhe forçado tornar a beber outra muito de avorrecer⁽⁴⁷⁾, convém a saber, a que jazia na alcárcova que chovera no Inverno, na qual as mulheres, ante que fossem cercados, lavavam as roupas enfondiçadas⁽⁴⁸⁾ e os trapos dos meninos; a qual era verde e muito suja, e jaziam em ela bestas mortas, e cães, e gatos, que era nojosa cousa de ver. E de noite saíam de dentro homens per cordas a furtar aquela água. E quando os catelões souberam que a daquela guisa tomavam, trabalhavam-se de a guardar, e muitas vezes acontecia de noite e de dia serem sobre ela mortos e feridos alguns de uma parte e de outra. E esta água coziam, e cozida a bebiam e amassavam com ela.» [325 e 326].

● Tentativas de obter água junto ao rio são rapidamente descobertas pelos castelhanos que, numa delas matam três portuguesas e ferem outros catorze, quebrando-lhes as preciosas ti-

nas.

«Depois que esta água minguou⁽⁴⁹⁾, trabalharam-se de haver água do mar, e de tinas que tinham postas na ribeira pera apanharem água doce; e desciham per a barroca per um caminho que fizeram, a tomar daquela água, e o primeiro dia a trouveram à sua vontade. E os catelões, como o soubiram, puseram guarda nela.

E os da vila, indo alá, acharam os catelões que a guardavam; e eles não eram mais que dez e sete, e dos inimigos eram bem cento, que jaziam escondidos entre os penedos. E pelejando sob ela água, foram mortos três portugueses, e catorze mui mal feridos de setas e de dardos; e não levaram mais que dois odres meios de água, e quebraram-lhe as tinas.» [326].

● Tentando pressionar os almadenses, Afonso Galo, regedor da vila aprisionado nas condições que atrás vimos, é trazido junto da cerca da vila e ameaçado de morte em caso de não capitulação. A resposta é um disparo que mata o enviado castelhano deixando Afonso Galo ileso.

Afonso Galo acerca do castelo, e disse aos de dentro que bem sabiam como aquela vila e todo o reino era de direito del-rei de Castela; e que muitos luga-



res do reino se lhe deram e davam, e que eles com perfia⁽⁵¹⁾ não queriam fazer como faziam os outros; porém fizessem de guisa que não quisessem ser tredores e dessem a vila a el-rei de Castela, que lhe faria por elo muitas mercês. E que ele trazia perante eles aquele Afonso Galo, que era regedor da vila, e que fizessem o que lhe ele dizia, senão que era per força o dito Afonso Galo morrer; e não quisessem ver sua morte e dos outros que presos eram, que el-rei mandava matar todos.

Os da vila responderam que bem os podia el-rei matar se quisesse, mas que a vila não dariam por cousa que fosse; e que se arredasse dali com sua honra e se fosse com seu prisioneiro. E ele aperfiando em suas razões que toda via dessem a vila a el-rei, fizeram prestes um trom pequeno e tiraram-lhe dantre as ameias. E foi tal sua ventura que deu com ele morto em terra e ficou Afonso Galo vivo, em pé; de cuja morte el-rei houve gram queixume, jurando que todos haviam de morrer à espada.» [327].

Por fim a rendição

● Conhecedor das dificuldades do povo de Almada, o Mestre envia um mensageiro para «saber em que ponto eram seus feitos».

«Estonce um homem de Almada, que viera na frota do Porto, disse que ele lhe levaria recado a nado, se o Mestre lho quisesse mandar. Ao Mestre prouge delo muito e disse-lhe per palavra as cousas que lhe dissesse, e mais lhe escreveu per carta o que entendeu por seu serviço. E uma noite chegou aquele homem à ribeira do monte e subiu per aquele escuso caminho da barroca, que bem sabia, hu chamam Meijão Frio; e falando aos do castelo que velavam, espantaram-se quando o ouviram, e, conhecendo-o, abriram-lhe a porta, folgando muito com ele, e quando viram que viera a nado houveram-no por muito⁽⁵²⁾.» [328].

● Depois de mais seis travessias nocturnas, sempre a nado, o emissário traz o conselho do mestre: a capitulação



«Estonce um cavaleiro gascão, chamado per nome mosse Iman, muito homem de prol⁽⁵⁰⁾ e bom homem d'armas, tinha preso Afonso Galo, que era regedor da vila, e fora preso na primeira escaramuça, quando Diogo Lopes Pacheco foi preso. Este cavaleiro trouxe ali preso per uma corda

que, no entanto, se processou em condições honrosas.

«E a el-rei prouge delo; e foi a pretesia que el-rei lhe segurava os corpos e haveres⁽⁵³⁾, e que cada um estivesse em sua casa e fosse senhor do seu, sem lhe tornando nenhuma cousa. E assim lho cumpriu.

E a os dois dias depois do trauto, primeiro dia de Agosto, el-rei e a rainha foram em galés a Almada, e foi-lhe entregue a vila e as chaves dela, e recebudo por senhor, padecendo primeiro, como dissemos, tantas presas⁽⁵⁴⁾ e tribulações quais nenhum lugar de Portugal padeceu por serviço do Mestre, nem manter sua voz.» [328 e 329].

● A peste começara entretanto o seu morticínio nas hostes castelhanas. Um boato vindo não se sabe de onde quase leva os portugueses a abrir as portas de Lisboa.

«Em este aveio um dia que nasceram novas na cidade, não foi sabudo per quem, que el-rei se passara a Almada por azo da pestilência e que não estava no arreal senão mui pouca gente.» [339].

● Com dificuldades em aguentar o cerco por muito mais tempo, o Mestre tenta uma batalha decisiva com o adversário. Para tal chama até si Nuno Álvares que, conferenciando com ele no Montijo, o demove da ideia.

«E se alguns contam que o Mestre lhe escreveu que se viesse aos Montijos com todos os seus, por quanto ele queria passar a além Tejo pera juntar gentes e vir pelejar com el-rei de Castela, e que Nun'Álvares veio ali, esto era por falar com ele a maneira que tivessem na peleja, mas não por desamparar a cidade e a leixar em poder de muitos de cujo serviço não era bem seguro, a qual cousa se fazer não pode⁽⁵⁵⁾.» [345].

Nun'Álvares ataca Almada

● Nos primeiros dias de Setembro chega a vez de Nuno Álvares tentar a sua sorte em Almada. Partindo de Palmela e evitando os vigias que por ele esperavam em Coina, cai de surpresa sobre a vila.

«[...] e levou caminho da charneca per cima de Azeitão contra Sesimbra, arredado uma léguia daquelas escutas, cuidando de todo ser na alva rompente⁽⁵⁶⁾ em Almada. E andou toda aquela noite bem sete léguas, e as mais delas fora do caminho. E as guias não sendo bem certas, desí as trevas um pouco espessas, cuidaram que era já perto de Almada. E Nun'Álvares se deteve já quanto⁽⁵⁷⁾, e dormiram senhos poucos⁽⁵⁸⁾; e quando se levantaram e começou de amanhecer viram que eram mais longe do lugar que pensavam.

Então se trigou Nun'Álvares de andar mais rijo⁽⁵⁹⁾; e saindo o Sol, che-

gou a um lugar que chamavam a Sovereda, que é acerca de uma légua de Almada; e vendo tão tarde, falou aos seus que andassem a troto e a galope quanto as bestas os levar pudessem. E eles assim o fizeram, de guisa que, pero toda a terra era já cercada e coberta de sol, ainda eles chegaram a tempo que muitos dos castelãos jaziam nas suas camas, a que⁽⁶⁰⁾ mal prestou o sono da manhã. E o primeiro que às barreiras chegou foi Nun'Álvares com três escudeiros que se a pressa desceram pé terra, e com estes entrou Nun'Álvares pela barreira do arravalde descontra Coima, dando-se às lanças com alguns castelãos que o embargar queriam; desí chegar logo a sua bandeira que vinha mui perto, com todos aqueles que a aguardavam, e tomaram a rua direita, que vai contra Cacilhas, fazendo cada um o melhor que podia.» [355 e 356].

● Os castelhanos são apanhados «em pijama», nada mais fazendo do que tentar escapar com vida.

«Em esto os castelãos, que pouco cuidado tinham de semelhante feito⁽⁶¹⁾, deles dormindo, outros jazendo de seu vagar, quando ouviram bradar do castelo e pelo arravalde: Armas! Armas! Castilha! Castilha!, deles se lançavam fora das camas por⁽⁶²⁾ saber que era, outros se vestiam querendo-se armar a pressa, e os que já andavam fora das poussadas faziam-se prestes a defender as ruas, mas o desacordo era tão grande que sua defensão prestava mui pouco, porque o principal cuidado era trabalhar por escapar a vida [...].

A bandeira de Nun'Álvares chegou bem acompanhada até a porta do castelo, cuidando de achar aberta, como levaram devisado⁽⁶³⁾; mas os do castelo cerraram as portas e colheram dentro primeiro aqueles que puderam; os outros, deles se lançavam na barbacã e outros pelas barreiras, cada um como melhor podia.» [356].

● Quem não conseguiu entrar no castelo dificilmente escapou vivo. Todo o arrabalde foi saqueado – armas, animais e outros haveres passaram para as mãos dos portugueses. Uma força castelhana enviada contra Nun'Álvares chegou tarde de mais. A este bastou-lhe recuar para Coima, onde descanadamente comeu e repartiu o saque.

«Nun'Álvares foi comer a Coima, e ali repartiu o esbulho per todos, sem havendo pera si parte alguma. E dhi cavalgou e foi a Palmela; e quando foi de noite, mandou fazer tais almenaras de fogo, de guisa que o viam os de Lisboa, por saberem os da cidade que estava ele ali, e tomarem algum esforço⁽⁶⁴⁾.» [358].

O cerco de Lisboa é levantado

● A peste alastrava no arraial castelhano. Resistindo teimosamente a levantar o cerco, D. João I de Castela só aceita fazê-lo depois de sua esposa (D. Beatriz) ter sido atingida pela doença. A 3 de Setembro de 1384 o cerco termina.

Desconfiado da fidelidade de muitos dos nobres que apoiam o Mestre, Nuno Álvares, ainda sediado em Palmela, tenta com ele avistar-se.

«E por esta razão se veio ao cabo do Montijo, que é em Ribatejo duas léguas da cidade, onde já tinha um batel prestes que passasse.» [373].

● Corajosamente atravessa toda a frota inimiga. Da reunião resulta a marcação das Cortes de Coimbra e a exigência de novo juramento de fidelidade ao Mestre.

de outros alguns, eles faria mudança de sua boa vontade, que por segurança de tal feito ele queria que lhe dessem em arreféns os filhos dos melhores que hi houvesse⁽⁶⁵⁾, pera os mandar na frota a seu reino; e à tornada, quando viesse, achando que eram bons e leais servidores, que ele teria cuidado de lhe criar os filhos e de os casar e fazer muitas mercês.

Eles, que al fazer não podiam⁽⁶⁶⁾, disseram: pois sua mercé era fazer-se daquele jeito, que lhes prazia de lhos dar. E foram então dados em arreféns todos os filhos e parentes dos melhores que na vila havia, bem até vinte barões como fêmeas, e eram alguns deles tão pequenos que não chegavam a quatro anos. E estes moços foram todos dados e entregues na frota ao almirante dela.» [403 e 404].

● Alguns dias depois, quatro galés voltam a Almada, confiantes de que a vila estava a seu favor. São ferozmente atacadas, conseguindo a muito custo fugir.

«Episódio do cerco de Lisboa», quadro de A. Sousa Lopes, Museu de Artilharia.



Mas Almada ainda sofre

● Não terminaram aqui os sacrifícios passados pelo povo almadense. Vinte crianças, algumas delas «tão pequenas que não chegavam a quatro anos», são feitas reféns e levadas juntamente com a esquadra castelhana.

«Ora assim aveio que el-rei de Castela, quando quis partir do cerco de Lisboa, ante que movesse seu arreal mandou chamar dos moradores de Almada alguns dos honrados que hi havia, dizendo que queria tornar a Castela por encaminhar cousas de seu serviço; e que lhe rogava que lhe fossem bons e leais vassalos, tendo aquela vila por sua, o que ele esperava que eles fariam, e que ele teria cuidado de os sempre defender e de lhe fazer por elo muitas mercês. Mas por que podia ser que, per enduzimento

«Alçado el-rei de sobre Lisboa, ficou a frota per alguns dias, e quando partiu, chegou a Sesimbra, onde roubaram algumas cousas que tomar puderam; e tornando outra vez sobre o porto da cidade, foram-se logo quatro galés direitas a Almada e saíram fora muito fountamente, cuidando aquello que era razão⁽⁶⁷⁾, que a vila estava por eles.

Os do lugar, que estonce começavam de vindimar, quando viram as galés sair em Cacilhas, que é muito perto, repicaram trigosamente⁽⁶⁸⁾; e foram logo a pressa juntos os que se prestes fazer puderam; e os castelãos andavam já no arrabalde, trabalhando por levar daquele vinho que achavam. Os portugueses começaram de lho defender, metendo-se com eles, ferindo e matando até a ribeira, de guisa que ao recolher das galés, onde muitos castelãos morreram, lhes foi for-

çado cortar as proízes⁽⁶⁹⁾ que tinham em terra, jurando por esto os patrões das galés que lhe matariam os filhos que em arreféns levavam. E assim se foram, sem tornando mais.» [404].

● Depois disso, e apesar de ameaçado da morte dos reféns, o povo de Almada volta a tomar voz pelo Mestre que, reconhecido, visita a vila agradecendo aos seus habitantes «as pressas e tribulações que tinham passado» em sua defesa.

«Quando o Mestre disto soube parte, prouge-lhe muito de tais novas, louvando-os por verdadeiros portugueses; e houve logo sua fala com eles, de guisa que lhe mandaram dizer que fosse receber o lugar que eles lho entregariam, e tomariam voz por ele, não embargando os filhos que em arreféns dados tinham, posto que soubessem⁽⁷⁰⁾ que lhos matavam.

O Mestre mandou fazer pretes certas barcas para aquelo pertencentes⁽⁷¹⁾; e havendo não mais de três dias que as galés partiram de Almada, chegou lá o Mestre e o conde D. Gonçalo com umas duzentas lanças. Os da vila saíram todos a recebê-lo com procissão e assim foram com ele até o lugar, que lhe entregaram com leda vontade, contando-lhe as pressas e tribulações que haviam passadas por ter sua voz, e ele prometendo de lhe fazer mercês.» [404 e 405].

D. João I



● Por fim é a retirada do desmoralizado rei castelhano, a consolidação da vitória portuguesa e a proclamação do Mestre de Aviz como rei de Portugal nas Cortes de Coimbra.

O povo de Almada, esse ficará sempre lembrado na nossa história como participante activo e sacrificado naquele que foi um dos pontos mais altos das lutas populares no nosso país.

Pela pena de Fernão Lopes sabemos que «nenhum outro lugar de Portugal padeceu por serviço do Mestre [...] tantas pressas e tribulações».

SOMMAIRE

Les uns «revolution», les autres «crise politique», il n'y a pas doute que les ans de 1383 à 1385 constituent un des plus remarquables périodes de l'Histoire Portugaise.

Dans ce cas on pretend répandre l'importance du papier des habitants d'Almada, en fait connaissance à ceux qui ici habitant aujourd'hui l'engagement pour eux démontré dans la lute par ses droits et par son indépendance comme peuple.

NOTAS:

(¹) «Fortalezas de Almada e seu Termo», Câmara Municipal de Almada, 1981, pág. 13.

(²) É impossível falar de 1383/1385 sem procurar o apoio de Fernão Lopes. Cronista-mor do Reino por nomeação de D. Duarte (1434), a ele se deve circunstânciado relato de todo esse período histórico, a «Crónica de D. João I».

Tentado facilitar a compreensão dos leitores, aqui utilizamos a versão do texto actualizada e anotada por José Hermano Saraiva na obra «História de uma Revolução», edição dos Livros de Bolso Europe-América, Vol. 146. Respeitámos integralmente as notas feitas pelo autor.

No final de cada citação indicamos o número da página onde poderá ser encontrada.

(³) 1422 da era de César = 1384 da era de Cristo.

(⁴) Quando o tempo foi favorável.

(⁵) Passar revista.

(⁶) Notícia.

(⁷) Delas: entenda-se das gentes.

(⁸) (para Almada).

(⁹) Entre pessoas privilegiadas e do povo, isto é, ao todo.

(¹⁰) Veio cair sobre eles.

(¹¹) Alguns.

(¹²) À toa, isto é a reboque.

(¹³) As naus mais pequenas eram puxadas por batéis.

(¹⁴) Cada uma amarrada por um cabo à terra para não garrarem, isto é, para não serem arrastadas pela maré.

(¹⁵) Não poderem ir, livres de outras ocupações, ajudar a frota portuguesa.

(¹⁶) Não tinham ainda largado.

(¹⁷) Foi-os desafiar muito de perto.

(¹⁸) Não deram mostras de querer combater.

(¹⁹) A nau não tinha sido lastrada.

(²⁰) Não podia manobrar.

(²¹) As barcas transformadas em fustas ameaçavam voltar-se.

(²²) (Note-se a acusação de Fernão Lopes: o Mestre, depois de se ter comprometido a levar tropas para a frota, desiste de o fazer, porque a série de erros cometidos não deixa sequer que os navios saiam dos ancoradouros).

(²³) Sotavento, isto é, o lado oposto àquele donde o vento sopra.

(²⁴) Prevendo que as naus castelhanas iam atacar as galés portuguesas quis opõe-lhes, e, mais por boa estratégia que por temeridade...

(²⁵) Navio do tipo da carraca.

(²⁶) Envolveram-se, engalfinharam-se.

(²⁷) Levantou a parte do elmo que tapava a cara, por já a não poder suportar.

(²⁸) Lançar o espírito = morrer.

(²⁹) Censurado.

(³⁰) (Fernão Lopes contrapõe os pontos de vista dos nobres e do povo: aqueles censuravam Rui Pereira, que se deixara matar por mostrar valentia, estes entendiam que ele morrera para salvar os outros).

(³¹) Separara-se do navio adversário a que se tinha aferrado quando o combate começou a correr mal para os portugueses.

(³²) Por ser amparada (a força do vento) pela altura da terra.

(³³) Conjunto das velas.

(³⁴) Local onde se construíam as embarcações, estaleiro, a poente do Terreiro do Paço.

(³⁵) A não ser no apanhar da água, que lhe impediriam.

(³⁶) Provar, no sentido de experimentar, passar por provações.

(³⁷) Forasteiros, pessoas de fora da vila.

(³⁸) Medida antiga correspondente a 1,4 litros.

(³⁹) Pessoalmente.

(⁴⁰) Estrado.

(⁴¹) «Havia cada um de ter duas fundas fustes, que chamavam de manguela, e outras duas fundas de mão.» (Crónica de D. Fernando, cap. 87). É talvez a funda aplicada a um cabo de madeira.

(⁴²) A não ser com setas.

(⁴³) Fatigado.

(⁴⁴) Ao segundo tiro rebentou o trom de tal forma que nunca mais serviu.

(⁴⁵) Fossem todos passados à espada.

(⁴⁶) Faltou.

(⁴⁷) Muito repugnante.

(⁴⁸) Imundas.

(⁴⁹) Faltou.

(⁵⁰) Homem importante.

(⁵¹) Obstinadamente.

(⁵²) Tiveram-no em grande conta.

(⁵³) Consistiu o acordo da rendição em o rei lhes garantir os corpos e os bens.

(⁵⁴) Apertos, sofrimentos.

(⁵⁵) (A informação de que o Mestre de Avis quis sair de Lisboa e passar para o Alentejo, e que Nun'Álvares chegou a ir esperá-lo ao Montijo vem na «Crónica do Condestabre», cap. 35. Note-se que Fernão Lopes não desmente o facto).

(⁵⁶) Ao começar a madrugada.

(⁵⁷) Um pouco.

(⁵⁸) Cada um um pouco.

(⁵⁹) Dispôs-se Nun'Álvares a andar mais depressa.

(⁶⁰) Aos quais.

(⁶¹) Que não tinham qualquer ideia do que entretanto se passava.

(⁶²) Para.

(⁶³) Previsto.

(⁶⁴) Se animarem, ganharem coragem.

(⁶⁵) Para garantia de que isso não acontecesse, queria que lhe entregassem como reféns os filhos das pessoas mais notáveis de Almada.

(⁶⁶) Que outra causa não podiam fazer.

(⁶⁷) Saíram confiadamente, julgando, como era natural, que...

(⁶⁸) Tocaram apressadamente os sinos.

(⁶⁹) Se viram forçados a cortar os cabos de amarração.

(⁷⁰) Apesar de saberem.

(⁷¹) Determinado número de barcas próximas para aquele efeito.

(⁷²) Num lodo, quando se queriam recolher aos batéis e não conheciam a passagem.

Cronologia

por Luís Barros

1367

27/3 – carta de confirmação de todos os privilégios, liberdades, foros e bons costumes aos ourivezeiros da Adiça. [4 – Liv. 1, f. 37].

30/10 – carta de confirmação de todos os privilégios, liberdades, foros e bons costumes aos homens bons de Almada. [4 – Liv. 1, f. 40].

1368

4/5 – doação a Pedro Afonso de uma vinha no termo de Almada, onde chamam a Almargem. [4 – Liv. 1, f. 26].

16/5 – doação ao Convento de São Vicente de Fora de bens (em Almada e seu termo) que foram de Maria Annes, Marta Soares e Maria António Foleiros. [4 – Liv. 1, f. 32].

1369

16/6 – doação de foro de uma quinta de el-rei no termo de Almada a Domingues Anes Godinho e a outra pessoa que este nomear com a obrigação de pagar 87 reais de foro por ano. Localizada em local a que chamam Benalferra, aí existem casas de morada, uma vinha e um chão (refere o documento). [4 – Liv. 1, f. 43]

7/11 – doação a Fernão Gomez do quarto de um casal no Requendo da Caparica. [4 – Liv. 1, f. 52].

– documentos referem a existência da paróquia de Corroios. [1].

1370

8/3 – doação de quinta em Almada (onde chamam Bonalfera), com todos os seus direitos, rendas, herdades e pertenças, a Afonso Martinz, contador de el-rei. [4 – Liv. 1, f. 54].

1371

8/8 – carta de teor dos antigos desembargados nas cortes de Lisboa de 1371. [6] 18/9 – agravos de Almada determinados por el-rei. [4 – Liv. 1, f. 79].

1372

5/1 – confirmação da doação de Almada à rainha D. Leonor. [4 – Liv. 2, f. 60].

6/1 – doação de Almada à rainha D. Leonor. [4 – Liv. 1, f. 107].

1373/1375

os moradores do termo de Almada participam na construção das muralhas de Lisboa. [2]

1374

7/12 – carta de porrogação (por mais um ano) para se acabarem os muros da cerca de Almada, a rogo da rainha, sob pena de pagarem 10 mil reais. [4 – Liv. 1, f. 156].

1380

24/4 – carta de privilégio ao Anadel e Besteiros de Almada. [4 – Liv. 2, f. 61].

1384

1/1 – o Mestre de Aviz visita Almada que adere à sua causa. [7].

2/3 – doação de bens móveis e de raiz que foram de Martin Anes e seu irmão a Rodrigo Anes de Barnudo. [5 – Liv. 1, f. 1].

Maio a Setembro – cerco de Lisboa pelos castelhanos. [7]. Junho/Julho – recontro entre castelhanos e almadenses perto da Margueira; Afonso Galo e Diogo Lopes Pacheco são feitos prisioneiros. Cerco de Almada. [7].

18/7 – combate naval de Cacilhas. [7].

1/8 – rendição de Almada ao rei castelhano após resistência heróica. [7].

Setembro – Nuno Álvares Pereira assalta Almada de surpresa. [7].

Outubro – os castelhanos abandonam a vila levando crianças como reféns. [7].

2/9 e 17/9 – doação a Estevam

Lourenço da quinta de Cocena, na Rantela. [5 – Liv. 1, f. 54]

– o Mestre de Avis dá a Nuno Álvares Pereira os bens do juideu David Negro, almoxarife das alfandegas de D. Fernando; pendência com a viúva de David Negro sobre a propriedade do Alfente.

– carta de privilégio à comuna dos mouros de Almada. [5 – Liv. 5, f. 32].

1385

20/8 – doação de Almada e seu termo ao Condestável. [5 – Liv. 1, f. 82].

23/8 – confirmação de bens de Pedro Afonso Mealha em Almada (Almargem), doação dos reis D. Pedro e D. Fernando. [5 – Liv. 1, f. 114].

– construção de uma bateria no sítio da Paulina. [2].

1395

30/10 – escambio de casas de el-rei em Lisboa com uma quinta em Almada, onde chamam Alatalia e que foi de Gonçalo Vasques. [5 – Liv. 2, f. 127].

1399

– o Convento da Trindade tem propriedades no Seixal. O Convento troca a sua quinta na Arrentela por certos bens em Lisboa. [1].

1403

29/9 – doação a Nuno Álvares Pereira dos esteiros de Corroios, Algema e Cocena. [5 – Liv. 2, f. 192].

1404

28/7 – instrumento de doação e dote de vários bens do Condestável ao Convento do Carmo. [6].

10/9 – pública forma de quatro cartas régias em favor do Condestável. [6].

18/9 – pública forma de uma carta régia de 1398 autorizando o Condestável a doar vilas e lugares que foram da coroa.

1406

7/1 – carta de privilégio aos ourivezeiros que tiram ouro na Adiça.

1407

15/4 – doação de quinta em Almada a Gonçalo Esteves Godinho e «que foi de Lopo Afonso, com água, todas as suas casas, vinhas e outras pertenças, excepto o pinhal, o qual tem de limpar todo o ano e não pode cortar nenhuma árvore nem levar lenha». [5 – Liv. 3, f. 95].

1410

14/11 – carta de privilégio aos adiçeiros para que possam ter cavalos, bestas e armas sem serem constrangidos.

– funda-se o Convento dos Paulistas da Cela Nova, no sítio actualmente chamado Rosa, ao Robalo (Caparica). [1].

1413

17/5 – carta de coutado o pinhal onde chamam a da cavalla e vai lhe bem a João Vasquez. [5 – Liv. 3, f. 165].

1418 (?)

– Nuno Álvares Pereira ordena a feitura de um tombo de bens da Albergaria de S. Lázaro.. [2]. 27/9 – doação de quintas no Ribatejo, que foram de Nicolau Anes e onde chamam Amora e Corroios, a Rui de Castro. [5 – Liv. 4, f. 70].

1423

– o cronista Fernão Lopes toma de foro à «casa dos Gafos de Cacilhas» uma vinha de Almada. [2].

1432

– construção da ermida de Santa Maria (Caparica). [3].

NOTAS

[1] – António Nabais, «História do Concelho do Seixal: 1-cronologia».

[2] – Raul Pereira de Sousa, «Cronologia da História de Almada».

[3] – Conde dos Arcos. «Caparica através dos séculos».

[4] – Chancelaria de D. Fernando. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

[5] – Chancelaria de D. João I. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

[6] – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa..

[7] – Fernão Lopes. «Crónica de D. João I».

LEIA E DIVULGUE



almada

Revista de Arqueologia & Património

– O Centro de Arqueologia de Almada é uma Associação cultural totalmente amadora.

– «Al-madan» é uma publicação semestral fundamentalmente dedicada à informação e divulgação de temas relacionados com Arqueologia, Património e História Local.

– Apoio redatorial, arranjo gráfico, montagem e distribuição são da exclusiva responsabilidade do CAA, seus colaboradores e amigos, exercendo-se de forma totalmente gratuita.

– Projecto de afirmação cultural, com ele se pretende colaborar na sensibilização da população em geral para a defesa e preservação do seu/nosso Património.

IGREJA DE ST.^a MARIA DO CASTELO

um monumento desaparecido

por Raul H. Pereira de Sousa (*)

Há algumas dezenas de anos os ensaios sobre a história de Almada encetaram polémica sobre a localização da desaparecida Igreja de St.^a Maria do Castelo. Infelizmente nem a discussão passou do princípio nem motivou investigação cuidada. O presente trabalho pretende contribuir para o esclarecimento do assunto.

A mais antiga notícia que conhecemos relativa à Igreja de St.^a Maria do Castelo, em Almada, consta de um documento da chancelaria de D. Afonso V, datado de 1443, onde se encarrega Lopo Afonso, escrivão da puridade, de administrar uma capela de João Gonçalves, alcaide de Almada, e de sua mulher, Isabel Gonçalves, capela essa situada na Igreja de St.^a Maria (¹).

Um pouco mais tarde, em 1478, uma visitação efectuada às duas igrejas de Almada – Sant'Iago e Santa Maria do Castelo – proporciona-nos alguns novos elementos: as duas igrejas pertenciam à Ordem de Sant'Iago e os seus padres tinham a dignidade de priores (²). Eram ambas igrejas matriz, isto é, encabeçavam freguesias.

Na primeira metade do séc. XVI as regalias e direitos eram repartidos equitativamente pelos beneficiados de ambas as igrejas. Assim, por exemplo, eram nomeados alternadamente sucessivamente para o cargo remunerado de capelão da Albergaria de S. Lázaro, em Cacilhas, de acordo com uma provisão régia de 1562. A administração da Albergaria fora confiada à Misericórdia de Almada (³).

No entanto, em 1578, a presença na Igreja de St.^a Maria de um vigário, o padre Miguel Pinheiro, que fora capelão de D. Jorge, mestre da Ordem de Sant'Iago, diz-nos que podia existir alguma diferença hierárquica (⁴).

Desconhece-se a data de fundação da Igreja de St.^a Maria, devendo admitir-se que é de construção posterior à de Sant'Iago. Para esta é geralmente aceite que remonta aos primeiros anos da reconquista cristã e, por isso, recebeu por orago o patrono da Ordem dos Espatários, que foi donatária de Almada por iniciativa de D. Sancho I.

A notícia mais completa da Igreja de Santa Maria deve-se a Frei Agostinho de Santa Maria que, no seu «Santuário Mariano» editado em 1707, diz entre outras coisas que ela era sede da freguesia de Nossa Senhora da Assunção, orago da Igreja chamada de Santa Maria do Castelo (⁵). Diz ainda:

*«A matriz da vila de Almada é dedicada à rainha dos anjos, Maria santíssima, como são quase todas as deste reino, debaixo do título do castelo não só porque se festeja no dia da sua gloriosa assunção em que se canta o evangelho: *'intravit Iesus in quoddam castellum'* mas porque foi achada em os muros do castelo a invocação também com esse título».*

Mas, Frei Agostinho dá-nos melhor razão para a igreja se chamar «do castelo», sem que estivesse contida neste ou na sua proximidade:

«Tem esta igreja uma capela mor, majestosa, nela se vê um retábulo dourado, no meio uma tribuna em que está colocada sobre um trono outra imagem grande [a anteriormente citada, de Nossa Senhora da Assunção, era pequena], a quem também dão o título de castelo da Assunção».

Eis a razão fundamental porque a igreja se chamava de Santa Maria do Castelo.

Da descrição da igreja feita por Frei Agostinho colhe-se o seguinte:

– era um templo de uma só nave, como eram e sempre foram todos os de Almada.

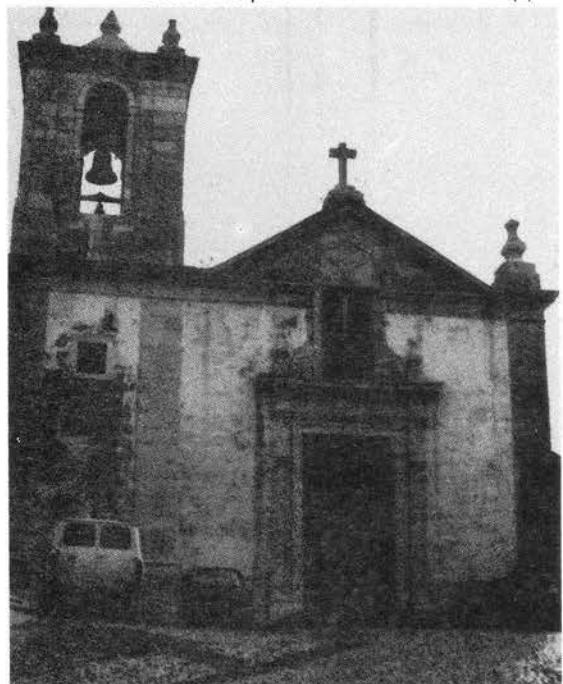
– tinha uma abóbada de pedra, «na forma do Convento de São Jerónimo de Belém», portanto de estilo manuelino.

– a igreja sofreu obras em 1693 ou 1694, quando era prior o licenciado José Botelho de Lemos, altura em que se produziu um desabamento parcial da abóbada.

– não possuía «painéis» (ex-votos), por os priores o não consentirem, salvo um aí mandado colocar por D. Pedro Álvares da Cunha, trinchante mor da Casa Real, em memória da salvação de sua filha primogénita, D. Lourença Francisca.

Para além destes elementos, sabe-se que a igreja foi reconstruída no reinado de D. João V, por mandado deste, enquanto na mesma época o foi igualmente a igreja de Sant'Iago por iniciativa do irmão de D. João V, o infante D. António.

As últimas notícias fidedignas disponíveis sobre a igreja reportam ao séc. XVIII e informam-nos que o edifício foi destruído pelo terramoto de 1755 (⁶).



Igreja de Sant'Iago. Remontando talvez aos primeiros anos da reconquista cristã e cabeça de freguesia, tal como a Igreja de Santa Maria do Castelo, conseguiu no entanto resistir até aos nossos dias.

A partir de então as várias citações de diversos autores mergulham na confusão: a igreja, por se ter chamado do Castelo, é localizada dentro da fortificação, confundida com a de Sant'Iago ou dada como completamente desaparecida. Nenhum texto conhecido a localiza com fundamento razoável.

Depois do terramoto de 1755 a sede da freguesia transferiu-se para a igreja de Sant'Iago e, em 1756, para a ermida do Espírito Santo (6).

Daqui se deduz que Sant'Iago havia sido bem menos atingida e a ermida do Espírito Santo talvez menos ainda.

Em 13 de Agosto de 1758 a ermida do Espírito Santo recebia uma nova imagem de Nossa Senhora da Assunção, naturalmente porque as anteriores do orago da freguesia se haviam perdido na catástrofe.

O transporte da imagem foi feito desde a igreja dos Anjos, em Lisboa, até Almada com grande solenidade. A travessia do rio fez-se na galeota real e a chegada à margem Sul foi saudada por salvas de artilharia, disparadas do forte de Santa-Luzia, em Cacilhas, do forte de Almada e do forte da Fonte da Pipa, à Arevala (7).

Pelo facto de a sede da freguesia ter sido transferida e haver até a necessidade de substituir as imagens do orago a que alude Frei Agostinho, deduz-se que pouco ficou da igreja de Santa Maria.

Quanto aos estragos, o livro de assento de óbitos da freguesia assinala (6):

«E nesta vila de Almada caiu de todo a igreja do Convento de S. Paulo de religiosos Dominicanos, a igreja de Nossa Senhora da Assunção cita no Castelo, ficando nestas igrejas mortos perto de cem pessoas [sic], em o castelo foi tão grande a imperssão, que as fortes torres dele, e a nobre casa de residência, que nele tinham os priores, ficou tudo caído e arruinado...»

A notícia é pouco precisa. Diz que morreram perto de 100 pessoas mas, nos registos a seguir transcritos, só encontramos 37. É aqui também que nos aparece a origem da confusão acerca da localização da igreja, onde se diz «*cita no castelo*». Trata-se ou de engano ou de má redacção. Quanto a nós o prior pretendia dizer «*agora cita no castelo*» ou então «*dita do castelo*».

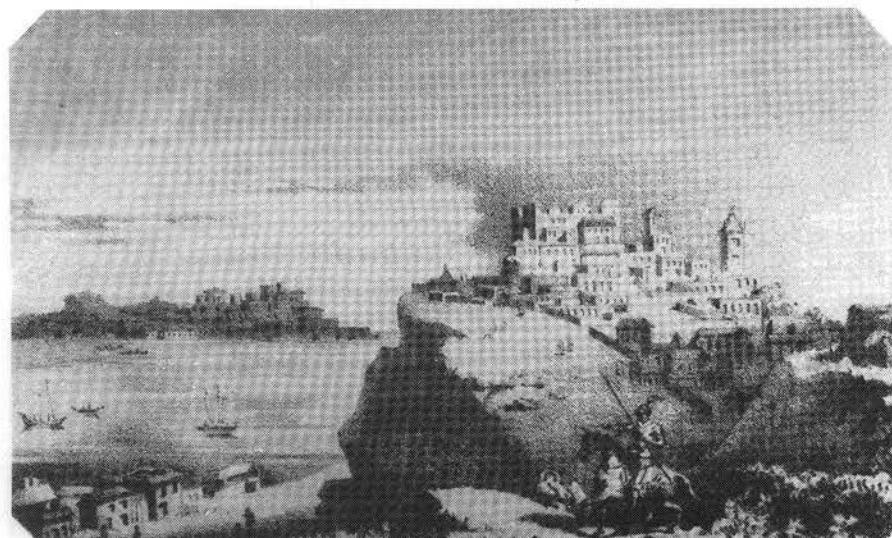
À data do registo – 4 de Abril de 1756 – a sede da freguesia estava, como já dissemos, instalada provisoriamente na igreja de Sant'Iago, contígua à fortificação. Para a localização da igreja dispomos afinal de apoios documentais suficientes que comprovam ser a citação anterior senão um erro, uma imprecisão.

Um desses elementos é uma gravura



Almada (reprodução de gravura do séc. XVII). Notem-se as duas torres de igreja.

Almada (gravura do séc. XIX ou fins de XVIII). A posição relativa das duas torres de igreja é a mesma da gravura atribuível ao séc. XVII.



de Almada atribuível ao séc. XVII (8). Não é fácil fixar a data desta gravura mas, atendendo à representação que se faz do casario de Lisboa e às características do forte de Almada, é indubitável que a gravura é anterior ao terramoto de 1755 e, muito provavelmente, data da primeira metade do século XVII, numa época em que a fortificação conservava ainda um traçado que bem podia ser manuelino.

Nesta gravura observam-se apenas duas torres de igreja. A mais pequena e esguia é sem dúvida a da igreja de Sant'Iago. A maior e mais afastada do castelo, ocupa o lugar da actual torre dos Paços do Concelho, mais nenhuma outra se observando.

Em outras gravuras datáveis de 1796 a 1832, observamos as mesmas torres (9). O exame das gravuras identifica perfeitamente os lugares de implantação das torres. Ora, se uma das torres é a da igreja de Sant'Iago, a outra é, forçosamente, da igreja de Santa Maria e, a torre desta última ocupa o lugar da actual Câmara, como parece evidente.

Para confirmar esta suposição e atendendo a que as torres da gravura do séc. XVII e a de princípios do séc. XIX apresentam algumas diferenças, basta analisar a actual torre da Câmara.

Na gravura do séc. XVII a torre é representada com aberturas para sinos, em dois pisos, e, na gravura do

séc. XIX, apenas com um piso e relógio no piso correspondente à abertura do piso inferior. Examinando o interior da torre, pode verificar-se que a abertura circular para colocação do relógio resulta da obstrução parcial de um janelão idêntico aos do piso superior e, ao mesmo nível do janelão obstruído havia outros, um em cada face da torre.

O registo de óbitos⁽⁶⁾ diz que as igrejas de S. Paulo e de Santa Maria do Castelo caíram de todo. Não se deve no entanto tomar a afirmação ao pé da letra. Na verdade, no caso particular de Santa Maria, indicam concretamente que a abóbada da nave abateu na

Sabendo-se que o edifício da Câmara foi construído após o terramoto de 1755, tendo ficado parcialmente concluído cerca de 1795⁽¹¹⁾, torna-se claro que houve desistência de reedificar o templo e a única parte dele existente, a torre, se entendeu integrar no novo edifício. Foi aliás uma composição ao gosto de numerosos edifícios comunais onde a torre, com sinos e relógio, é um símbolo de autoridade autárquica e da força e representatividade da antiga burguesia.

O aproveitamento da torre explica uma aparente anomalia da construção, onde a torre não está colocada no eixo

tuação provável é a disposição no sentido Leste-Oeste, ficando o altar mor a nascente. Neste caso, a torre estaria do lado da epístola, ficando junto do altar mor. Muito perto da torre, o Centro de Arqueologia de Almada, numa pesquisa recente, identificou pavimentos que devem ter servido a habitação.

Não é de excluir no entanto a posição Norte-Sul da nave, ficando igualmente a torre do lado da epístola. Embora este sentido não fosse habitual, não seria caso único. A igreja da Misericórdia (mais tardia) foi construída nesta disposição.

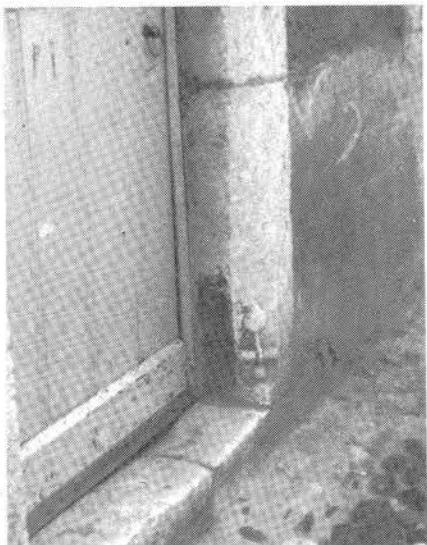
Na proximidade imediata da torre foram encontrados vários elementos que devem ter pertencido à desaparecida igreja.

Na Rua Henriques Nogueira existe uma ombreira de porta que, pelo estilo, é do séc. XVI ou anterior. Nela está esculpida uma espada que se nos apresenta de punho para baixo. Esta circunstância, aliada à forma peculiar da lâmina, levou a que até ao presente não tenha sido relacionada simultaneamente com o timbre da Ordem de Sant'Iago e com a igreja que lhe pertencia.

Na antiga Rua Direita, hoje chamada de D. José de Mascarenhas, precisamente do lado oposto ao referido ombral, existe outra pedra do mesmo talhe e qualidade, encravada num cunhal de prédio, frente à igreja da Misericórdia. Nesta pedra, no entanto, só restam vestígios da representação do guarda mão da espada, tendo desaparecido o punho e a lâmina.



à esquerda:
Paços do Concelho. Fachada principal. A dimensão horizontal da fachada é muito inferior ao desejável para obter o equilíbrio estético com a altura da torre.



à direita:
Casa n.º 46 da Rua Henriques Nogueira. Note-se a insígnia da Ordem de Sant'Iago. A espada está aqui de punho para baixo.

totalidade, o que nos parece fora de dúvida pois as vítimas do desabamento ocorrido em altura de missa, foram atingidas desde a proximidade do altar mor, onde morreram dois padres, até ao extremo oposto, onde por certo estavam as duas escravas referidas nos registos de óbitos. Os mesmos registos não referem, no entanto, coisa alguma quanto à torre.

Estamos em crer que a torre resistiu. Como é sabido isso sucedeu em muitos outros casos pela simples razão de que as torres eram em geral estruturas compactas e sujeitas a menores esforços do que as paredes das naves, submetidas aos grandes impulsos das suas próprias coberturas⁽¹⁰⁾.

Tendo a torre resistido e passados os anos sem que houvesse reconstrução da igreja, é muito natural que se tivesse deliberado integrar a torre no novo edifício destinado aos Paços do Concelho.

de simetria da planta mas sim ligeiramente deslocada. Não se trata de um erro, nem de um desvio deliberado, inadmissível numa construção pombariana de concepção simétrica, mas de um compromisso assumido para corresponder ao mesmo tempo às ruas laterais e à torre. É também visível o esforço do arquitecto para equilibrar o excesso de dimensão vertical (da torre) com a fraca dimensão horizontal da fachada. Para tanto construiu um passeio elevado (hoje desaparecido) junto à escadaria, elevou o segundo piso, distribuiu a escadaria por dois patamares e inclinou o telhado tanto quanto lho permitia a colocação assimétrica da torre, por forma a fazê-la desaparecer em parte. Estes compromissos estéticos corroboram a suposição de que a torre ou não caiu ou foi reposta na dimensão original.

A posição ocupada pela nave da igreja é difícil de determinar. Uma si-

Também a meia distância entre estes dois elementos, durante uma pesquisa efectuada em fins de 1982 pelo Centro de Arqueologia de Almada no interior do edifício do Hospital de Almada, foram encontrados dois fragmentos de pedra contendo uma inscrição relativa a Nossa Senhora da Assunção. As duas peças foram encontradas junto à parede da igreja da Misericórdia, no exterior, do lado da

epístola, juntamente com entulhos onde se encontraram elementos anteriores e posteriores ao terramoto. As inscrições estão incompletas mas não deixam dúvidas de que se tratava de «Nossa Senhora da Assunção».

Para o novo edifício dos Paços do Concelho não houve grande cuidado na escavação de novas fundações quer do lado esquerdo do edifício, quer do lado direito. É bem visível que as paredes se apoiam em parte sobre lajedo e cantarias que pertenceram a construção mais antiga. Na parede esquerda, virada a Norte, observa-se até um conjunto de cantarias que faziam parte de um portal que, a encontrar-se no lugar primitivo, poderia corresponder à porta principal, numa nave colocaada no sentido Leste-Oeste.

Tudo leva portanto a identificar a implantação da antiga igreja com a dos actuais Paços do Concelho. E, se houver oportunidade de continuar as escavações no andar térreo da Câmara, é bem provável que da antiga igreja de Santa Maria do Castelo, sede da freguesia de Nossa Senhora da Assunção, nos apareçam outros elementos.



NOTAS:

(¹) A.N.T.T. - «Chancelaria de D. Afonso V». Informação amavelmente colhida pelo arqueólogo Luís de Barros.

(²) «Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes». Documentos. 2.º Vol. 1936. Convenção de Palmela. A.N.T.T.

(³) Arquivo da Misericórdia de Almada.

(⁴) O padre Miguel Pinheiro teve sepultura na igreja da Misericórdia, onde a laje tumular com inscrição se conservou «in situ».

(⁵) Santa Maria, Frei Agostinho de. «Santuário Mariano». Livro 11, título LXVI, Lisboa, 1707.

(⁶) «Livro de assento de óbitos da igreja de Santa Maria do Castelo». Arquivo Distrital de Setúbal.

(⁷) «Das cousas memoráveis de Lisboa». Artigo in «Gazeta de Lisboa», N.º 6, de 15 de Agosto de 1758.

(⁸) «Lisbonna dal Promontorio». Litografia Colorida. Autor: Barbieri Dis. Séc. XIX (reprodução de desenho do séc. XVII?). Dimensões: 0.165 x 0.100.

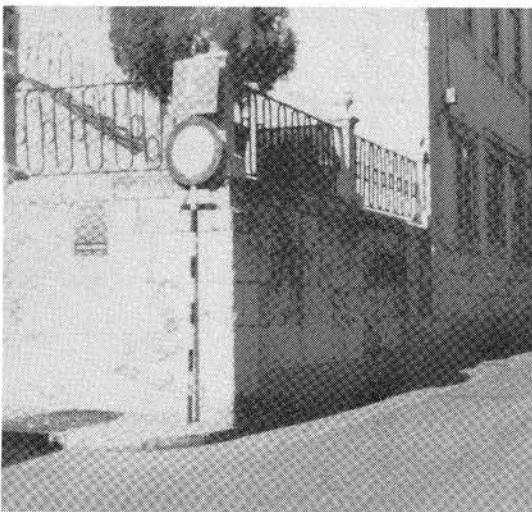
(⁹) «Lisbon from Almada». Gravura colorida (água forte). Autor: Lt Coll Batty d. William Miller, Engr. Séc. XIX (1829?). Dimensões: 0.23 x 0.143.

A data é incerta, devendo estar entre 1796 e 1830.

SOMMAIRE

Disparaître au grand tremblement de terre qui en 1755 a dévasté Lisbonne, l'église de «Santa Maria do Castelo» (en Almada) c'est encore un énigme pour les investigateurs.

Ici on veut présenter une contribution pour l'éclaircissement de sa localisation.



em cima:

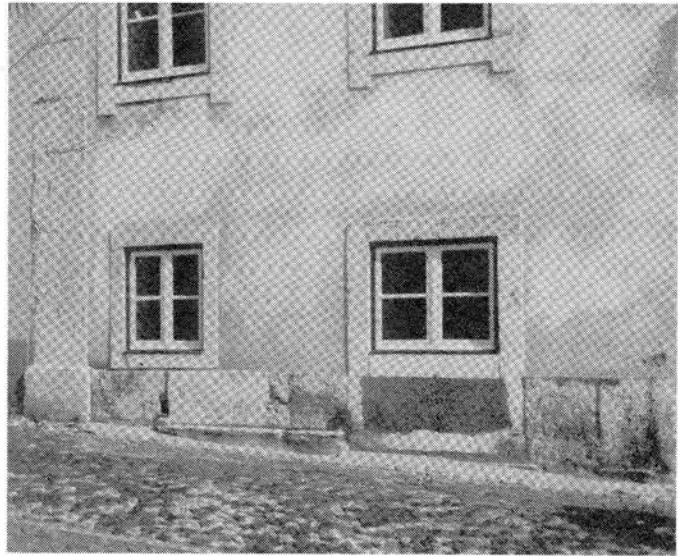
Paços do Concelho. Lado Sul. Grande parte da cantaria, como é evidente, é aproveitamento de outro edifício.

à esquerda:

Paços do Concelho. Fachada principal. A porta do piso térreo não é do estilo pombarino. Provavelmente provém da antiga igreja.

à direita:

Paços do Concelho. Lado Norte. São visíveis junto ao solo cantarias de outra construção.



(¹⁰) A partir da observação dos edifícios, das gravuras e dos vários escritos, incluindo os registos paroquiais, podemos resumir, com razoável certeza, os estragos nas igrejas de Almada, como segue:

- Igreja de S. Paulo - resistiram a sacristia (que se julga ter sido a antiga capela do convento) e a torre; o claustro sofreu estragos bem como os celeiros. Na igreja o telhado abateu na totalidade, tal como parte das paredes mestras. O desmoronamento foi aqui seguido de incêndio.

- Igreja de S. Sebastião - salvou-se provavelmente parte da fachada mas o edifício ficou muito arruinado.

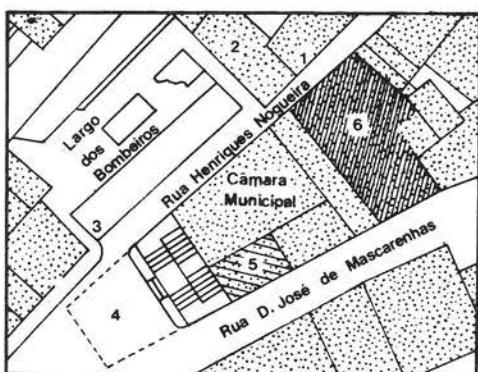
- Ermida do Espírito Santo - o facto de poder abrir ao culto em 1756, menos de um ano após o terramoto, significa que teve poucos estragos. É de resto, edifício baixo, de paredes muito espessas, com nave muito estreita e bem apoiada em paredes laterais, denotando grande robustez.

- Igreja de Sant'Iago - aguentaram-se a capela mor e talvez as capelas laterais, formando uma espécie de transepto. Abateu a torre, parte da fachada e, por certo, a parte da cobertura que se sobrepõe ao coro.

- Igreja da Misericórdia - ficou de pé somente uma parede, a da cabeceira, uma vez que se salvou o retábulo com poucos estragos mas as restantes paredes e a cobertura foram refeitas desde a fundação.

(¹¹) O ponto de partida para a determinação da data de inauguração do edifício tem sido a inscrição no sino que serve ao relógio o que não é muito concluinte mas, a lamentável situação em que se encontram os arquivos da Câmara, não permite a investigação.

A inscrição diz que o sino é uma oferta de D. Maria I, sendo regente o príncipe D. João. A data de fundição é muito clara, 1795. A da oferta está determinada, podendo ser 1787 ou 1788. Na gravura de data difícil de determinar (1796 a 1830), o edifício da Câmara aparece ainda incompleto, faltando-lhe uma parte do lado direito e, nas gravuras impressas após 1832, é representado tal como existe agora. É admissível que a inauguração «oficial» tenha ocorrido cerca de 1795.



TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NOS PAÇOS DO CONCELHO DE ALMADA

por Luís Barros (*)

em cima:

Fotografia antiga da zona fronteira ao edifício da Câmara Municipal de Almada, onde podem ver-se ainda os prédios a cuja demolição se faz referência, bem como o empedrado e os bancos de ferro. Para melhor compreensão observe o mapa em anexo.

- 1 – Porta manuelina.
- 2 – Antigo quartel dos bombeiros (hoje P.S.P.).
- 3 – Local onde existiam os dois edifícios demolidos nos anos 40.
- 4 – Largo fronteiro à Câmara onde existia um empedrado e alguns bancos.
- 5 – Local das actuais escavações.
- 6 – Local onde se realizaram as intervenções de 1982/83 (Igreja de Misericórdia).

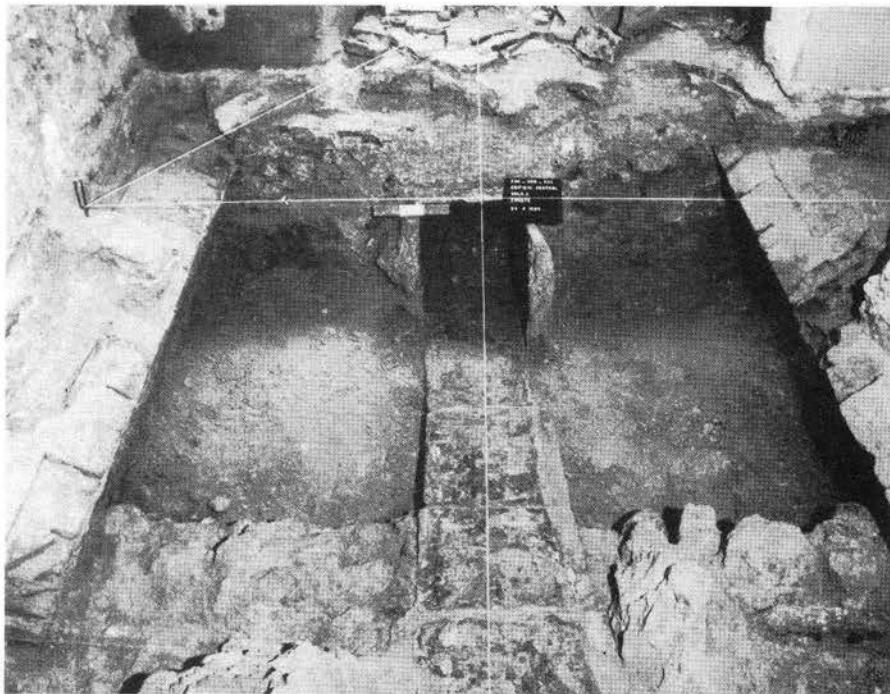
Em finais do mês de Março do corrente ano, iniciaram-se no edifício dos Paços do Concelho de Almada obras de transformação e beneficiação nalgumas salas do piso térreo, obras de construção civil em princípio normais, não fosse o caso de alguns estudiosos julgarem ter existido no local onde hoje se situa a Câmara Municipal, a antiga Igreja de N.ª S.ª da Assunção, igualmente conhecida por St.ª Maria do Castelo.

Devido a sucessivas obras, este edifício, construído em 1795 para conter a Câmara, o tribunal, as finanças e a cadeia, encontra-se de tal modo alterado que é possível encontrar portas e janelas entapadas, salas pequenas sem entradas (normais) e outras aberrações de difícil interpretação. Se a tudo isto se juntar a hipótese, provável,

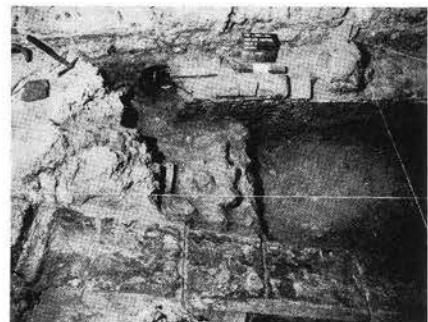
de que aqui se situou a Igreja de N.ª S.ª da Assunção (desaparecida aquando do terramoto de 1755) e que dela foram aproveitados alguns restos de paredes ou fundações, teremos um panorama quase caótico, onde de torna de extrema dificuldade a interpretação das estruturas que foram aparecendo no decorrer dos trabalhos arqueológicos.

Estes centraram-se, até agora, em torno de duas salas situadas na ala Sul do edifício, por nós designadas pelos números 1 e 2. Iniciando-se pela sala 2, as escavações revelaram, logo abaixo do nível do actual pavimento, um cano de esgoto de caixa de pedra inserido numa estrutura abobadada em tijoleira. Esta estrutura, a que faltava a parte superior, encontrava-se cheia por duas camadas diferentes de entulhos, sobrepostas a uma outra de terra e

(*) Membro do CAA e técnico dos Serviços Museológicos da CMA.



Aspectos de uma fase de escavação da sala 2, podendo observar-se a estrutura abobadada em tijoleira, bem como o cano de esgoto de caixa de pedra que nela se insere. Note-se a falta da parte superior da abóbada, cortada pelo actual pavimento.



possivelmente lançadas no interior da estrutura em momentos próximos e há cerca de 40 a 50 anos.

Segundo informações do escritor Romeu Correia, no início dos anos 40 foram realizadas importantes obras na Câmara Municipal, mormente no largo fronteiriço, tendo sido removidos nessa data os bancos de ferro e o empedrado que, também segundo o citado escritor, teriam lá sido colocados em 1868 tal como constava do próprio empedrado. Nessa mesma altura, e para

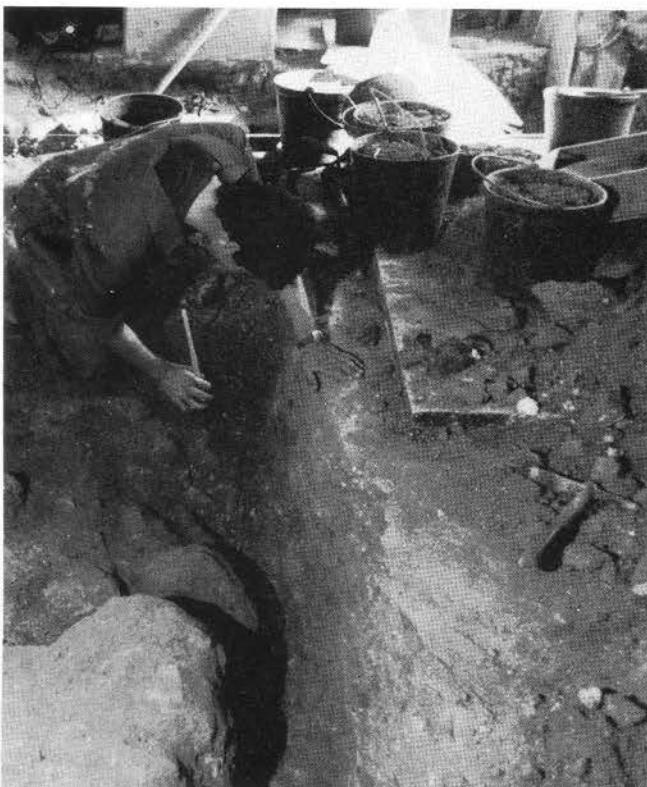
desimpedir o acesso aos carros da bomba dos Bombeiros Voluntários de Almada, ao tempo instalados no actual edifício da PSP, foram demolidos dois edifícios que quase encostavam na esquina da Câmara Municipal.

Todas estas alterações terão também contribuído para o entulhamento da estrutura abobadada, provavelmente vazia até essa data. Embora, como se disse, os entulhos tenham sido lançados para o interior desta estrutura em data recente, alguns dos

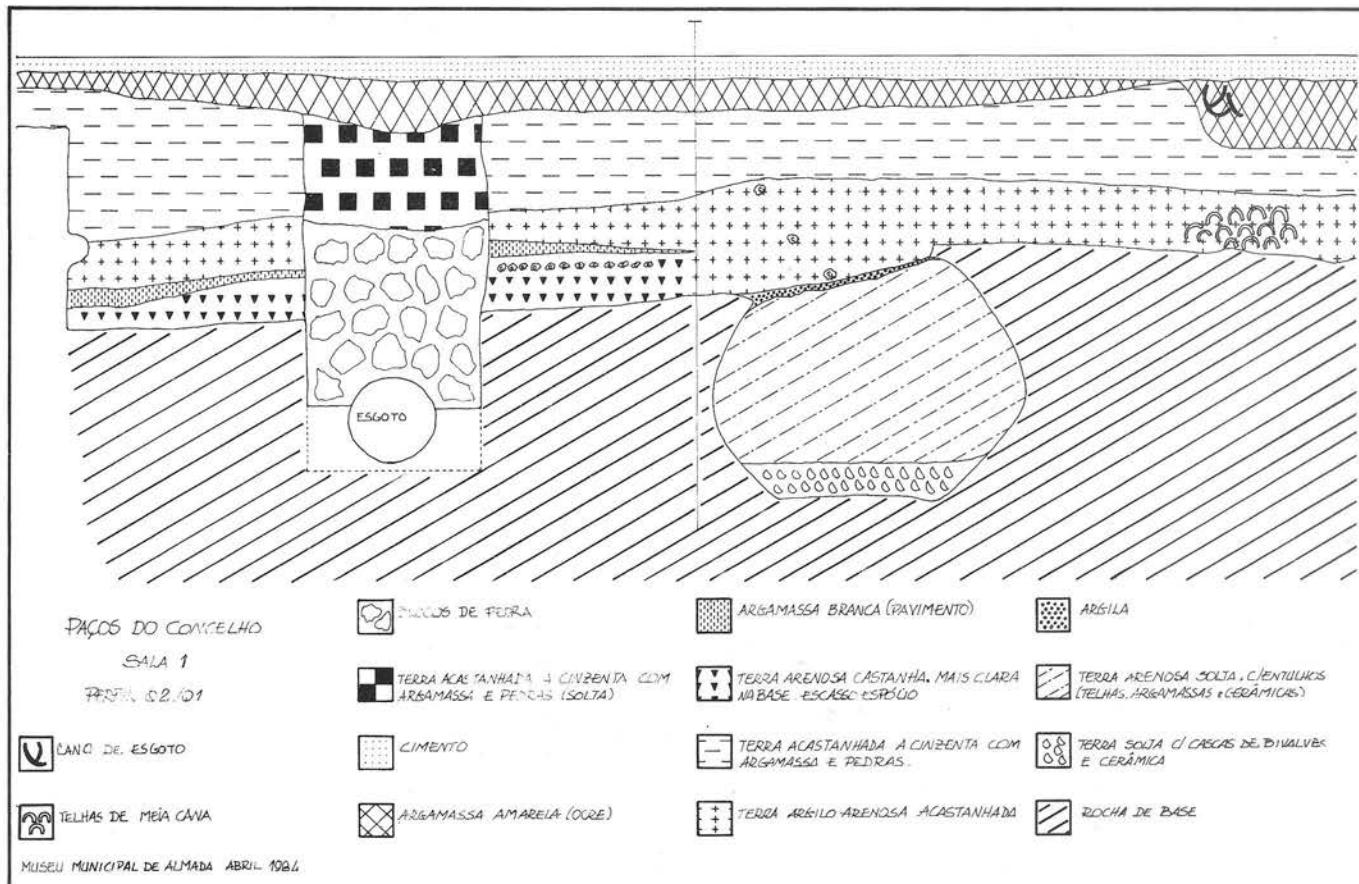
materiais são bastante mais antigos. Apenas para referenciar alguns, diremos que na primeira camada surgiu uma moeda de D. Afonso V (1438/1472) e alguns tubos de cachimbo de espuma (séc. XVII) e, na segunda camada, para além de enorme quantidade de garrafas de vidro, tachos de vidrado amarelo, bilhas, frigideiras, potes, tampas e alguidares de barro vermelho de data recente, aparecem também alguns tubos de cachimbo de espuma e moedas dos sécs. XVIII e XIX. O último nível, pouco espesso, continha escassos fragmentos de uma provável talha e era constituído por terra argilosa.

Em relação à estrutura abobadada, não foi possível até ao momento encontrar-lhe qualquer função plausível já que a área visível é demasiado curta. Só a continuação dos trabalhos numa sala anexa poderá ajudar à sua compreensão.

A sala 1 revelou-se-nos bastante diversa da anterior. Surgiram um chão de tijoleira, outro de argamassa e uma parede forte, estruturas que, devido à exiguidade da sala, são difíceis de interligar. Contudo, em função dos materiais encontrados, foi possível datá-las do séc. XVII. Sobre todas estas estruturas foram encontrados materiais homogéneos tais como azulejos polícromos do séc. XVII, faianças e porcelanas, cerâmica comum diversa, alguns escassos vidros, tubos de cachimbo e uma moeda de D. Pedro II (1683/1706).



Escavação da sala 1, zona bastante diversa da anterior quer em estruturas detectadas, quer no espólio recolhido.



Perfil transversal da sala 1 no qual se pode observar o pequeno silo aí detectado (visível também na foto em baixo).



Na zona Norte desta sala, apareceu uma estrutura em tijoleira que parece ter ligação com a estrutura abobadada da sala 2 só que, existindo entre estas duas salas uma outra, não é possível por enquanto comprovar esta suposição.

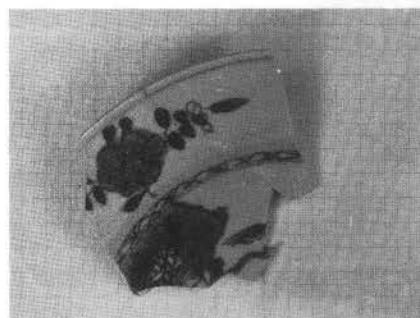
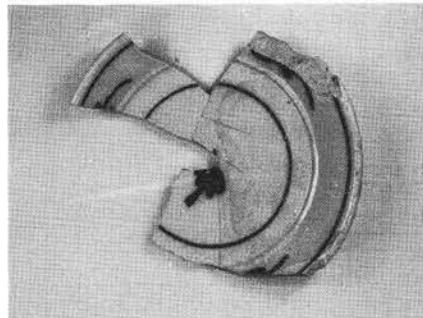
A um nível inferior ao dos pavimentos encontrou-se um ceitil de D. Afonso V. Já junto da rocha de base apareceu um pequeno silo completamente entulhado com restos de construção (estuques, telhas, etc.), restos de cozinha (cascas de berbigão, ameijoas, alguns ossos, etc.) e cerâmica comum, parte dela pintada. À volta deste silo surgem algumas cavidades de forma regular fazendo lembrar buracos de poste. Estas estruturas parecem datar da época de ocupação Muçulmana.

Estando ainda em fase de lavagem os materiais recolhidos, guardaremos para outra oportunidade um estudo mais aprofundado do local já que, por outro lado, outras obras se irão realizar este ano, podendo vir a esclarecer alguns aspectos menos claros.

De qualquer modo, os resultados provisórios destes trabalhos não são conclusivos em relação à localização da Igreja de N.ª S.ª da Assunção. Indicam-nos apenas que a mesma não se encontrava na área do edifício agora escavada. A continuação dos trabalhos, que têm sido realizados pelos Serviços Museológicos da Câmara Municipal de Almada e pelo Centro de Arqueologia de Almada, nos dirá da veracidade desta hipótese.

SOMMAIRE

Des premiers résultats des travaux archéologiques par les Services Muséologiques d'Almada et le Centre d'Archéologie d'Almada, à la mairie, zone où peut-être était l'église de «Santa Maria do Castelo».



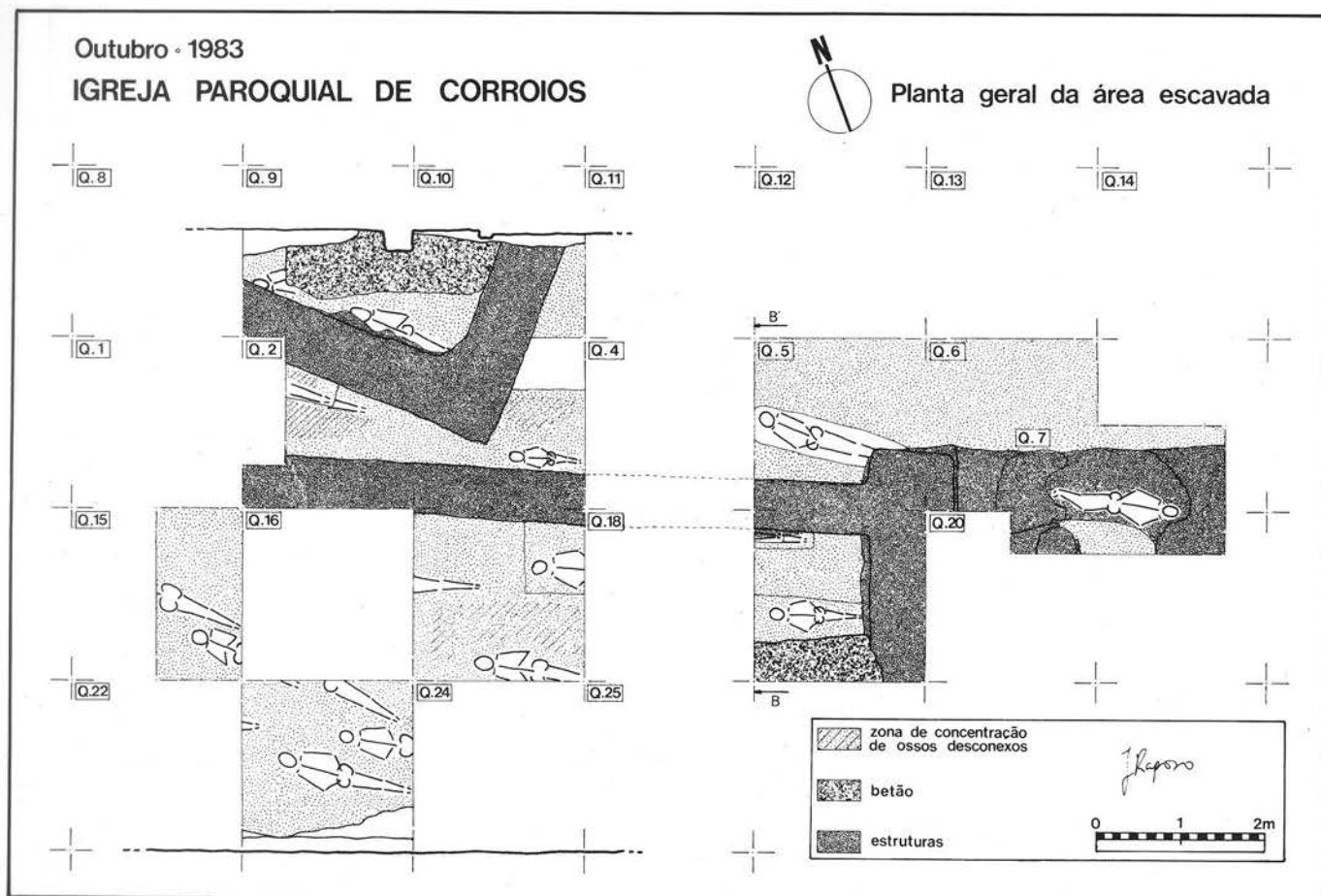
Embora em fase de estudo dos materiais recolhidos, aqui se apresentam duas das peças exumadas – pratos de porcelana chinesa (em cima) e de faiança com pintura a roxo (ao lado).

Outubro · 1983

IGREJA PAROQUIAL DE CORROIOS

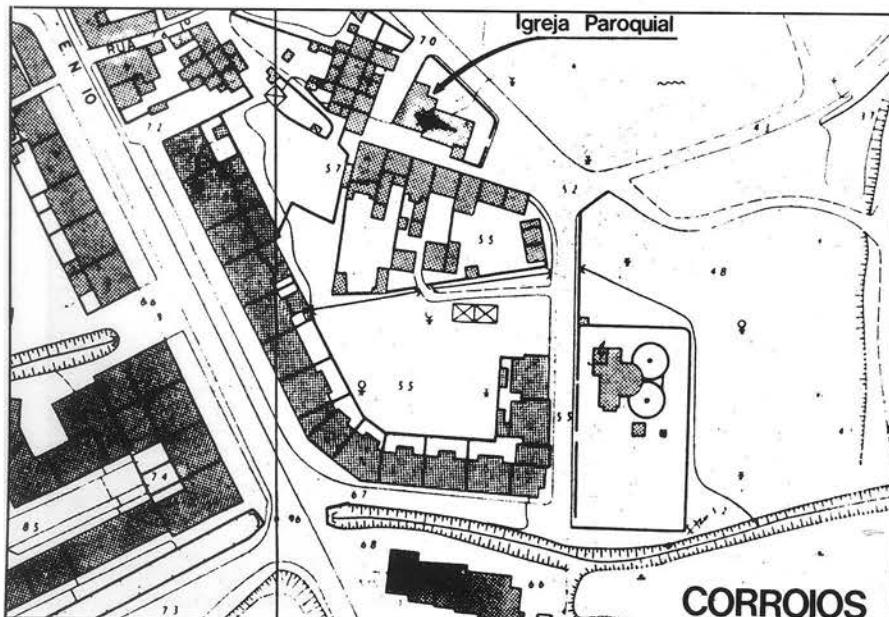


Planta geral da área escavada



Intervenção arqueológica na Igreja Paroquial de Corroios

por Luís Barros e Jorge Raposo (*)

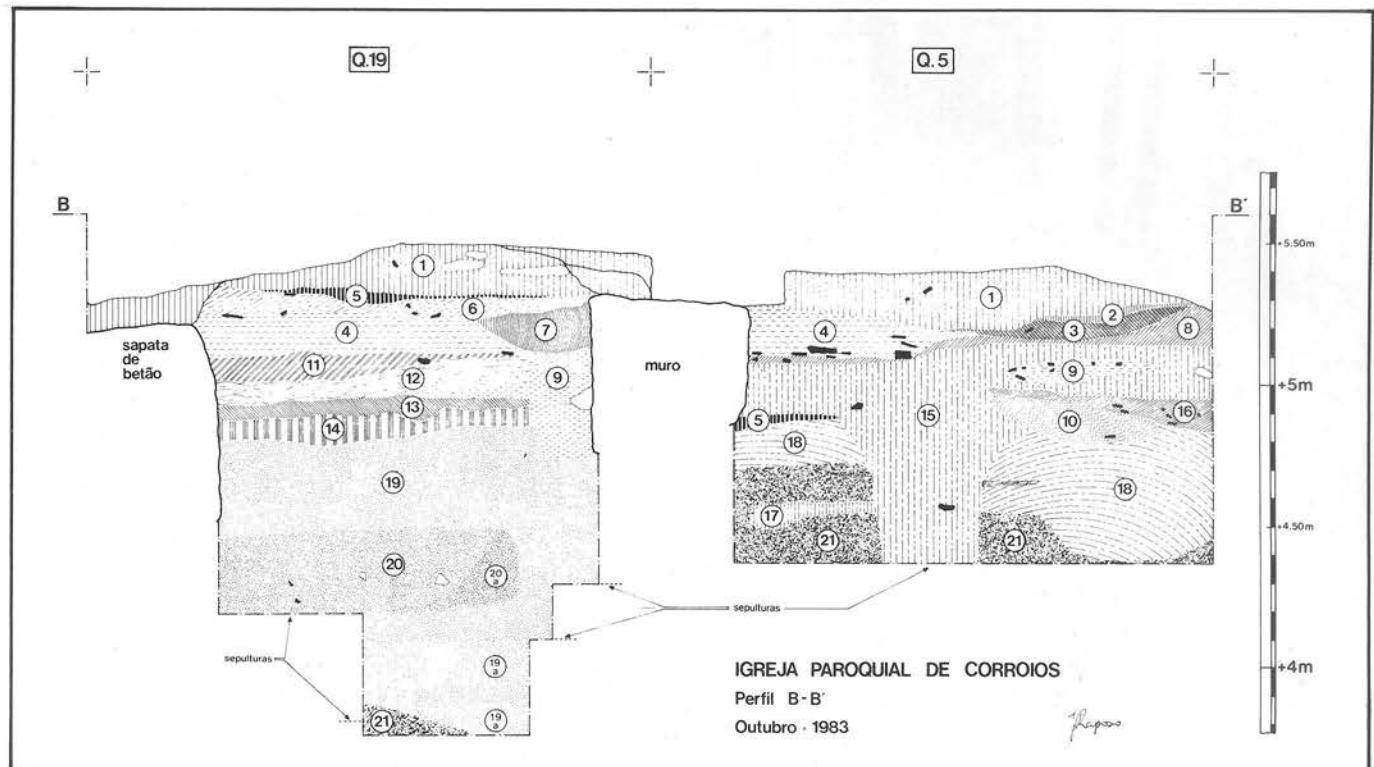


Na sequência de obras de construção civil na área da Igreja Paroquial de Corroios, visando a construção de um edifício anexo a esta, a população local alertou os serviços do Museu Municipal do Seixal para a existência de materiais de valor histórico, nomeadamente uma lápide de sepultura do séc. XVI e diversas ossadas retiradas pelas máquinas.

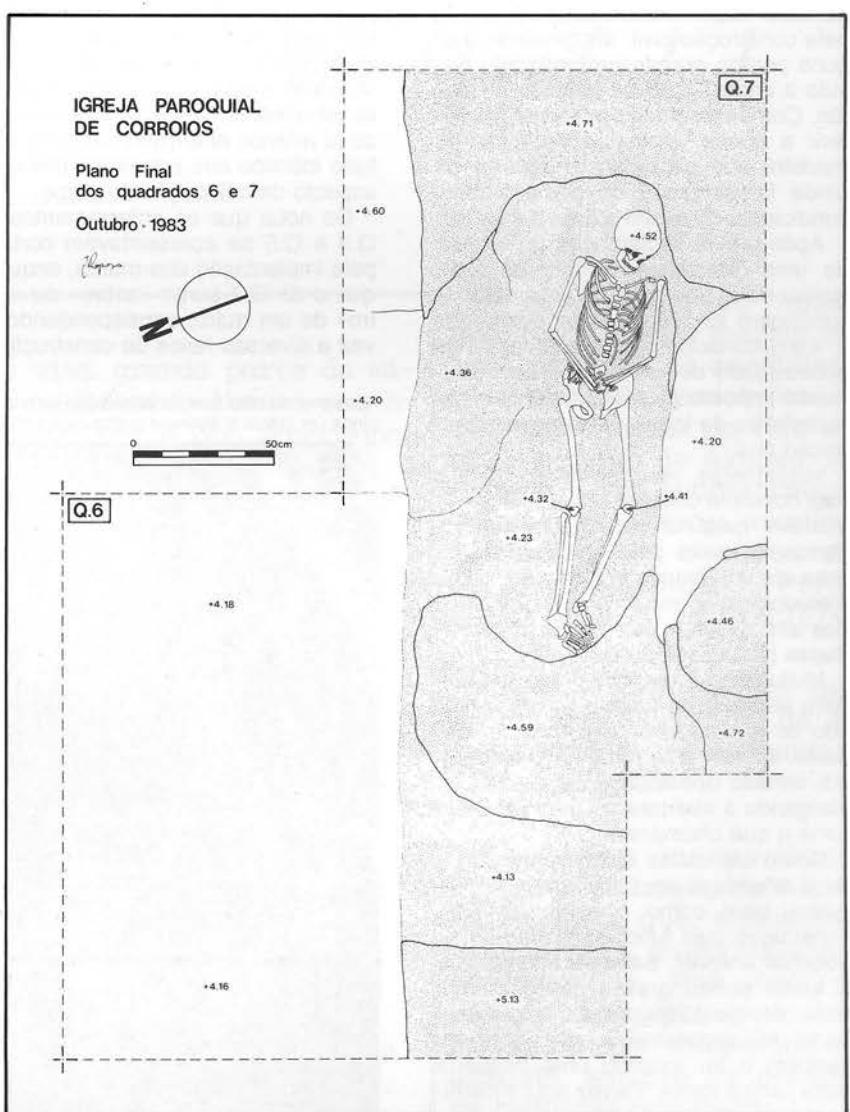
De imediato os referidos serviços, com a colaboração do Centro de Arqueologia de Almada e de jovens da OTL, iniciaram uma intervenção arqueológica de emergência, da qual foi dado conhecimento oficial ao Departamento de Arqueologia do IPPC.

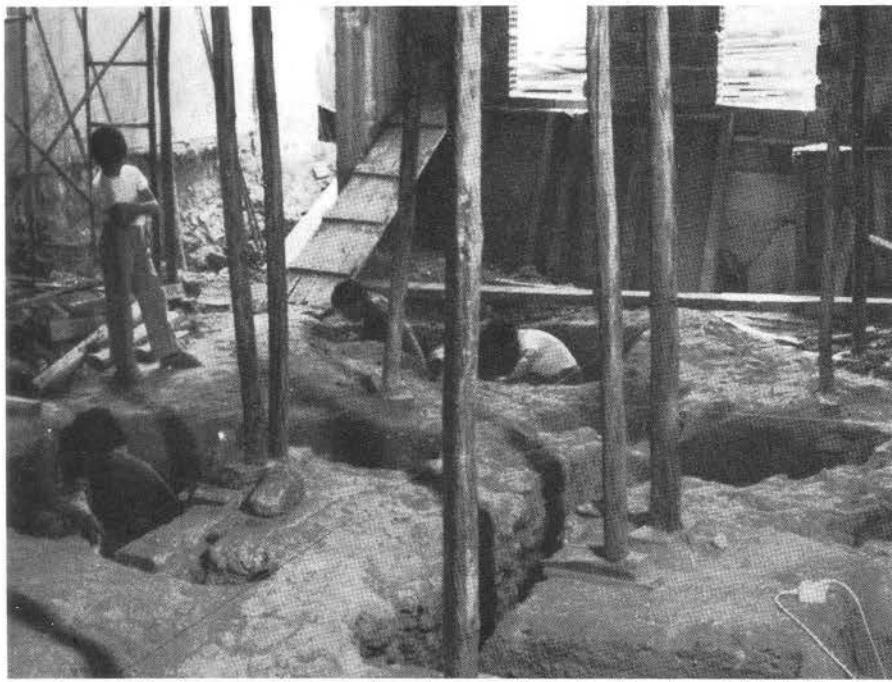
Os trabalhos decorreram de 12 de Agosto a 11 de Novembro de 1983, tendo para isso a Câmara Municipal do Seixal garantido o salário de quatro desses jovens quando já não abrangidos pela OTL.

(*) Membros do CAA e Técnicos dos Serviços Museológicos da CMA e do Museu Municipal do Seixal (respectivamente).



Planta do chamado «quadradinho 7», podendo observar-se o enterramento efectuado «sobre» ou «dentro» de uma parede, o qual tem ainda como particularidade o facto de estar disposto em sentido inverso ao de todos os outros (o que nos leva a crer tratar-se de um clérigo).





Aspecto parcial da área escavada, podendo avaliar-se a dificuldade adicional constituída pela quase «floresta» de toros de madeira que suportavam a placa do 1.º piso.

No local, constatou-se que toda a camada superficial fora já remexida pela construção civil, atingindo-se nalguns pontos grande profundidade devido à implantação de sapatas de betão. Como dificuldade adicional, de referir a quase «floresta» de toros de madeira que garantiam o suporte da ainda fresca placa do primeiro piso, condicionando assim a área a escavar.

Após prévia implantação no terreno de uma quadricula de 2 m de lado, tentou-se a abertura de uma vala de sondagem longitudinal nos quadrados 2, 4 e 6, conscientes que estávamos da necessidade de um rápido reconhecimento imposto pela «impaciência» característica de todas as obras de construção civil.

Infelizmente, verificou-se que toda a vala coincidiu com um muro que quase aflorava nalguns pontos do terreno. Optou-se assim pelo alargamento da área de intervenção, tomando como metodologia a escavação de quadrados alternados e das zonas já degradadas pelas sapatas de betão.

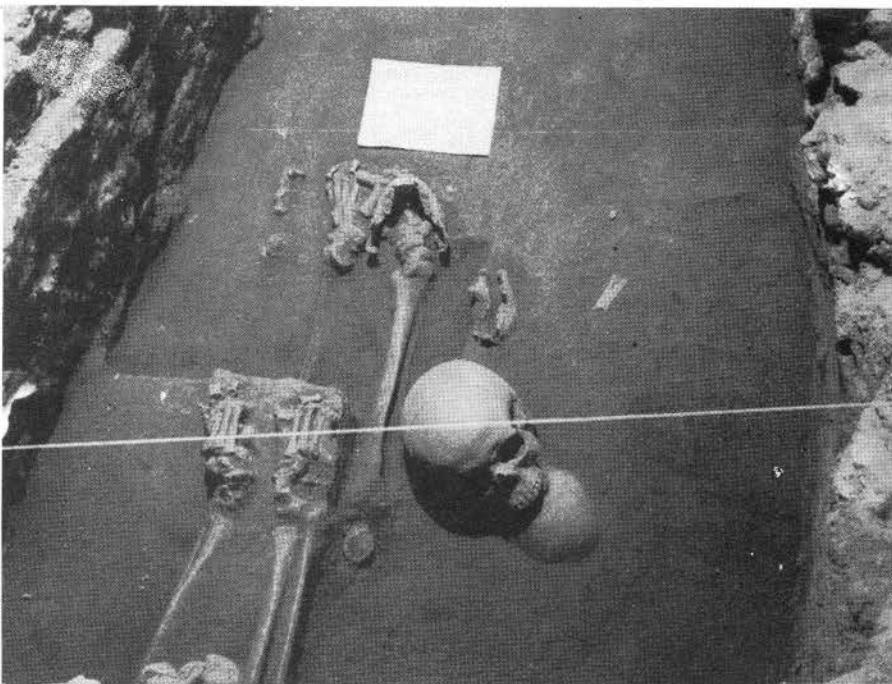
Muito perto do final do prazo imposto para terminar os trabalhos, a escavação do quadrado 6 permitiu a descoberta de um enterramento efectuado em sentido oposto a todos os outros, obrigando à abertura de uma pequena zona a que chamámos Q.7.

Como estruturas identificadas, além do já referido muro, detectaram-se dois outros bem como o canto de uma construção cuja funcionalidade não foi possível antever. Sabe-se apenas que a Igreja sofreu graves danos com o terramoto de 1755, após o que só em parte foi reconstruída. De concreto também o ter existido uma pequena casa junto à igreja. Talvez aqui a justificação dessas construções.

Para além disso surgiram diversas sepulturas, simples valas abertas em solo arenoso e das quais apenas a identificada no Q.5 apresentava um contorno nítido. A sua orientação era sensivelmente Oeste/Este, à excepção do já referido enterramento do Q.7, em tudo idêntico aos anteriores menos no aspecto da colocação do corpo.

De notar que os enterramentos dos Q.9 e Q.5 se apresentavam cortados pela implantação dos muros, enquanto que o do Q.7 surge «sobre» ou «dentro» de um outro, correspondendo talvez a diversas fases de construção.

Pormenor de uma fase de escavação do quadrado 2, observando-se dois enterramentos sobrepostos e ainda um crânio e diversos outros ossos dispersos.



Estratigraficamente bem definidos temos os níveis de enterramento (sécs. XV a XVII) e a fase posterior (séc. XVIII a XX), constituída essencialmente por detritos.

No decorrer da escavação foram apenas recolhidos os ossos dispersos, efectuando-se o registo fotográfico e tridimensional dos enterramentos detectados que, no entanto, foram mantidos *in situ*.

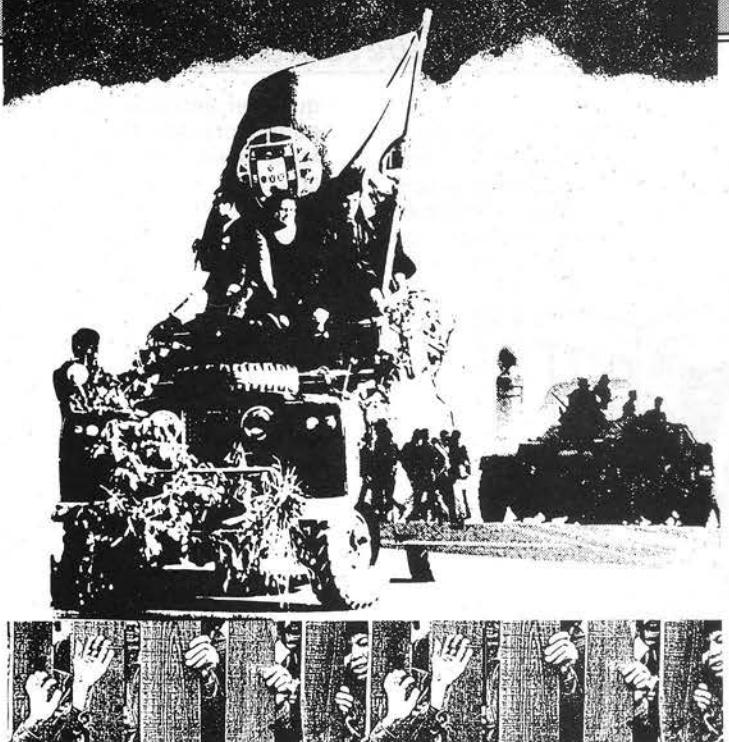
Do espólio há a assinalar o aparecimento de alguns rosários constituídos por contas e crucifixos em osso, cerca de três dezenas de moedas dos sécs. XV e XVI, uma medalha de N.ª Sr.ª do Cabo, alfinetes de cabelo de dimensões várias, fragmentos de cachimbo e ainda grande quantidade de cerâmica muito fragmentada, nomeadamente faiança dos sécs. XVII e XVIII.

Após a escavação foi colocada uma camada de areia a fim de proteger as estruturas e sepulturas e, ao mesmo tempo, identificar a área escavada. Com a continuação das obras foi colocado um chão de cimento.

Os materiais recolhidos encontram-se em depósito no Museu Municipal do Seixal, procedendo-se à sua lavagem, marcação e catalogação, trabalhos em que colaboram alguns jovens do recém-formado Núcleo de Arqueologia da Escola Secundária da Amora.

SOMMAIRE

Résumé des premières conclusions sur la recherche archéologique à l'église de Corroios (Seixal) par le Musée Municipal du Seixal.



1974-84: 10 anos de associativismo em liberdade!

Trabalho de:
Elisabeth Carvalho
Irene Fialho
Maria João Peres

Depoimentos escritos de:
Alexandre Castanheira
Maria Rosa Colaço
Romeu Correia

"Como antigo "almadense" pois vivi grande parte da minha existência no Alfeite, venho manifestar-lhes o meu apreço pela obra que estão a desenvolver, e que acompanho com o maior interesse.

Creio que os componentes do Centro de Arqueologia de Almada são todos jovens; dificilmente terão conhecido Almada como era antes da fase de desenfreada construção que teve início nos anos 40/50. Por razões que todos conhecem, a esse período de desenvolvimento correspondem a estagnação quasi total das actividades culturais que davam à vila uma personalidade própria, com características bem definidas. A pouco e pouco, criou-se um deserto, onde as pessoas deixaram de se conhecer. Crescia, à sua volta, a selva de cimento armado, que implacavelmente esmagava quaisquer outros interesses que não fossem ligados à especulação de terrenos, lotes e andares...

Almada, tal como era, cessou de existir, transformando-se em dormitório de Lisboa.

E que dormitório..." (*)

(*) Extracto de uma carta dirigida ao Centro de Arqueologia de Almada por um dos seus sócios e que tomamos a liberdade de reproduzir, dada a clareza da sua exposição.

A experiência do nosso quotidiano, agora mesmo em 1984, permite-nos constatar a veracidade da caracterização que acima se faz da vida social e cultural de Almada. No entanto, um acontecimento houve que alterou manifestamente esses e outros aspectos da Sociedade Portuguesa – o 25 de Abril de 1974.

De que forma e em que sentido a vida cultural de Almada reflectiu (e aproveitou) essa mudança?

Da nossa inexperiência quanto à realização de inquéritos resulta que, analisadas as respostas, muito fique por compreender. Por isso as nossas desculpas e a promessa de que voltaremos ao assunto, sempre na procura de melhores resultados.

1974-84: 10 anos de associativismo em liberdade!



GRUPO DE INICIAÇÃO TEATRAL DA TRAFARIA

Quando se quer chegar junto das pessoas com uma ideia, o teatro pode ser um canal de comunicação. Porém, sob determinada vigilância social e política, todas as mensagens são filtradas e encaminhadas para rumos diferentes dos que se propunham seguir. A textos elucidativos de determinada realidade eram-lhes arrancadas frases, palavras, até os esvaziarem de sentido. Quadros e esculturas que dessem que pensar, que mostrassem novas formas, nova expressividade, novo significado, que fossem para além do tradicionalmente aceite, não chegavam aos olhos do povo.

Toda e qualquer forma de arte era julgada pela censura que protegia e alimentava os interesses de uma ditadura fascista. O regime impunha um modelo de comportamento, uma única concepção de ética, estética, moral, educação, religião. Comprimia o scepticismo apontando uma única «verdade», impondo a «ordem», fechando a vida dos cidadãos em paredes cor-de-rosa, cor que ninguém via mas em que se devia acreditar.

Os censores fechavam à chave tudo o que não passava entre os dentes finos do seu pente. Impediam tudo menos a vontade das pessoas que queriam dizer como era...

Em 1972, quando o GITT se formou em torno de uma motivação unânime dos seus 25 elementos – gosto do teatro e tentativa de através dele alertar as populações para a situação do nosso País – a censura fez, naturalmente, barreira.

Com a primeira peça que levaram à cena em 1973, «Os Pequenos Burgueses», conseguiram um espectáculo que gerou à sua volta uma intensa polémica. Vários obstáculos tiveram de ser ultrapassados como a recusa de licenças para que a peça pudesse continuar e inexistência de apoios financeiros por

qualquer entidade oficial. O único suporte monetário foram as quotizações feitas pelos próprios elementos do grupo.

Com a ajuda de sindicatos, conseguiram levar a peça ao S. Luís onde permaneceu durante 2 semanas aproximadamente, seguindo-se algumas actuações na Faculdade de Letras.

Juntamente com o Grupo de Campolide e o Grupo de Teatro da Companhia Nacional de Navegação, fundaram a APTA (Associação Portuguesa de Teatro Amador). Só com o 25 de Abril de 1974 esta Associação foi legalizada e começou a receber apoios por parte do Estado que, apesar de não serem significativos, ajudaram para a sua divulgação obtendo assim apoios da Gulbenkian e FAOJ.

Com o 25 de Abril, o Grupo depara-se com um contexto social totalmente diferente. Agora, o critério de escolha das peças, apesar de não ser alterado, obedecia a outros requisitos: a realidade era outra.

A segunda peça levada à cena, «A Povoação Vende-se», de autor argentino, baseava-se num caso verídico de tentativa de manipulação de eleições, passado em Itália. Com esta peça tiveram uma actividade itinerante percorrendo Portugal de Norte a Sul e deslocando-se ainda à Madeira.

Com a terceira peça, «As Três Irmãs», actuaram na Cornucópia bastante tempo. A crítica, que sempre lhes foi favorável, redobrou desta vez o seu aplauso.

Posteriormente, com a «Boda dos Pequenos Burgueses», de Brecht, ficaram em 1.º lugar no 3.º Concurso de Teatro Amador promovido pela Intersindical o que lhes permitiu uma ida a Angola.

A actividade cultural do GITT abrangeu um leque mais vasto que o teatro. Em 1975, 76 e 77, apoiado pela Gulbenkian, FAOJ, CMA e Junta de Freguesia da Trafaria, promoveu Ciclos de Cultura na Trafaria: espectáculos de música, teatro, ballet, poesia, receberam a colaboração de Zeca Afonso, Luís Cília, Mário Viegas e Maria do Céu Guerra; de grupos de teatro como a Comuna e a Barraca; grupos de teatro infantil de Lisboa, etc.

Uma das preocupações do GITT é a falta de apoios ao teatro. As saídas dos grupos são dispendiosas, tanto o transporte como o alojamento dos elementos estão ao encargo da entidade que convida o grupo a actuar. Como tal as saídas do grupo ultimamente não têm sido muito frequentes.

Outra dificuldade com que o GITT se depara actualmente refere-se ao local onde ensaiam, onde actuam, onde se reúnem e guardam o material. As instalações pertencem a uma colectividade, como tal não têm a autonomia que pretendem o que eventualmente prejudica a sua actividade, restringindo-se esta apenas ao teatro.

Muitos outros grupos de teatro de amadores se formaram apesar de conhecerem os muitos entraves que teriam de ultrapassar, e muitos não lhes conseguiram fazer frente. O GITT tem persistido e sempre em actividade, na opinião de um dos seus elementos, devido à maturidade de 3 ou 4 carolas que sempre se mantiveram no grupo, compensando a «perda» de alguns elementos para o teatro profissional.

Com o 25 de Abril de 1974, a todos os Grupos de Teatro Amador surgiram novas perspectivas. Tiveram a possibilidade de se associarem através da APTA; o Estado apercebeu-se da sua contribuição para a dinâmica cultural de uma região; a censura perdeu o motivo da sua existência e diluiu-se com ele, etc. A partir daí um vasto leque de escolhas se abriu.

1974-84: 10 anos de associativismo em liberdade!



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE ALMADA

Em 1970, um grupo de jovens de 14 a 16 anos, quis jogar futebol.

Moradores de Almada Velha, zona que podemos designar de comunidade devido às estreitas relações dos que lá moram e à institucionalização de hábitos próprios, elementos de uma camada social que lhes permitia o exercício de profissões como pintor, carpinteiro, mecânico; jovens cujo processo de aprendizagem social foi conduzido pelas linhas hereditárias de um espírito bairrista fortemente enraizado.

Assumiram uma individualidade própria não se associando às colectividades já existentes. Eram o número suficiente para que uma equipa de futebol pudesse ser constituída. Organizaram-se, planearam, reuniram-se. A princípio tudo o que possuíam era o espírito desportivo, juventude e iniciativa. As reuniões decorriam, não numa sede mas numa tasca ou onde pudesse ser: «andavam com a trouxa às costas».

Apesar de sempre se terem denominado de Associação Académica de Al-

mada, só com o 25 de Abril de 1974 assumiram o estatuto de colectividade. A sede que hoje possuem foi conseguida nessa altura através de uma ocupação e consequente legalização e compra (com o apoio das quotizações). Souberam finalmente o que são apoios por parte das autarquias.

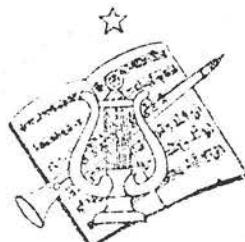
Hoje o número de sócios não chega aos 200, todos provenientes da mesma vizinhança.

A motivação base para formação desta Associação foi a prática desportiva, mas, a partir do momento que gozaram de uma sede, tentaram ir mais longe: possuem uma mini-biblioteca, formaram um grupo de teatro essencialmente dedicado a peças infantis e sketches que chegou a estar activo durante um ano (subsidiado pela Junta de Freguesia de Almada e FAOJ). Actualmente o grupo está inactivo devido à dispersão dos elementos e à falta de espaço.

Um dos principais objectivos desta colectividade é o de melhorar as condições sociais da sede com vista ao conforto dos sócios que mais a frequentam, estimular a entrada de novos sócios e desenvolver outras actividades.

A Associação mantém boas relações com as autarquias: «o Concelho precisa de pessoas que o representem e, a partir do momento que se apresente trabalho, o Poder Local apoia-nos».

1974-84: 10 anos de associativismo em liberdade!



SOCIEDADE RECREATIVA MUSICAL TRAFARIENSE

Esta colectividade, fundada em 1900, tem vindo a reflectir ao longo dos seus 84 anos as mudanças de costumes, as preferências musicais das sucessivas gerações e as fases favorá-

veis e desfavoráveis a actividade cultural a que principalmente se dedica, ou seja, a música.

O interesse pela divulgação da cultura musical através da Banda e Escola de Música, está na origem da formação da colectividade. Os seus fundadores e primeiros elementos da Banda enfrentaram a inevitável dificuldade de aquisição da sede, instrumentos musicais e fardas. Os meios de receita foram, durante longos anos, os bailes de Verão, as festas no tempo em que a Trafaria era um centro balnear e a quotização, subsistindo a colectividade graças à boa vontade de alguns «carolas» e dos mais velhos que ensinavam com empenho e gratuitamente as gerações mais novas. Todavia, a colectividade sempre enfrentou uma situação de crise. Com o decorrer dos anos, os mais velhos foram desaparecendo e infiltraram-se na colectividade pessoas que a desviaram do seu objectivo primordial (a Banda de Música), tentando formar uma orquestra para abrillantar bailes e arranjarem assim mais receitas. Para isso, muitos instrumentos da Banda foram vendidos por não se adaptarem à nova organização musical. A Sociedade tornou-se mais um centro de convívio, a sua única actividade era a organização de bailes não incentivando a população para um fim específico.

Posteriormente, e já perto dos anos 70, antigos elementos que saíram quando a Banda se desmembrou, tentaram reorganizá-la lutando para que entidades oficiais colaborassem; conseguiram que o Exército cedesse os seus instrumentos mais antigos e a ajuda das autarquias para a reparação dos mesmos.

Procedeu-se ao mesmo tempo ao ensino de música e, num espaço de 5 anos, o número de elementos aumentou consideravelmente chegando até 30. A partir daí houve maior afluência de jovens mas a Banda nunca chegou a estar solidamente constituída devido à saída de elementos, uns para conjuntos, outros porque constituem família e mudam de zona, outros por simples desmotivação. Geralmente, é característico nas camadas jovens o desinteresse pelas filarmónicas e a preferência pela música moderna; daí que, numa tentativa de estímulo, se tenha procedido ao alargamento do repertório musical, abrangendo temas de música ligeira – «se se conservar o tradicionalismo clássico, os jovens não aderem à Banda».

No entanto, nunca a Escola de música foi tão frequentada por jovens como hoje, facto que se deve ao incentivo que os sócios transmitem aos filhos.

Outra actividade da Sociedade que provoca a aderência da juventude é a prática de Karaté (cerca de 30 jovens).

Esta colectividade possui dois edifícios onde se realizam actividades dis-

tintas. Um é a sede (que desde 1900 continua alugada) no qual se inclui a Escola de Música. Outro é a chamada «Verbena», espaço em que em tempos se realizavam verdadeiras verbenas, onde actuava, num palco ao ar livre, um conjunto (cujos elementos provinham da Banda), num cenário de terra batida e um muro feito de canas e paus. Com o tempo e devido a espaçadas alterações, o cenário foi-se modificando: as canas deram lugar a um muro alto de tijolo e a terra batida ao cimento. Depois tudo isto foi coberto com um telhado e fizeram-se melhoramentos interiores. A utilização deste edifício continua a ser para bailes, não como os de antigamente onde a luz do Sol irradiava por todos os cantos – agora a atmosfera é oposta, o amplo espaço da verbena vibra com os altos décibéis, com a confusão das luzes psicadélicas e com o ritmo de muitos jovens que gozam este ambiente típico de discoteca.

Esta actividade de recreio é a principal fonte de rendimento da Sociedade, assegurando a subsistência da Banda e Escola de Música. Outras receitas provêm da CMA e Junta de Freguesia da Trafaria, sempre insuficientes no entanto uma vez que os instrumentos musicais são considerados objectos de luxo e a sua renovação e reparação são muito caras.

Hoje a Banda é constituída por 37 elementos de idades incluídas entre os 9 e os 66 anos, compreendendo-se cerca de 80% dos músicos entre os 9 e os 23 anos. A Escola de Música é composta por 30 aprendizes entre os 7 e os 15 anos, orientados por 3 monitores, um dos quais lecciona por «amor à arte», não recebendo qualquer remuneração. O instrumental da Banda continua a ser em grande parte material em segunda mão proveniente do Exército e da Fundação Calouste Gulbenkian.

O número de concertos não tem sido volumoso, verificando-se apenas nos dias mais festivos, numa média de 8 saídas anuais. O antigo coreto da Trafaria foi destruído por ordens do «Progresso» e o novo encontra-se em fase de construção há já muito tempo – «a situação actual não é estável, a crise tem reflexos nas colectividades porque elas servem o povo. Se o povo viver numa situação económica equilibrada, então as colectividades fortalecem-se, se não a instabilidade prolifera também entre elas».

A Sociedade Recreativa Musical Trafariense mantém ainda projectos de longa data:

- apoiar a aprendizagem de música através de uma biblioteca especializada.

- construir um edifício para teatro.

- continuar com os bailes com vista a garantir a essência da Sociedade, ou seja, a Banda de Música.

1974-84: 10 anos de associativismo em liberdade!

CENTRO
CULTURAL
DE
ALMADA



CENTRO CULTURAL DE ALMADA

Criado em Dezembro de 1979, já uns anos depois do 25 de Abril de 74, o Centro Cultural de Almada poder-se-á considerar como fruto da nova situação política do nosso país, sentindo-se por isso mesmo ligado ao acontecimento.

Nem o fascismo impediu um forte movimento associativo em Almada. Veja-se por exemplo o caso das bibliotecas, verdadeiros núcleos de reunião, promotores do acesso da população à leitura.

Com base nas colectividades e associações culturais conseguiu manter-se um trabalho cultural criativo, desenvolvendo uma luta pela democratização da cultura, integrada na luta mais geral pela democratização da sociedade portuguesa.

Tudo o que nasceu com o 25 de Abril teve sem dúvida um contributo desses anos de luta e experiências: a situação de liberdade de reunião, associação e expressão provocou um grande surto de iniciativas, de procura de novos campos de acção cultural, diversificando-as e chegando assim a um número cada vez maior de pessoas.

Há no entanto muito que fazer. Os artistas almadenses encontram bastantes dificuldades na realização de um trabalho criador. Contudo, o seu número é já bastante elevado – procuram estes melhorar os seus conhecimentos, desenvolvem diversas acções com grande força de vontade, tentam modificar as suas condições de trabalho.

O Centro Cultural de Almada procura, na medida das suas possibilidades, contribuir para essa melhoria a nível, por exemplo, dos cursos que promove. Abrangendo diversas áreas (técnicas, artísticas e científicas), com eles se tenta facilitar o acesso a conhecimentos enriquecedores da experiência pessoal de cada um – no cinema, no teatro, na organização de bibliotecas, etc.

A nível de infraestruturas, de condições de trabalho, sofre esta Associação de limitações comuns a muitas outras. São condicionantes de ordem geral que, no entanto, não impedem a tentativa de melhorar a actividade artística e cultural, mantendo a dinâmica já existente apesar da insuficiência dos apoios.

Nós perguntámos...

- 1* Dez anos depois de Abril de 74, que alterações nota na actividade cultural desta nossa cidade?
- 2* Qual o seu empenhamento nessa actividade?
- 3* Que obstáculos encontrou por parte do regime fascista?
- 4* Que presente e que futuro para as iniciativas culturais em Almada?

Eis as respostas...

MARIA ROSA COLAÇO

1* Estive em Almada a primeira vez nos anos 60, tinha eu 20 anos e aquela força e esperança que contorna os jovens.

Existiam as múltiplas sociedades de recreio que hoje continuam, marcadas por grandes rivalidades e... existiam os novos que nós éramos.

Dávamo-nos bem, convivíamos e fazímos um trabalho efectivo no campo cultural: organizávamo-nos a primeira exposição de poesia ilustrada que se fez neste país, tínhamos um suplemento literário no Jornal de Almada – A Parábola – fizemos teatro infantil, colaborámos em tudo quanto era suplemento literário, etc.

A experiência pedagógica que nessa altura iniciei (e que havia de testemunhar no livro «A Criança e a Vida»), trouxeram a Almada muitos escritores, poetas e pintores meus amigos, curiosos... e havia, claro, o Romeu Correia que já era o grande nome da cultura desta terra.

No regresso – estou aqui há quatro anos – criou-se esse espaço espantoso que é a Oficina de Cultura e toda a série permanente de actividades de grande nível que lá se desenvolvem, há jovens como vós empenhados em ligar o passado ao futuro – penso que não há um grupo unido como nós tínhamos, mas Almada está viva e de si dá sinal.

2* Na resposta acima, porque me alonguei, já dei resposta a esta sua pergunta.

3* A PIDE que nos perseguia, os ouvidos que nas mesas do lado nos escutavam e denunciavam, os textos que a censura cortava, os amigos que apodreciam no Aljube, tudo isso nos servia de pretexto para um certo desafio ao estabelecido – o que, obviamente, nos fazia correr um risco, aliciente no entanto porque éramos jovens e lúcidos.

4* Almada tem neste momento um grande núcleo de artistas, alguns de

projecção internacional no campo da expressão plástica.

Sinto todavia que neste momento há uma falta de coesão entre os intelectuais desta terra, por discordâncias de carácter político ou outras, que se deviam ultrapassar pois todos somos poucos para fazer o essencial. Penso que toda a forma de Arte deve servir para unir os Homens e não para separá-los.

1974-84: 10 anos de associativismo em liberdade!

ROMEU CORREIA

1* Bom, para responder à vossa pergunta temos de levar em conta o papel preponderante desempenhado pelas noventa colectividades existentes no Concelho. Escolas de música, canto coral, bibliotecas, espectáculos teatrais e cinematográficos, cultura física, bailedo e as mais variadas modalidades desportivas... Hoje, em algumas vilas e cidades a prática da cultura física e desportiva encontra mais espaço de realização nas filarmónicas, nos bombeiros voluntários e em outras associações que nos grupos desportivos, sendo estes, em muitos casos – e é triste que se diga! – autênticas empresas do espectáculo futebolístico. Voltando a Almada, a criação da Biblioteca Municipal com a média de 200 leitores diários, o espaço da Oficina da Cultura sempre ocupado por exposições e debates, dezenas de milhares de presenças anuais e a sua ligação às escolas, o grupo profissional de Teatro de Campolide, há seis anos instalado na Academia Almadense (centenas de espectáculos por todo o distrito e visitas dos seus actores aos lugares de ensino, apoio a grupos amadores, exposições e palestras pelos mais competentes especialistas portugueses), tudo isto, dizíamos, que se desenvolveu e intensificou depois da liberdade do 25 de Abril, dá alguma resposta às carências culturais da nossa terra.

2* Nascido há 66 anos, aqui temos aprendido e desenvolvido as nossas ferramentas culturais. Primeiro como

desportista e propagandista da cultura física, mais tarde como escritor, dramaturgo e dinamizador cultural. Publicámos 25 livros, tivemos muitas centenas de espectáculos nos palcos de todo o País, publicámos inúmeros artigos e animámos incontáveis colóquios. Ofertámos milhares de exemplares às bibliotecas mais carecidas. Também em jogos florais e iniciativas de arranque literário estivemos muitas e variadas vezes presentes no julgamento de variadíssimos certames.

3* Quanto a obstáculos encontrados no antigo regime (e no novo?), sem dúvida que sofremos dissabores e arrelias. Em Portugal, a mazela de 30% de analfabetos e mais 40% que, sabendo ler, nada lêem, fazem da cultura um luxo ou uma maldição.

4* Mas terminamos com um aceno de esperança aos mais novos, pois para eles trabalhamos e lutamos. Um futuro mais justo e fraterno os aguarda, dias felizes a que têm iniludível direito. Não desesperem com as traições e recuos impostos pelos nostálgicos do passado ou com todos aqueles que retalham as carnes da pátria no banquete dos seus egoísmos. Melhores dias virão, jura-mos que sim.

1974-84: 10 anos de associativismo em liberdade!

JOSÉ ALBERTO MONTEIRO

1* Penso que, em todas as camadas etárias mas fundamentalmente nas mais jovens, se nota uma grande evolução do «gosto», no campo da música, do cinema, do teatro, etc.

Dez anos passados, os jovens não sabem o que era o medo, o evitar falar. Têm um comportamento mais espontâneo, expressam as suas opiniões, tudo isto às claras e com grandes resultados.

A minha geração, no entanto, para quem o fascismo foi bem real, continua a constatar que as suas sequelas permanecem e talvez ainda levem muito tempo a sanar.

2* No regime fascista era evidente a necessidade de construir, de fazer alguma coisa. Pertenci a uma das direções da Academia Almadense e estive ligado a algumas actividades culturais, acção que mantive, embora sem responsabilidade de qualquer cargo, após o 25 de Abril (comemoração dos 75 anos do Lopes Graça, etc.).

3* O fascismo controlava fortemente as colectividades e tudo o que congregasse pessoas, exigindo diversas garantias. Posso dizer que, quando necessitei de sair para o estrangeiro, tive de deixar a minha filha como «penhor» de que regressava.

Mesmo assim, certas abertas eram aproveitadas para desenvolver actividades como o teatro, a poesia, conferências e colóquios sobre economia, educação, higiene, ciclos de cinema, iniciativas dirigidas às crianças, enfim, tentando dar consciência à vida das pessoas.

4* Modificações culturais não se realizam assim tão repentinamente. Precisamos que venham mais gerações a viver em liberdade, que a democracia se consolide, que sintamos mais prazer, mais vontade de descobrir, de sonhar, de concretizar.

Gostava, por exemplo, que em Almada existisse um bom auditório onde se fizessem coisas... mesmo que inicialmente para poucas pessoas. Com o apoio de alguns arquitectos seria perfeitamente possível. Penso que não se deve esperar mais. Nós não começamos por ter um filho e esperar que o «puto» reivindique um berço – compramos-lhe o berço!

1974-84: 10 anos de associativismo em liberdade!

ALEXANDRE CASTANHEIRA

1* A maior alteração registada é a notável parte que cabe à Câmara Municipal de Almada, através do seu Pelouro da Cultura. Ter passado a existir nesta cidade um espaço cultural com a importância da Oficina de Cultura e uma Biblioteca Municipal é qualquer coisa de extraordinário em relação ao passado, em que a cultura apenas era desenvolvida pelas colectividades de Cultura e Recreio. Foi assim possível ver em acção homens com grande visão das necessidades da população e dos objectivos a atingir pela autarquia. Nomes como Francisco Simões, Cunha Viana, Eduardo Costa, Ronaldo Fonseca e Alexandre Flores deram um contributo notável a essa missão que a Câmara Municipal, sob a orientação de José Vieira, se atribuiu. Esta actividade não ofuscou no entanto o trabalho cultural contínuo das colectividades e outras associações: bibliotecas, conferências, colóquios, recitais de poesia, de música, concertos filarmónicos, recitais de poesia, de música, concertos filarmónicos e sinfónicos, ballet, comemorações de grandes datas da cultura e da história pátria, homenagens a grandes figuras com canções de intervenção (agora com poemas de grandes poetas), etc., etc. É uma continuidade em relação ao passado, mas mais aberta, diversificada e livre!

2* Múltiplo. Através das colectividades em conferências, colóquios, recitais de poesia, homenagens e comemorações, além da parte que me toca na própria programação de muitas actividades, enquanto membro dos corpos gerentes

da Incrível Almadense e da Sociedade Piedense. Tenho também prestado aquele tipo de colaboração a escolas, a associações como «Semear para Unir», «URPICA», Centro de Arqueologia, Associação de Amizade com outros povos, etc.

Mas também através da Assembleia Municipal, de que sou membro e coordenador, já desde há 5 anos, da sua comissão permanente da cultura. Tenho além disso sido solicitado inúmeras vezes pela própria Câmara para participar em iniciativas suas no âmbito da Oficina de Cultura ou outros quadros.

Participo ainda, e finalmente, com a minha actividade própria de jornalista, de historiador, de poeta e de dramaturgo.

3* Em primeiro lugar a falta de liberdade, que por três vezes perdi (preso pela PIDE), tendo mesmo que pôr de parte a minha actividade directa ao serviço da cultura ao passar a clandestinidade e aí me manter por mais de 15 anos.

Em todo o período legal mantive sempre uma grande actividade cultural em Almada: 8 anos seguidos à frente da comissão cultural da Incrível e colaborando nas actividades culturais da Academia, do Clube de Campismo, do Clube Recreativo Piedense, da Sociedade Piedense, do Liberdade F. C., da Sociedade Pragalense, etc. Mas por isso mesmo o fascismo perseguiu-me, ameaçando mesmo uma vez de me retirar a declaração de «bom comportamento» que me era necessária para obter a isenção de propinas na Universidade, o que me retiraria a possibilidade de concluir a minha licenciatura de Histórico-Filosóficas.

4* A minha parte é a de total adesão e o máximo de disponibilidade deixada pela actividade profissional, familiar e política. Quanto ao futuro dessas actividades em Almada há que reforçar cada vez mais esses baluartes que são as colectividades, manancial de todos os tempos em quadros culturais, alguns deses hoje em postos importantes. E isto porque, se não houver um novo governo com uma nova política, cada vez haverá maiores dificuldades em prosseguir a nível autárquico o desenvolvimento das actividades. A Câmara tem cada vez menos dinheiro para tal. A própria população está cada vez mais atirada para a luta diária pela sua sobrevivência, com milhares de lares onde não entram salários, enquanto outros eles são tão exígues que não é para a cultura que os dinheiros são dirigidos mas para as necessidades vitais. O povo encontrará no entanto formas de acabar com esta situação pois, apesar de tudo, o desejo do pão diário não tem posto de parte a avidez do alimento espiritual para todos.



A Ramalha situa-se na margem esquerda de uma antiga linha de água, sendo Miocénicos (22.5 milhões de anos a 5 milhões de anos) os terrenos do planalto e Plio-Plistocénicos (5 milhões de anos a 10 mil anos) os da zona mais próxima da linha de água.

As diversas estações arqueológicas existentes na zona, localizam-se desde o alto do planalto até à zona de planície e foram identificadas quer através de prospecção sistemática (que vimos fazendo de alguns anos a esta parte), quer pela observação de taludes junto a velhos caminhos ou novas vias, remoção de terrenos para obras diversas, etc.

Em 1976 Carlos Tavares da Silva escavou, de colaboração com o Centro de Arqueologia de Almada e o Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, a estação Neolítica da Ramalha, trabalho que, contrariamente à vontade de todos, não foi ainda possível tornar público. Já em 1983, a estação foi soterrada por algumas toneladas de terra sobre as quais se construiu um parque de estacionamento.



à esquerda:
aspecto da intervenção arqueológica na estação neolítica da Ramalha (1976).

Pela mesma data (1976) e sob a orientação de elementos do Grupo para o Estudo do Paleolítico Português (GEPP), realizou-se uma sondagem em área onde se tinham recolhido à superfície alguns instrumentos líticos. Porém, as expectativas em relação a esta sondagem, cujos resultados publicaremos brevemente, foram também elas goradas pelas terraplanagens levadas a cabo em 1984 – a estação desapareceu na totalidade.

Mas outros vestígios foi possível detectar. Assim, da Idade do Bronze encontraram-se alguns materiais num talude à beira da estrada, no local mais elevado do planalto. São na maioria fragmentos de cerâmica de formas carenadas e de grandes vasilhas de armazenamento. No mesmo talude eram visíveis restos de estruturas de *habitat* (fundo de cabana). O talude tem vindo a desmoronar-se por acção das intempéries.

Do período Romano foram recolhidos materiais em dois taludes situados a meia encosta – *sigillata* cinzenta estampada, *opus signinum*, cerâmica comum, etc. Na área atrás referida mas

à direita:
fragmento de cerâmica com asa (Idade do Bronze – estação do Fundo de Cabána/Ramalha).

2. RAMALHA

- zona arqueológica
em perigo!

por Ana Luisa Duarte (*)

num outro talude, detectaram-se vestígios de construções, inúmeros fragmentos de cerâmica pintada e restos alimentares (cascas de bivalves e ossos de diversos animais), espólio que pensamos poder atribuir-se ao período de ocupação Muçulmana. Também os restos de algumas edificações da Quinta dos Castros poderão ter pertencido à antiga ermida de Sto. Antão (Séc. XIV) de que resta hoje, na capela de S. João, uma lápide, dedicatória de um nobre e sua mulher.

Em face do exposto e porque passou já à fase de execução o plano de urbanização da Ramalha, parecemos pertinentes algumas considerações.

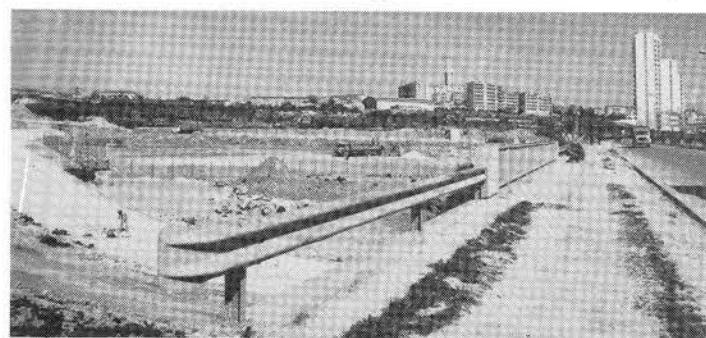


A Ramalha foi até há pouco tempo uma área suburbana e agrícola, uma comunidade cheia de tradições, perfeitamente distinta de outros núcleos populacionais do Concelho. Aí poderíamos encontrar, como em nenhum outro local, uma forte consciência do passado, uma consciência orgulhosa da ancestralidade da terra e das suas gentes; um passado em que a lenda e a História se confundem na memória colectiva, materializadas em tradições seculares de que são exemplo as festi-

vidades de S. João Batista, misto de paganismo e religiosidade.

Hoje, porém, se a alguns interessa saber «quem fomos», destrinçar a lenda da História, conhecer essas «raízes» de que justamente se orgulham as populações, enfim enriquecer a nossa vivência pelo contacto com a experiência de outros homens que aqui viveram, a outros, pelo contrário, não só tal preocupação é alheia como parecem apostados na eliminação pura e simples de todos os vestígios materiais desse nosso passado, comprometendo assim irremediavelmente o seu conhecimento.

Discursos de gente importante (vinda do «senso comum» tal opinião seria compreensível), veiculam a ideia de que do Passado nada de importante (leia-se «monumental») sobreviveu em Almada. Como tal, a questão da defesa do Património não se põe (!) ou, a existir, é em versão aligeirada (diríamos «anedótica») para ajudar a uma imagem actualadamente culta!

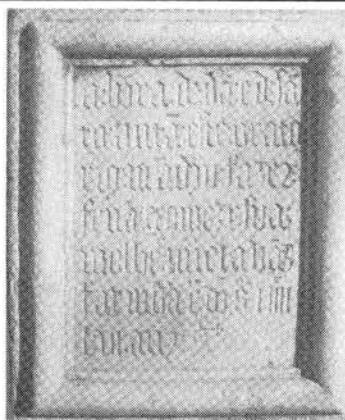


Poderíamos até concordar quanto à pobreza do nosso património monumental mas, património construído não é sinónimo de património monumental e património cultural de uma região não se resume tão pouco àqueles dois aspectos! Essa pobreza, a existir, deveria ser mais um incentivo à «procura» e defesa daqueles elementos que nos identificassem enquanto comunidade com uma personalidade e vida próprias.

É no âmbito deste tipo de preocupações que gostaríamos de saber a que regras obedece a elaboração de um projecto de urbanização. Pergunta que só tem interesse pedagógico pois, de facto, todos intuimos a resposta.

No caso da Ramalha, o projecto de urbanização implica a sua destruição histórica, paisagística e ecológica!

Mas este não é um caso isolado – da alteração de fachadas pela utilização de materiais inadequados, como o alumínio, à destruição de estações arqueológicas, vai acontecendo de tudo um pouco. Sabemos o Poder Central inoperante, incapaz de esboçar o mínimo gesto de intervenção em situações como estas, ignorando até o que é suficientemente escandaloso para se tornar do domínio público. Veja-se tudo quanto se tem feito em Lisboa, da Avenida ao recente caso do Monu-



Capela de S. João da Ramalha e lápide aí existente (datada de 1456 e último vestígio da antiga ermida de Sto. Antão).

mental e, aqui mesmo perto de nós, a Arrábida, Tróia e um pouco por todo o país: Castelo dos Templários do Convento de Cristo (Tomar), Mosteiro de Tibães (Braga), S. Maria de Bouro (Amares), Palácio do Freixo (Porto), etc., etc., enfim um livro (negro) em vários volumes.

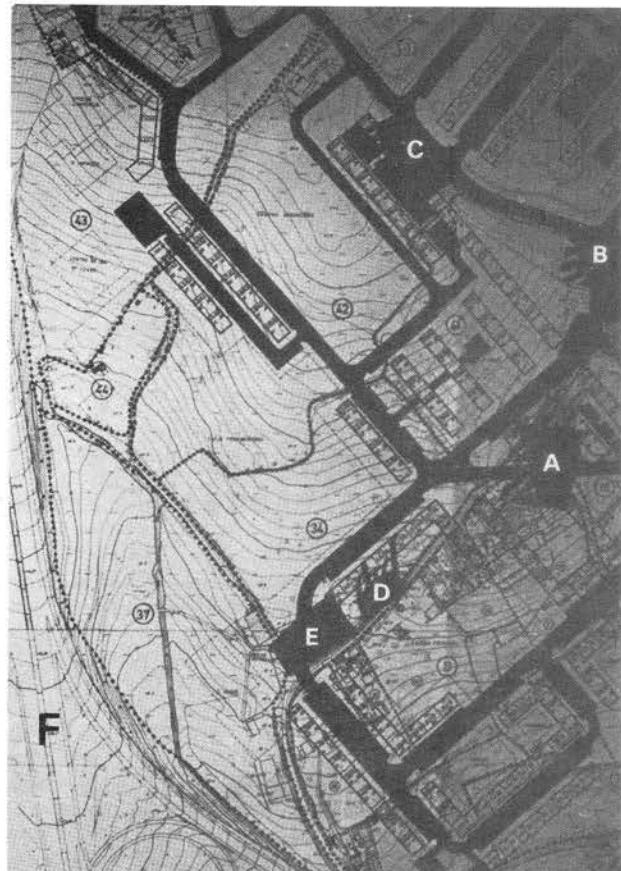
Temos pois que tomar em nossas mãos a resolução dos problemas. É neste sentido que entendemos ur-

A que regras obedece um projecto de urbanização?
No caso da Ramalha ele implica a destruição histórica, paisagística e ecológica de toda a zona.

gente, à semelhança do que já se faz em Beja, Mértola, etc., a definição da Zona Histórica de Almada, a inventariação, classificação e protecção do Património Construído e a elaboração de regulamentação autárquica que vise defender o Património Cultural e Natural do Concelho para que casos como o que hoje aqui trouxemos não se repitam.

A situação criada na Ramalha é já irreversível. Julgamo-nos, no entanto, na obrigação de, pelo menos, recuperar os vestígios do passado desta terra cada vez mais «sem rosto». Por esse motivo solicitámos uma reunião com responsáveis camarários e autorização de escavação ao organismo competente (IPPC). Aguardamos as respostas.

Que o que acima se disse (e muito ficou por dizer) constitua um desafio para todos – já basta de marasmo, apatia e inoperância.





Aconteceu em 26 de Agosto de 1931

por Paulo Espírito Santo (*)

Os anos de 1931 e 32 (neste último Salazar ocupou o lugar de chefe do Governo), foram de grande agitação social – operários navais, marinheiros, estivadores, vidreiros e estudantes iniciavam então a luta contra a ditadura e os recentemente proclamados Acto Colonial e União Nacional (constituída em partido único).

Em Fevereiro de 1931 realizaram-se em Lisboa manifestações contra o desemprego e as comemorações do 1.º de Maio redundaram em conflito entre polícia e manifestantes. Porém, foram a revolta militar da Madeira (Abril-Maio) e a de 26 de Agosto em Lisboa os acontecimentos marcantes desse ano.

Nos últimos se inserem os factos de seguida narrados. A guarnição militar do forte de Almada, verídica ou supostamente apoiante dos revoltosos, deveria ser submetida. Só que o aviador encarregue dessa missão falhou o alvo e atingiu a população civil.

«Não oferece duvidas a pessoa alguma, a característica falta de trabalho que infestou o concelho de Almada. Esta terra é constituída na maior parte por operários; ora quasi todas ou todas as vítimas atingidas pela bomba lançada do aeroplano no ultimo movimento revolucionário são operários ou filhos destes.

Veem portanto o seu lar, tornar-se cada vez mais paupérrimo e alguns têm passado ultimamente momentos dolorosos.

«O Almadense», sempre irmanado no espírito de solidariedade que deve caracterizar toda a gente, vai tomar a seu cargo a organização dum grandioso bando precatório – possivelmente no dia 20 corrente – e que percorrerá as principais localidades do concelho.

Para isso, quando o nosso jornal sair, já deve estar constituída a comissão organizadora, para a formação da qual dirigimos convite a diversas entidades e agramações do concelho.

(*) membro do CAA

A frageðia de Almada

“O Almadense” vai organizar um bando precatório com o auxílio das agramações do concelho a fim de minorar a sorte de alguns atingidos pela metralha.

Esperamos que as entidades oficiais e o povo de Almada, sempre prontas a acudir a qualquer movimento de que resulte o bem alheio, nos coadjuvem, a fim de que o resultado da organização em vista, vá minorar a precária situação das algumas vítimas.

Sobre a vila de Almada pesa, viva sempre, inapagável, a recordação da imensa tragédia que a enlutou. No dia da revolta, alarmados os seus habitantes pelo ruido do canhoneio em Lisboa, todas as fábricas, oficinas e lojas cerraram, e as ruas estavam peladas de gente, que discutia apaixonadamente. Só a chegada do avião de Manuel Vasques, pintado de branco, diferente em absoluto dos aparelhos de guerra, conseguiu desviar as atenções da multidão congregada no campo de S. Paulo. Não inspirou, porém, o menor receio. Supunham tratar-se de qualquer avião estrangeiro, de turismo, que se afastasse, cauteloso, da capital convulsionada. Otávio de Cáceres Alves, observou minuciosamente as evoluções com o binóculo com que, até então, seguia, atento, o duelo das artelharias. De repente, surpreendeu-o o lançamento, desde o avião, de um objecto relativamente grande. Emocionado, suspeitando do que se tratava, lançou um angustioso grito de alarme. Mais de quinhentas pessoas constituíram a turba de curiosos, mas bastaram segundos para que o referido campo de S. Paulo ficasse inteiramente vazio.

De súbito, uma fumarada, logo seguida de uma formidável explosão, aterrorizou a população do bairro. Estabeleceu-se um pavor inenarrável, partindo gritos aflitivos de várias casas. É que algumas das crianças jaziam no solo, banhadas em sangue. Descrever este horrível quadro é impossível.

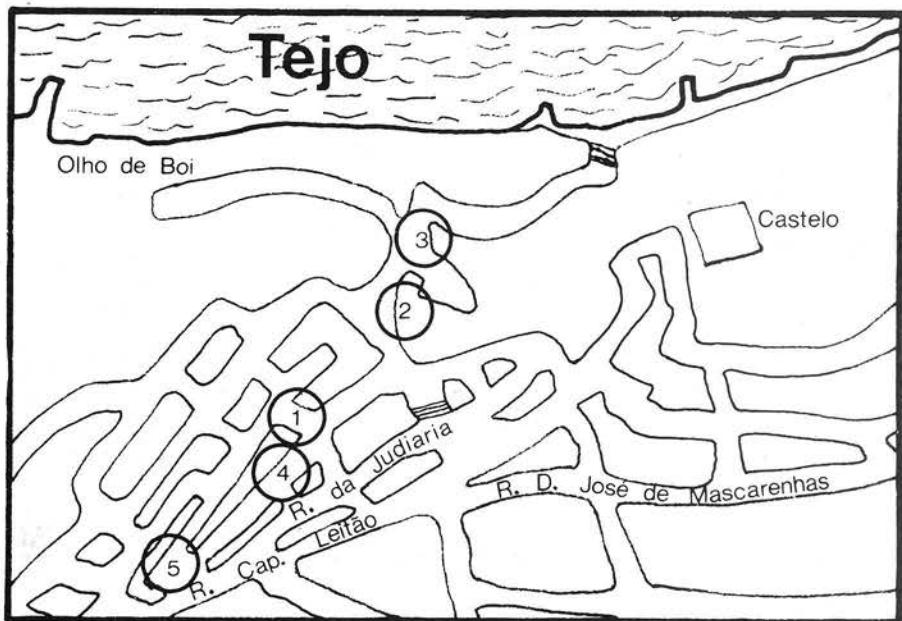
Tinha sido lançada a primeira bomba.

Esta caiu a 150 metros de distância do forte, no sítio denominado Boca do Vento, conforme ontem informámos.

Este trecho da vila de Almada compreende um bairro, situado a Este da fortaleza e composto das ruas Latino Coelho, que é a antiga rua da Boca de Vento, que deu o nome ao Bairro, rua Augusto Maria da Silveira e travessa e largo Passa Rêgo.

Ha pormenores extremamente dolorosos. À porta do n.º 3 estava a desditsa família Tosta. Ao vêr o avião, a filha de Adelino Tosta, ferida tão gravemente que, pouco depois, faleceu no hospital de S. José, chamou por esta. É que se dava a particularidade de a pobre senhora sempre haver manifestado o maior dos horrores pelos aviões, recusando-se, inclusivamente, a vê-los. Por isso, a filha acentuou:

— Ó māi! Venha ver êste, que é tão bonito!



A pobre mulher debruçou-se da janela, impelida pela curiosidade. Segundos depois, estava mortalmente ferida na nuca.

Uma das crianças despedaçadas pela bomba, Maria Augusta dos Santos, saiu no instante em que o avião branco evolucionava sobre Almada, de casa de sua avó, Adelaide Violante dos Santos, e atravessava o largo para ir ter com a māi, residente na casa fronteira. A criancinha ficou despedaçada. Arrojados os braços e as pernas a distância, rotos os intestinos, só a carinha ficou intacta, embora salpicada de sangue. Encontraram-se pedaços de carne a vários metros de distância.

Um filho de outra das vítimas, Maria da Charneca, residente no n.º 4, salvou-se graças á autorização dada por sua māi, pouco antes, para ir até outro ponto de Almada na companhia de um rapazito, mas com a expressa recomendação de andar ligeiro, não se desse a desgraça de o alcançar qualquer bala perdida. Um pouco adiante do largo do Passa Rego, na rua Latino Coelho n.º 25, formara-se um grupo que admirava as evoluções do avião. Constituíam-no Petronila Egidio, seu marido, António Adelino Antunes, Iulio dos Reis Pinho e um rapaz de 14 anos de idade, de apelido Ferreira. Foram todos atingidos por estilhaços. O Pinho, gravemente; o Albino, um pouco menos grave; e o Ferreira mortalmente. Este último ainda entrou na loja sita no referido n.º 25, nas quando Petronila, cujos ferimentos eram ligeiros, o amparava, caiu redondo no chão, com o peito despedaçado.

A primeira pessoa que chegou em socorro dos feridos foi o bombeiro voluntário de Almada Antonio Pedro Pinto, que levou o ferido Reis Pinto, ao colo, até o hospital da Misericórdia.

- 1 – Largo das Vítimas.
- 2 – Quartel da GNR.
- 3 – Miradouro do Ginjal.
- 4 – Rua do Forno (actual Rua Augusto Maria da Silveira).
- 5 – Largo do Chafariz (actual Largo José Alaíz).

O desditoso rapazito de 14 anos, Francisco Ferreira, que foi um dos mortos, ia a uma leitaria buscar leite quando os estilhaços o atingiram. Crisostomo Tavares, um dos feridos mais graves, criança de 6 anos, estava à porta da residencia, brincando, quando sua māi o avisou para que recolhesse a casa, e o Crisostomo, obedecendo às ordens de sua māi, ia a transpor o portal, quando alguns fragmentos o atingiram mortalmente.

O relojoeiro José Rodrigues Ribeiro, um dos feridos de menos gravidade, livrou-se de ser morto pelos estilhaços, por se encontrar conversando com a namorada, a pouca distância onde caiu a bomba, devido a um providencial conselho da rapariga. Ele estava na rua e ela à janela, quando surgiu o avião, dizendo-lhe pressurosa:

— Entra para a escada, porque aquilo não vem aqui por bem.

Ele assim fez, e dai a minutos deu-se o desastre.

No proximo numero referi-nos-emos ás dedicações havidas por parte dos bombeiros médicos, enfermeiros, adueiros populares etc. para com os feridos.»



Agora que já lemos a pitoresca reportagem publicada no «O Almadiano» de 6/9/1931, quisemos ouvir uma testemunha ocular que vivia no Largo do Passa Rego (actual Largo das Vítimas) por altura dos acontecimentos – a sr.ª Alda da Conceição Costa.

Queríamos saber a sua opinião sobre o que ocorreu no dia 26 de Agosto de 1931, no actual Largo das Vítimas.

A minha opinião é de que foi um dia afitivo e de muito movimento por causa do que se estava a dar.



Dado que a senhora lá vivia nessa altura, pode relatar-nos os acontecimentos?

Eles estavam a atirar tiros do Castelo de S. Jorge para o forte de Almada e as pessoas começaram a ir todas para o Miradouro para ver de onde eles vinham.

Nessa altura, a minha mãe tinha-me mandado à praça comprar peixe, que estavam a vender a 1\$00 o prato. A praça era no Largo do Chafariz mas, nos dias de calor, passava para a Rua do Forno. Eu peguei no prato e fui pelo mesmo caminho onde rebentou a bomba. Mas, como vi muita gente a ir para o Miradouro, fui também. Quando lá cheguei estava tudo cheio de gente. O tenente da Guarda Republicana estava fora do posto e os do forte começaram a ver ali muita gente e atiraram tiros para fora. Aquela gente começou toda a fugir. Eu também fui, encostada à parede dos tanques públicos. Só depois disto é que fui à praça comprar o peixe e voltei a casa pelo mesmo caminho.

Só tive tempo de arraiar o prato de peixe e ouvi um grande estrondo, as coisas começaram todas a estremecer. Em minha casa estavam também duas mulheres de Guardas Republicanos que aí se escondiam quando havia revoluções, além duma outra velhota que a minha mãe tinha recolhido e lá vivia.

Então, eu e a minha mãe fomos à porta e começámos a gritar pelo meu irmão Crisóstomo. Ele tinha ido para a rua brincar com um botezinho de cortiça numas selhas de água, onde lavávamos a roupa, mesmo em frente à escada onde morava a Tia Maria Charneca. O meu irmão e o primo Jaiminho tinham fugido para a escada mas o primo estava ferido e quando o encontrámos, tinha-se esvaido em sangue.

Quanto ao meu irmão, tanto nós o chamámos que ele veio lá da escada da tal senhora, ainda a comer um bocado de pão. Vimos então que ele tinha os pés cheios de sangue. A minha mãe despiu-lhe as calças do fatinho para ver se estava mesmo ferido. Tinha a perna varada dum lado ao outro por um estilhaço que lhe saiu pelo dedo grande do pé.

Lembra-se de muitos outros feridos?

Sim, sim! Houve uma senhora chamada Laura (casada com o senhor José Costa, dono de uma casa de ferragens na Rua da Cerca) que vinha a sair da mercearia do Ti Domingos Canica e que ficou com os braços todos cheios de buracos.

Estava também à janela a Ti Adelina Caxucha que caiu logo para dentro, e era tanto sangue que depois tivemos de o varrer para a rua.

Também a Boca-a-Banda, um rapaz chamado Felisberto, a Domingas e as filhas, a Clarisse peixeira e a irmã, ficaram cheios de estilhaços. Ia também a passar um rapazinho com um fervedor de leite que tinha ido comprar à leitaria. Morreu logo!

Por fim, uma rapariga que estava à janela com um bebé ao colo – morreram os dois, ficando o bebé todo aos bocados na parede.

Depois começaram a carregar as pessoas para os hospitais de Lisboa e para o consultório do Dr. Elvas. Muitos voltaram para casa mas outros ficaram internados. Até punham uma fita verde e encarnada à cabeceira para se saber quais eram os feridos da bomba.

À noite vieram ainda buscar mais feridos com o camião do lixo para irem ao hospital de Setúbal. O meu irmão acabou por voltar para casa.

Depois as famílias ainda foram chamadas ao Torel para testemunhar. Soubemos então que o rapaz que ia no avião não tinha culpa. O capitão é que lhe tinha dito que, se não atirasse a bomba, o matava. Soubemos também que as pessoas que estavam no campo até viram a bomba no ar e puderam fugir.

Caíram ainda mais três bombas: uma na Quinta de Serras, outra na Quinta das Inglesas e outra ainda na Quinta da Margueira Nova. Todas elas deviam ter caído no Forte mas o vento desviou-as...



Aqui ficou o testemunho de alguém que nasceu em Almada há mais de meio século, que trabalhou na velha «fábrica de peixe» e viveu Almada antiga, lembrança ainda de uns poucos hoje, de ninguém amanhã se o futuro de Almada vier a ser o que o presente lhe augura.

SOMMAIRE

Les ans 1931 et 1932 (dans ce dernier cas le diktateur Salazar a l'occupation de chef du gouvernement portugais) ont été de grand agitation social – c'était le commencement de la lutte contre l'oppression.

A 26 Août de 1931, une révolte militaire à Lisbonne fait le bombardement du fort d'Almada (qu'on pense apuyant des révoltes). Le but c'est raté en atteint la population civile.

À travers d'un article de la presse régionale de l'époque et d'une entrevue à une témoignage, ici ce relatent les événements.

Templo de Kun Yan Tong

Este templo, é na sua origem muito anterior à chegada dos portugueses (1557), todavia, o seu conjunto cresceu e as suas dependências multiplicaram-se e o núcleo principal que hoje apresenta é de 1627. Um bom exemplo de arquitectura puramente chinesa.



NOTA

As fotografias foram amavelmente cedidas pelo Instituto Cultural de Macau.

ARQUITECTURA CORRENTE DE MACAU

por Carlos Marreiros (*)



Farmácia tradicional chinesa «Tai Leng Tong»

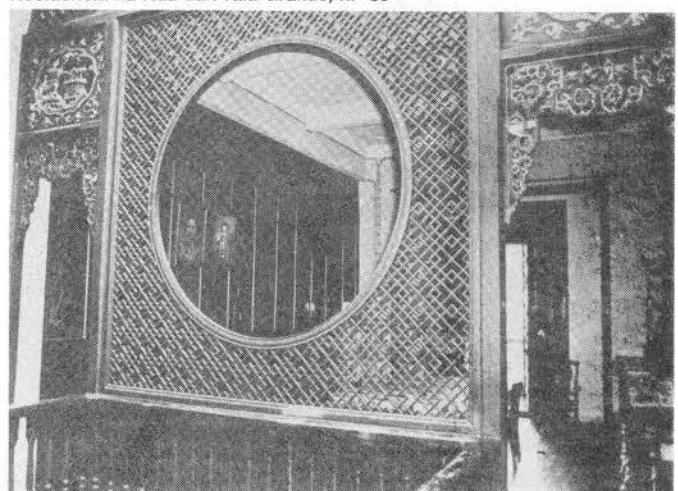
Dois exemplos de arquitectura civil chinesa, de primoroso trabalho de carpintaria e talha dourada nos interiores. A residência apresenta uma organização espacial tipicamente chinesa, mas a sua fachada é de desenho europeu e muitas soluções ornamentais no seu interior já denotam bastante essa influência.

A arquitectura corrente de Macau é o testemunho último, mas ainda vivo, da aculturação como percurso quadrissecular duma permanência coexistencial de duas comunidades, sem interrupção. A aventura civilizacional lusíada de Quinhentos, trouxe a esta região uma nova experiência e uma nova mentalidade, que pelo confronto de ideais e pelo diálogo social, gerou um quadro cultural muito «sui generis», rico e enriquecedor para ambas as comunidades.

Esse convívio cultural materializou-se, como não podia deixar de ser, na sua forma de estar/construir. A arquitectura assume-se como projecção física da sociedade num espaço tridimensional.

Até à data da chegada dos portugueses (1557) e consequente permanência, a existência ambiental era caracteristicamente chinesa, salpicada com alguns núcleos rurais, e uma organização lacunal costeira, vivendo especialmente da pesca.

Residência na Rua da Praia Grande, n.º 83



Estes três edifícios construídos em datas diferentes apresentam uma constante: a(s) sua(s) frontaria(s) são como que um cenário que se agarra ao edifício por meio de longas e largas galerias. Essas arcarias são muito usuais na arquitectura macaense, e para além de serem bons controladores naturais do micro-clima ambiental do prédio, são também exercícios muito variados de composição arquitectónica, onde se refectem as tradições locais e as «memórias importadas», significantes do quotidiano de uma comunidade híbrida.

Depois desse momento e à medida que a presença portuguesa se consolidava na região, a arquitectura mais importante, civil, militar e religiosa passou a ser de feição ocidental. Havia uma nítida demarcação entre essa construção ocidental e a construção tradicional chinesa, que consistia na criação de espaços mais modestos destinados à prestação do culto e habitação.

Talvez se possa dizer que, em rigor, edificações puramente portuguesas nunca existiram em Macau, quer porque o legado arquitectónico português tem na sua essência precedentes e influências civilizacionais de veras distintas, quer porque o que se construía em Macau, se fazia com mão-de-obra local. Isto implicava, para além dos elementos decorativos e ornamentais introduzidos por essa mão-de-obra, o aparecimento de temas e figurações escultó-



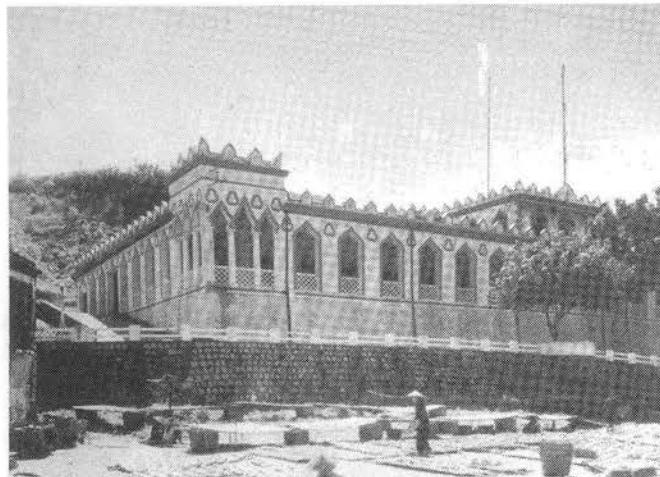
Antigo edifício dos correios e «Hotel Riviera»

rias, momentos significantes carregados de simbologia e mitologia locais, «fetiches» do quotidiano na boa tradição ancestral chinesa.

Até às primeiras três décadas do nosso século, a grande maioria dos edifícios de raiz ocidental era concebida por curiosos, sem qualquer formação de base. Faziam-nos a partir de memórias, cujos modelos culturais não lhes eram em toda a sua profundidade acessíveis, com preocupações estilísticas controversas na integridade da obra e na coerência rectórica dos conjuntos, pela interpretação personalista e às vezes deturpada das regras canónicas de composição e desenho. Eram autênticos exercícios de gosto, na sua mais lata acepção.

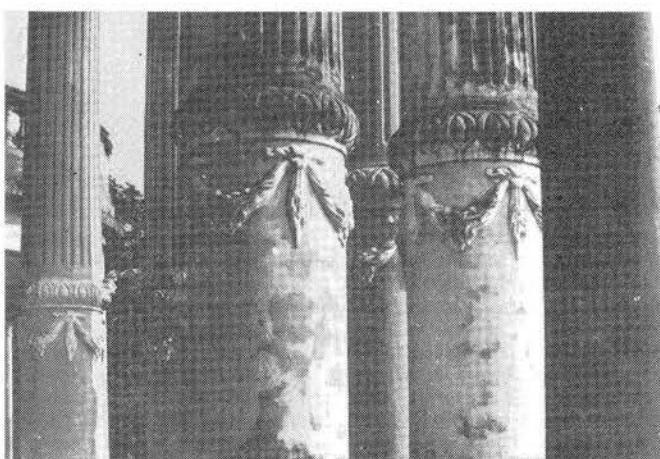
em baixo, à esquerda:
Quartel dos Mouros (edifício da Capitania)

em baixo, à direita:
Escola primária de Kon Tcheon



A este quadro aliavam-se as experiências locais – arquitectura tradicional chinesa (a psicologia do espaço/interioridade centrípeta, o vocabulário/linguagem, a simbologia/geomância...) – que se reflectiam não só nas fachadas mas também no interior dos edifícios, consumando-se num discurso vibrantemente eclético, rico e quantas vezes irónico. A arquitectura é escrita em chinês, português e estrangeiro, às vezes com «erros gramaticais» mas quase sempre bela, «naïf» e encantadora, essa poética do espaço pelo gesto criador do homem da rua.

Se no início do séc. XVII, a materialização da essência cultural da coexistência sino-lusitana na arquitectura, se expressava só em casos bastante raros, com o volver dos tempos, pouco a pouco, essa identidade híbrida foi ganhando corpo, foi encontrando pela via do diálogo, a sua posição no espaço, a sua dialéctica própria, o seu sistema existencial. É nos primórdios do



Dois edifícios que são as primeiras residências em Macau construídas sob projecto de arquitectos (1917), sendo a Escola Leng Nam um dos mais belos exemplos de arquitectura híbrida macaense de feição ocidental.



em cima:
Três aspectos da Escola Leng Nam

ao lado:
Convento do «Precioso Sangue de Cristo»

séc. XIX, que a arquitectura corrente macaense se sublima em «estilo próprio». Aceitamos correr o risco de afirmar que um «estilo» particularizado surgiu nessa época, com toda a especificidade e originalidade que o distinguem da simples caracterização generalizante da arquitectura colonial.

Este modo de pensar e fazer arquitectura atravessou o conturbado «*fin de siècle*» e assumiu-se em toda a sua plenitude nos princípios do novo.

Com o advento do betão armado e de uma nova era tecnológica e, a partir dos anos sessenta, com o crescimento económico que se processou na região e que levou a um expressivo desenvolvimento da indústria da construção, Macau começou a perder a sua fisionomia específica e tornou-se, cada vez mais, igual a tantos outros sítios, pelo abandono dos valores tradicionais e regionais, em nome de um modelo de fotogenia barata que falsamente se reclama de dimensão universal.

SOMMAIRE

Dans cet article l'auteur nous présente l'architecture de Macau comme le dernier témoin vivant de l'influence de deux cultures: la portugaise et la chinoise.

MUSEOLOGIA, MUSEOGRAFIA, MUSEUS...

por António Nabais ()*

«Muitos dos nossos museus são depósitos, alguns muito belos, de fragmentos mudos, sem nenhuma mensagem para o homem do séc. XX».

Alfonso Castrillón (1)

Museologia «é a ciência do Museu. Estuda a história dos museus, o seu papel na sociedade, os sistemas específicos da investigação, da conservação, da educação e da organização, as relações entre o meio físico, a tipologia» (2).

Perante o desenvolvimento da ciência museológica, os termos museologia e museografia têm suscitado confusões várias, que vão sendo ultrapassadas com a reflexão e estudo de museólogos no sentido de esclarecer o significado e o conteúdo destas palavras.

Por Museografia entende-se um conjunto de técnicas e práticas, deduzidas da Museologia ou consagradas pela experiência, relativo ao funcionamento do Museu. Este «é uma instituição permanente, não lucrativa, ao serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e principalmente expõe os testemunhos materiais do Homem e seu meio ambiente, para fins de estudo, educação e prazer» (2).

Conceito lato este que não permite apresentar um critério uniforme para a classificação da enorme variedade de Museus existentes. Como afirma o Dr. Ernesto Veiga de Oliveira, «os museus em geral podem ser de tantas espécies quantos os aspectos que se queiram individualizar dentro das inúmeras categorias disciplinares e formas especiais, mais ou menos definidas, das actividades humanas» (3). Museus de Arte, Arqueologia e História, Ciências Naturais, Ciência e Tecnologia, Etnografia e Antropologia, museus especializados, regionais, gerais e mistos, museus públicos ou privados, muitas são as designações aplicáveis a esta instituição «velha» de alguns séculos.

Para os Gregos, «museu» era o templo das Musas. Mais tarde assim se chamou também o lugar ou edifício destinado ao estudo das Humanidades, Ciências e Artes, de que é exemplo o complexo edificado em Alexandria no séc. III. a.C. – biblioteca, salas para aulas e estudo, anfiteatro, refeitório, observatório, jardim botânico e zoológico, alojamento para professores...).

Na época Renascentista, quando na Europa se organizaram «Tesouros», «Gabinetes» e «Galerias» de reis, príncipes e burgueses, em Portugal surgiram coleções para as quais muito contribuiram os objectos exóticos trazidos pelos navegadores portugueses. No que respeita à organização de coleções nacionais, merece destaque o depósito de armamento nacional criado por D. Manuel no antigo Paço da Ribeira, bem como a coleção de moedas portuguesas e romanas organizada por Severim de Faria. Embora não reunindo ainda as características que virão a definir verdadeiramente um museu, estas experiências revelam já um interesse pelo objecto.

Paralelamente, já desde o séc. XVI se tinham iniciado trabalhos como objectivo de descrever, estudar e valorizar o património arqueológico, numismático, epigráfico e artístico, e de recolher elementos de fauna e flora nos continentes africano, asiático e americano. Porém, só a partir da segunda metade do séc. XVIII estas iniciativas se vão desenvolver de forma organizada com a criação de museus, gabinetes e jardins botânicos.

Pode afirmar-se que, no caso dos museus portugueses, estes tiveram um bom princípio, nascendo apoiados na investigação científica. No séc. XIX outros se organizaram, embora nem sempre com a mesma preocupação, transformando-se mais em depósitos de curiosidades com objectos raros e exóticos do que em centros de cultura.

A partir da segunda metade desse mesmo século, a actividade museológica portuguesa vai sofrer um impulso inovador com a criação de novos museus e com a formação de coleções com novos materiais. O conceito de cultura e património alargou-se – objectos da indústria e da etnologia vão dar origem a novos museus, passando

a integrar colecções que explicam a história regional e local. A criação dos museus industriais e comerciais, em 1883 (tendo como objectivo fundamental contribuir para o fomento da indústria e do comércio) é acompanhada de diversas actividades de carácter museal: Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental (Lisboa/1882), exposições em Coimbra, Aveiro e Guimarães, exposição de ourivesaria e cerâmica no Palácio de Cristal (Porto), etc. Diversos investigadores (de que destacamos Sousa Viterbo e Gabriel Pereira) contribuiram também para o desenvolvimento da Museologia em Portugal.

As definições de Museu foram-se reformulando: de «depósitos de objectos interessantes, que nos diversos ramos dos conhecimentos humanos proporcionam elementos de estudo e exemplares próprios para o aperfeiçoamento do ensino teórico» (José Silvestre Ribeiro, 1871), a «edifício onde se guardam os exemplares e objectos raros ou curiosos relativos às ciências, bellas-arts, letras e indústrias, quer antigos

Da análise geral da história dos museus portugueses conclui-se que, quanto à sua organização, se podem distribuir por dois grupos: os que foram organizados a partir da recolha e estudo dos materiais e os que se formaram apenas com peças recolhidas sem qualquer estudo. Se dos primeiros se conhecem poucos casos, quanto aos últimos cedo se verificou a sua transformação em armazéns, desvirtuando assim o verdadeiro significado de Museu como centro de cultura e produção cultural.

Há pouco mais de uma década surgiu (principalmente em França e no Canadá) um novo tipo de museu: o ecomuseu. Como afirma Hugues de Varine, «o ecomuseu pode estar na origem duma revolução da museologia. Será, sobretudo se, graças a ele, o museu deixar de servir exclusivamente um património, disciplinas científicas, um público culto, a carreira dos conservadores, para se tornar uma instituição necessária ao desenvolvimento da comunidade, servindo pois o interesse colectivo imediato» (4).

Pavilhão «Lisboa do Futuro» na Exposição do Mundo Português



quer modernos» (Esteves Pereira, 1909), diferentes concepções museológicas apontaram as vias a seguir na organização e animação dos museus.

Durante a 1.ª República são tomadas medidas importantes na reorganização dos museus, dando-se algum relevo à investigação, apesar do quadro de pessoal dessas instituições não prever investigadores (neste aspecto não se pode esquecer o percurso traçado pelo Museu Nacional de Arte Antiga, desde muito cedo transformado num centro de estudos, graças à dinâmica dos responsáveis pela sua direcção e funcionamento).

Outro marco histórico da museologia em Portugal é o que se define a partir da Exposição do Mundo Português. Surgem novos museus – «todas as terras do País, das grandes cidades às pequenas cidades e às vilas, ambicionam possuir um museu nacional, regional, provincial, municipal ou particular», informa João Couto na conferência realizada em 1942 no 2.º Congresso Transmontano.

Hoje entende-se que o museu deve ser, antes de mais, um lugar de aprendizagem. O seu conteúdo não pode ficar encerrado entre quatro paredes. Pretende-se que desempenhe um papel importante no campo da educação e da cultura, transformando-se em instituição capaz de dar solução a problemas resultantes do desenvolvimento e transfiguração da sociedade portuguesa, sociedade que vê os seus padrões culturais alterados devido a diversos factores, tais como, o fenómeno migratório, a criação de bairros dormitórios na periferia das grandes cidades, a destruição das paisagens tradicionais – urbana e rural –, a introdução de novas técnicas de produção, a substituição dos instrumentos de trabalho...

Novas experiências têm revelado que os museus são importantes para a comunidade em que se inserem e da qual não podem desligar-se. Estas experiências surgem em moldes novos, onde o consumidor do museu é também produtor, par-

(*) Investigador de História Local e responsável pelo Sector do Património da C. M. do Seixal.

ticipando de várias formas na sua organização, animação e desenvolvimento, através da oferta de materiais, informações históricas e técnicas sobre os mesmos, etc.

Veja-se a propósito do caso do Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha), onde essa inserção na comunidade se traduziu na constituição de um Conselho Consultivo formado pelo director do Museu e representantes da Câmara Municipal da Batalha e do Grupo de Trabalho para a Defesa do Património Cultural e Natural da Região da Batalha, possibilitando ao mesmo tempo a criação de uma oficina-escola de canteiros e promovendo a formação de pessoal especializado que conserve, revitalize e divulgue as técnicas de cantaria tradicionais da região.

Outros exemplos partiram das autarquias que, com a participação das populações, têm organizado e desenvolvido museus com características inovadoras (Museus Municipais do Seixal/ecomuseu, Santiago do Cacém, Estremoz, Mértola) ou estão em fase de concretização de projectos desse tipo (Alcochete, Cartaxo, Vouzela, Almada) (5).

Outras experiências foram igualmente apoiadas por empresas (Museu do Ferro da Região de Moncorvo, da Ferrominas EP) ou associações (de que é exemplo o Museu Etnológico do Monte Redondo/Leiria, organizado pela Associação de Defesa do Património Cultural do Monte Redondo).

De referir ainda iniciativas como são as que a Câmara Municipal da Moita tem concretizado com a recuperação e rentabilização de embarcações típicas do Tejo (Núcleo Naval Histórico) (6).

Observa-se assim a fuga aos esquemas tradicionais, exemplificando uma mudança no campo da museologia portuguesa. Estas novas instituições museais não querem transformar-se em depósitos vazios de conteúdo, só para satisfazer a curiosidade dos visitantes, como aconteceu com grande parte das suas predecessoras.



Como diz Kenneth Hudson, os museus «estão também sujeitos a processos normais de declínio, deterioração e desinteresse, só podendo sobreviver se recorrerem às táticas de transformação, adaptação e reaproveitamento. Alguns têm sorte, são salvos por conselhos de gestão que lhes dão um novo estilo de vida. Outros parecem fadados para atrair apenas os preguiçosos, os falhos de imaginação e os que gostam de uma vida pacata e reforma certa» (7).

Muitos museus que quando se ergueram tiveram uma grande actividade científica, deixaram-se morrer porque não se actualizaram, indo buscar a sua força à investigação. Transformaram-se em armazéns bem ou mal arrumados. Quantos museus deixaram de ser museus? E quantos se rotulam de museus e nunca o foram?

Será que ter os materiais bem expostos, com vitrinas da última moda, com salas e bons painéis é ter um museu?

Em baixo:

Museu Municipal de Estremoz. Reconstituição de casa de fora alentejana

Em cima:

Museu Municipal do Seixal/ecomuseu. Aspecto parcial das suas secções de Arqueologia Naval e Actividades de Moageira

NOTAS:

- (1) Alfonso Castrillón, «Diseño museológico», in «Museología y patrimonio cultural: críticas y perspectivas», Cursos Regionales de Capacitación, 1979/80, Bogotá, PNUD/UNESCO; Lima (Perú), 1980, p. 27.
 - (2) Definição do ICOM (Consel International des Musées – Comissão Internacional dos Museus); o ICOM, que nasceu em 1974, é uma organização não governamental que agrupa representantes de museus de todas as disciplinas.
 - (3) Ernesto Veiga de Oliveira, «Apontamentos sobre Museologia-museus etnológicos», Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, n.º 6, Lisboa, 1971.
 - (4) Ex-diretor do ICOM e presidente do Instituto Franco-Português.
 - (5) Apenas se referem os museus cujas experiências conhecemos mais de perto.
 - (6) O ecomuseu do Seixal possui igualmente um Núcleo Naval Histórico com embarcações típicas do rio Tejo.
 - (7) Kenneth Hudson, introdução in «The Good Museums Guide», London, 1979.
- Oliveira, Ernesto Veiga de. «Apontamentos sobre museologia – museus etnológicos», Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1971.
- Girandy, Danièle e Bouilhet, Henri, «le musée et la vie», Paris, la Documentation Française, 1977.
- Bazin, Germain, «The Museum Age», New York, Universe Books, 1967.
- Benoist, Luc, «Musées et Muséologie», Paris, Presses Universitaires de France, 1960.
- Leon, Aurora, «El Museo», Madrid, Ediciones Cátedra, 1978.
- «Museus para quê?», actas do colóquio APOM/75.
- «Musées, Imaginación et Éducation», UNESCO, Paris, 1973.
- «Museus de Região – pólo dinamizador de acção cultural», Lisboa, APOM, 1982.
- «l'organisation des musées – conseils pratiques», Paris, UNESCO, 1959.
- «Panorama museológico português – carências e potencialidades», APOM, 1979,
- «Museum», revista periódica da UNESCO.



livros

BIBLIOTECA DO C. A. A.

Decidimos dedicar parte da rúbrica Livros deste N.º 3 à divulgação de algumas das obras que, por permuta ou compra, deram entrada na Biblioteca do Centro de Arqueologia de Almada nos últimos meses.

Encontrando-se à disposição de todos para consulta local, cremos que o conhecimento da sua existência interessará sobremodo a professores e alunos do Concelho, tanto mais que, no seu conjunto, estas obras não dizem respeito apenas à Arqueologia.

Para além dos títulos referidos individualmente, dispomos ainda de várias publicações periódicas de que o CAA se fez assinante («Archeologia», «Dossiers de Pré-Histoire et Archeologie», «Archaeometry») ou que recebe por ser membro efectivo de várias organizações (boletim da Sociedade Pré-Histórica Francesa, boletim do Centro Camuno di Studi Preistorici, Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, etc.).

«REVISTA DE GUIMARÃES»

Vol. XCII, Ano 1982 (Jan./Dez.), Sociedade Martins Sarmento, Barcelos, 1983

De temática variada como é seu figurino habitual, neste número da «Revista de Guimarães» podemos informar-nos sobre os Índios Anambé do Brasil, História do Concelho de Guimarães, numismática, etc., para além de dispormos de um vasto noticiário cultural – se estiver interessado em saber quais as comunicações apresentadas ao III Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular tem aqui a resposta.

«INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA»

Vol. 3, Ano 1980, Ministério da Cultura/IPP/C/Departamento de Arqueologia, Lisboa, 1983

Não é de mais salientar a importância de uma publicação deste género (apesar do atraso com que é publicada), para todos os que se encontram ligados à Arqueologia, defesa do Património ou à actividade cultural em geral.

Neste número se dá conta do que entre nós se fez em matéria de trabalhos de campo, reuniões científicas e tentativas de sistematização de dados com vista a um inventário de estações arqueológicas, para além da abordagem da questão do ensino da Arqueologia em Portugal.

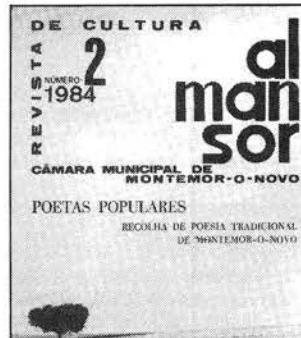
informação
arqueológica

3

«LEGISLAÇÃO»

Vol. 3, IPPC/Departamento de Arqueologia, Lisboa, Abril de 1984

Enunciado cronológico da legislação publicada entre 1901 e 1982, este volume transcreve em anexo, e no que diz respeito à Arqueologia, o Projecto-Lei 85/3, sobre Património Cultural Português (já aprovado na generalidade), bem como a lista dos sítios arqueológicos classificados.



«ALMANSOR»

Vol. 1 (1983) e 2 (1984), Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

«Almansor, revista de cultura, surge, no âmbito de acção da Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo, com o propósito de reunir e divulgar um conjunto de reflexões sobre as raízes históricas das populações deste concelho, as constantes do seu desenvolvimento, o seu presente e o seu futuro. Através da publicação de trabalhos de história, etnografia, literatura, economia, artes, demografia e outras matérias, pretende-se contribuir decisivamente para um melhor conhecimento pela população da realidade em que se insere, com a recuperação de uma herança cultural que, por motivos de diversa natureza, tem sido em grande parte desaproveitada e muitas vezes ocultada ou até destruída.»

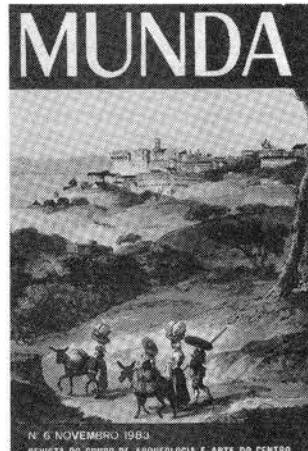
O nosso pesar é que a consciência que ditou estas palavras continue a ser exceção, mas, alegremo-nos, existe.

«MUNDA»

Vol. 6, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), Coimbra, 1983

Se o leitor se interessa por artesanato e pela latoaria em particular, tem na «Munda» um excelente artigo sobre o assunto – *Latoaria, achegas para o estudo de uma arte em extinção*. Menos bom, embora interessante, o trabalho que dá pelo título *O desenvolvimento urbano e o Património Cultural Construído* – dele esperaríamos alguma reflexão sobre os problemas concretos com que neste campo nos debatemos quotidianamente. Por esse caminho não enveredou o seu autor.

Outros assuntos: *A Universidade de Coimbra antes da Reforma Pombalina, Bobadela – escavações arqueológicas de 1982, O Teatro na Figueira da Foz (1860-1884), A Paleografia e a História e Transportes tradicionais em Marco de Canavezes*.



«ARQUEOLOGIA ANGOLA-LANA»

por Carlos Ervedosa, Edições 70, Lisboa, 1980

«Esta obra consta de três partes. Depois de uma introdução, em que damos, em traços largos, uma panorâmica das culturas pré-históricas da África subequatorial que se registaram sobretudo nos países vizinhos de Angola e que nela também ocorreram ou se reflectiram, apresentamos a primeira parte do livro. Ela é ocupada com a distribuição geográfica e a descrição tipológica das culturas pré-históricas de Angola, antecedidas de algumas notas sobre as características gerais do território.

Na segunda parte tratamos da arte rupestre angolana. Teve início no Mesolítico, atravessou a Idade do Ferro e chegou, indubitavelmente, aos nossos dias.

Na terceira e última parte damos a descrição das fortificações e túmulos, construções que representam o «megalitismo» de Angola.»

Excerto do prefácio do Autor que, pensamos, ilustra cabalmente o seu conteúdo.

«A MARGEM SUL DO ESTUÁRIO DO TEJO – factores e formas de organização do espaço»

por Maria Alfreda Cruz, 1973

Estranhar-se-á que aqui divulguemos um livro «velho» de dez anos. É que sendo o único (e excelente) trabalho sistemático sobre a personalidade da nossa região, o cremos desconhecido de muitos, sobretudo daqueles que têm nas mãos os destinos das populações. Se se pretende compreender a realidade que é hoje Almada (e os outros cinco concelhos que cabem na designação de «margem Sul») do ponto de vista económico, demográfico e urbanístico é indispensável a leitura desta obra.

«CUADERNOS DE PREHISTORIA Y ARQUEOLOGIA CASTELLONENSES»

Vol. 7, Diputación Provincial de Castellón de la Plana/Servicio de Arqueología, 1980

Publicação regional, nela encontramos no entanto trabalhos de interesse peninsular. Os assuntos tratados estão bem ilustrados por desenhos e/ou fotografias. Muito interessantes são os estudos de Ives Montemessin – *Description analytique de la céramique commune du testar de Onda/Mas de Pere (Castellón)* e de Arturo Oliver Foix – *Las influencias mediterráneas en el mundo ibérico de la zona sur del Delta del Ebro*.

De salientar também artigos sobre uma jazida do Pleistoceno Médio, a alimentação das comunidades meso-neolíticas de Cova Fosca, arqueologia subaquática e mobiliário metálico de um povoado ibero-romano.

ETNOGRAFIA PORTUGUESA

TERCIAS DE SISTEMATIZAÇÃO

D. J. LEITE DE VASCONCELOS

VOLUME VIII

COLABORAÇÃO

M. VÍTOR GUERRITO

ANNA DE SILVA NEGRÃO

PATRÍCIA CARVALHO SOARES

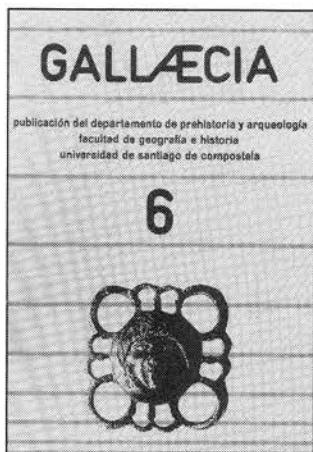
ORGANIZAÇÃO

D. LUIS FERREIRA

«ETNOGRAFIA PORTUGUESA»

Vol. I a VIII, por José Leite de Vasconcelos, Imprensa Nacional Casa da Moeda

Obra fundamental da Cultura portuguesa, a sua importância estende-se muito para além da Etnografia, abrangendo também os estudos filiológicos, geográficos, históricos e económicos.



«GALLAECIA»

Vol. 6, Departamento de Pre-História y Arqueología/ Universidad de Santiago de Compostela, Ediciones do Castro, 1980

Os nossos vizinhos possuem um vastíssimo conjunto de publicações na área de Arqueologia e Pré-História, conseguindo assim divulgar o que no âmbito dessas disciplinas se faz por terras de Espanha.

Bastante equilibrada no seu conjunto, este número da «Gallaecia» refere um estudo de Luis Benito del Rey sobre *El mustenense de Cueva Hora (Daro, Granada) Excavaciones de M. Pellicerid*, cuja metodologia nos parece alcançar os objectivos pretendidos pelo autor.

Também alguns investigadores portugueses aqui apresentam artigos seus: O. da Veiga Ferreira, Fernanda Durão Ferreira e Sallete Simões – *Nova inscultura Pré-Histórica descoberta na cidadela de Santa Luzia (Viana do Castelo)*; Teresa Soeiro – *Objectos em bronze do Castro de Alvarelhos*; Carlos Alberto Ferreira de Almeida – *Dois capacetes e três copos, em bronze, de Castelo de Neiva*.

«O ANDARILHO DAS SETE PARTIDAS»

por Romeu Correia, edição da Sociedade Portuguesa de Autores, 1983

Esta sátira em 2 actos e 12 quadros, editada na passagem do 4.º Centenário da morte de Fernão Mendes Pinto, retrata de uma maneira genial aquele que foi o nosso «andarilho». Este, instalado em Almada no fim da sua vida (de 1562 a 1583), aqui escreveu a obra que o celebrou – *Peregrinação*.

Romeu Correia, num estilo característico, retrata os últimos anos de Fernão Mendes Pinto numa versão teatralizada onde os personagens e datas conhecidas servem de base à enfiabulação.

A linguagem dos personagens confere-lhes veracidade, como se fizessem parte de uma realidade que nos é acessível. A sua movimentação dentro de

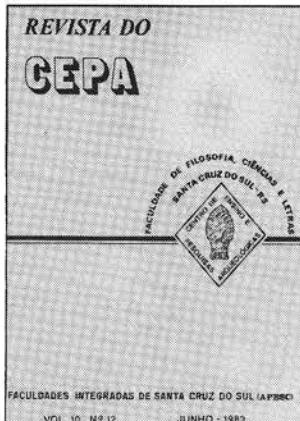
espaços fechados pressupõe no entanto uma largura que nos transporta para paragens longínquas (a recorrência a passagens da *Peregrinação* consegue o objectivo).

«REVISTA DO CEPA»

Vol. 11, 12 e 13, Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas/Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (ASPEC), Brasil

Chegaram-nos já os três últimos números da «Revista CEPA», a comemorar este ano o seu 10.º aniversário. Os volumes referem-se a Abril de 82 (N.º 11), Junho de 83 (N.º 12) e Março de 84 (N.º 13), debruçando-se todos eles sobre os resultados de pesquisas arqueológicas.

De grande interesse é o artigo *Sítios Arqueológicos numa microregião de área alagadiça na depressão central do Rio Grande do Sul*, não tanto pela tipologia e culturas, bem diferentes das Europeias e Africanas e tornando assim difícil a comparação dos dados, mas pela metodologia utilizada no tratamento dos materiais.



«HISTÓRIA DE PORTUGAL – uma visão global»

por José Manuel Garcia, Editorial Presença, 2.ª edição, Lisboa, 1984

...fornecer uma visão global da História de Portugal, para que através de uma interligação temática se possa apreender uma sequência estruturada, actualizada, problematizada e crítica da realidade histórica que marcou, na diversidade, o homem e a terra nas áreas de Portugal e da sua expansão, eis o principal objectivo com que o autor fundamenta esta obra, agora reimpressa face ao bom acolhimento com que o público recebeu a sua 1.ª edição (1981).

Algumas correcções e ampliações foram introduzidas, precisando mais rigorosamente alguns acontecimentos, caracterizando melhor certos traços das conjunturas e das estruturas e retocando o estilo de várias frases.

Ao autor, antigo membro do CAA e nosso colaborador neste

número de «al-madan», aqui deixamos mais um incentivo à prossecução do seu maior desejo – apoiar e incentivar o aprofundamento do estudo e do conhecimento do que foi e é Portugal.

dos dados específicos relativos ao sal, muitos outros aspectos marcantes da sociedade portuguesa nos séculos XVI e XVII.»

Extracto da apresentação da obra feita pelo editor

JMD

O ASSOCIATIVISMO, ARTE E TRADIÇÃO DO POVO DE ALMADA

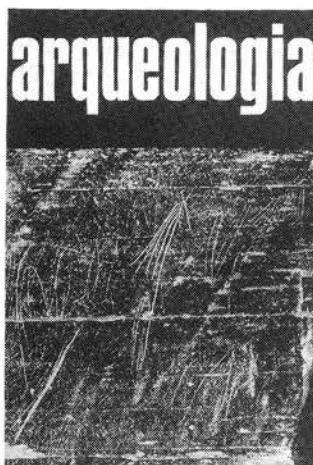
A Câmara Municipal de Almada vai editar, no contexto das comemorações do Dia da Cidade, o livro «O Associativismo, Arte e Tradição do Povo de Almada», projecto apresentado e realizado pela Associação Semear para Unir.

O livro apresenta três partes: um prefácio, onde se analisa a gênese, evolução e caracterização do movimento associativo almadiano; uma segunda parte, o rosto vivo das *Colectividades*, constituída pelo depoimento de 87 colectividades das 90 inquiridas no Concelho; uma terceira parte, a associação seiva da democracia, compilando o testemunho seleccionado de algumas colectividades e de personalidades ligadas ao associativismo, sobre os problemas resultantes do desenvolvimento social e urbano de Almada e as estratégias de acção a implementar ou desenvolver. No final, está organizada uma pequena antologia ilustrativa dos fundamentos e actividades das colectividades almadianas, baseado na imprensa local e abrangendo o período de 1856 a 1960.

A presente publicação representa um muito justo reconhecimento do esforço e entusiasmo de todos aqueles que entregam o melhor de si para colher o melhor da comunidade e um passo necessário para a defesa e recriação deste nosso património cultural.

Com o mesmo nome, «O Associativismo, Arte e Tradição do Povo de Almada», está em organização uma exposição sobre o associativismo, com a presença das colectividades, a decorrer na Oficina de Cultura, entre 21 de Junho e 8 de Julho, no quadro da qual se efectuará o lançamento do livro.

Associação Semear para Unir



«ARQUEOLOGIA»

Vol. 8, Ano 1983 (Des.), Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1984

Número que assinala o 4.º aniversário desta publicação, nele se mantém o figurino habitual, com colaborações de diversos investigadores (sobre tudo do Norte do país).

Salientamos um artigo de Vitor Oliveira Jorge sobre *O papel da Arqueologia no contexto cultural português*.

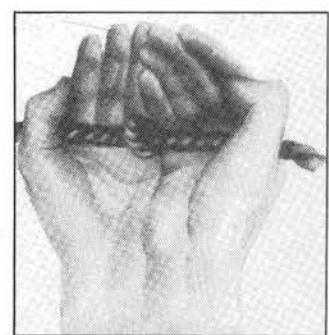
Seleção de
Ana Luísa Duarte
e Luís Pequito

HISTÓRIA DO SAL PORTUGUÊS

VIRGÍNIA RAU
Estudos Sobre a História do Sal Português
Editorial Presença-Março de 1984 – Coleção Métodos

«(...) os estudos de Virgínia Rau respeitantes à HISTÓRIA DO Sal Português, numa obra comentada por JOSÉ MANUEL GARCIA. A edição contém além do texto que dá nome à obra, os seguintes trabalhos: «Problemas da História do Sal em Portugal»; «Estudo da História Económica»; «Rumos e Vicissitudes do Comércio do Sal Português nos sécs. XIV a XVIII», e ainda uma pequena recensão da autora a uma obra sobre a História do Sal na Inglaterra.

É pois um estudo fundamental nestas matérias, tratado por uma historiadora de sólida reputação internacional e de consulta obrigatória neste domínio da sua investigação. Por outro lado, dada a importância do sal na economia portuguesa ao longo da nossa História, surgem também neste livro, a par



o fóssil de orce: hominídeo ou equídeo?

Foram os meios ligados à Paleontologia humana de todo o mundo sacudidos em meados do mês passado pela notícia, a todos os títulos surpreendente, de que «o 'Homen de Orce' seria afinal... um burro!» («A Capital», de 13.5.84) – e, de imediato, habitual sentido de humor lusitano, de que o nosso meio científico constitui eloquente espelho, lançou a subtil e suprema interrogação: «Homem de Orce» ou «Homem-horse»?!

É caso para dizer que estamos, de facto, em presença de uma ocorrência que fará história e será futuramente recordada como indisfarçável ironia. Mas, no concreto, que elementos novos levaram a toda esta agitação?

Tivemos já ocasião de indicar as circunstâncias da descoberta e de abordar genericamente as problemáticas envolventes do achado andaluz⁽¹⁾. Nessa ocasião, afirmámos, entre outras coisas, que muito interessaria no futuro obter a confirmação plena da «veracidade deste 'Homem de Orce', quer no que respeita à sua própria identificação, quer quanto à extraordinária datação que se lhe aponta»⁽²⁾. Porém, estávamos então longe de poder supor quais os desenvolvimentos que estas questões iriam sofrer posteriormente. Ora foi precisamente o primeiro dos aspectos atrás apontados que veio a ser posto em causa quando, em Maio passado, se procedeu à observação da parte interna do fragmento craniano do suposto «Homem de Orce».

Procurando reproduzir cronologicamente a evolução desta questão, poderíamos reter as seguintes datas fundamentais:

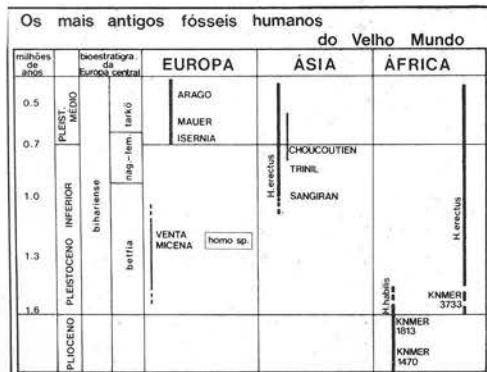
- Verão de 1982: descoberta do fóssil acima indicado;
 - Verão de 1982 a Junho de 1983: os descobridores analisam a face externa do fragmento craniano (dois parietais e um occipital) descoberto, mostram-no a diversos especialistas (Domènec Campillo, Miguel Crusafont, Pierre Maine, Peter Andrews, etc.) e chegam à conclusão «definitiva» de que o mesmo era pertencente a um hominídeo;
 - Junho de 1983: o fóssil em causa é dado a conhecer publicamente;
 - Europa (veja-se em anexo a este texto o programa daquele colóquio, agora adiado);
 - Maio de 1984: após ser totalmente limpo, o fragmento craniano de Orce é de novo observado. Na sua face interna, duas ocorrências surpreendem os descobridores: «uma pequena crista que aparece no occipital e umas rugosidades nos parietais». Inicia-se então um estudo tendente a verificar: em primeiro lugar, se «estas ocorrências entram dentro da variabilidade humana», e em

- Verão de 1983: M. Antoinette de Lumley e Henry de Lumley visitam o local dos achados, observam o fóssil em questão e pronunciam-se também «definitivamente» sobre a identificação hominídea do mesmo;

- Outubro de 1983 a Maio de 1984: o fóssil do suposto «Homem de Orce» é submetido a uma limpeza completa, particularmente na sua face interna ou endocraniana, até aí coberta por «uma ganga calcária muito dura»;

- Abril/Maio de 1984: o Governo Autónomo Andaluz toma em mãos a organização para os dias 28 a 30 de Maio de um colóquio internacional sobre «EL Hombre de Orce», onde o fóssil em questão seria formalmente apresentado à comunidade científica internacional e aproveitada a ocasião para fazer um ponto de situação sobre as mais antigas ocupações humanas da Europa (veja-se em anexo a este texto o programa daquele colóquio, agora adiado):

- Maio de 1984: após ser totalmente limpo, o fragmento craniano de Orce é de novo observado. Na sua face interna, duas ocorrências surpreendem os descobridores: «uma pequena crista que aparece no occipital e umas rugosidades nos parietais». Inicia-se então um estudo tendente a verificar: em primeiro lugar, se «estas ocorrências entram dentro da variabilidade humana», e em



quadro com a localização cronológica do «Homem de Orce» (Venta Micena).



segundo lugar, através de uma «diagnose diferencial», se as mesmas ocorrências «podem pertencer a algum outro animal». Ao mesmo tempo que, em Espanha, se trabalhava nestas duas direções, levou-se um molde en-

drocraniano do fóssil a Paris, onde existe o maior número de elementos comparativos; - *Maio de 1984*: a Dr.^a M. Antoinette de Lumley, confrontada com as observações resultantes da limpeza da parte interna do fóssil, levanta dúvidas quanto à sua definitiva identificação como de um hominídeo, afirma à imprensa que «só posso dizer que é difícil por agora assegurar que ele tenha pertencido a um homem» e sugere o adiamento do Colóquio internacional, que se deveria realizar alguns dias depois, sob pena de estar dele ausente, pretextando doença, se o mesmo fosse por diante:

mois desse período, - 12 e 13 de Maio de 1984: o diário madrileno «El País» apresenta na primeira página e trata desenvolvidamente esta questão;

- *Dias seguintes*: a imprensa de todo o mundo retoma em termos mais ou menos sensacionalistas a informação do «El País».

Como se vê, se é verdade que hoje dúvidas existem, não é menos certo que foi muitíssimo amplo o leque de personalidades que anteriormente se haviam comprometido com a identificação feita. Seria injusto, por isso, atribuir uma indiscutível precipitação na identificação

«definitiva» do fóssil em causa apenas ou sequer principalmente aos seus descobridores, que tiverem o cuidado de obter o parecer de especialistas de renome internacional, neles colocando o aval para as suas apreciações.

De resto, importa esclarecer exactamente qual a dimensão e as implicações da dúvida agora existente. Tal como salientou Josep Gibert (responsável pela equipa descobridora), «a hipótese mais fidedigna continua a ser a do fóssil pertencer a um hominídeo», havendo um grau de probabilidade de 25 contra 1 em favor dela. Assim é, porque:

- por um lado, se comprovou já irrefutavelmente entrarem as ocorrências observadas dentro dos limites da variabilidade humana. Existem já identificados, nomeadamente, exemplares humanos, actuais e fósseis, onde as mesmas crista e rugosidades surgem claramente:

Surgem claramente,
— por outro lado, se não en-
controu ainda nenhum tipo de
equídeo, actual ou fóssil,
onde tais ocorrências sejam
totalmente idênticas às do
fragmento de Orce.

Donde, se é legítimo levantar interrogações dado o carácter pouco frequente das ocorrências em causa entre os homínideos (embora nada se saiba acerca das características somáticas das criaturas humanas que povoaram a Europa há mais de 1 milhão de anos), é totalmente destituída de fundamento a afirmação simplista de que «o 'Homem de Orce' seria afinal... um burro!».

Mas, a finalizar, há ainda que referir tudo aquilo que ultrapassa o mero fóssil em si, e se prende com o próprio local (Venta Micena) onde ele foi recolhido. Em primeiro lugar, deve salientar-se que, segundo J. Gibert, «podemos demonstrar que na estação de Venta Micena houve uma actividade humana. Há ossos com estrias de uso, não produzidas por acção da areia. Há duas pedras transportadas, facto que, do ponto de vista geológico, não tem explicação». M. Antoinette de Lumley também assim pensa, pois afirmou que «há restos evidentes da presença humana na estação de Venta Micena. É evidente que o homem esteve ali, e o interesse extraordinário do lugar subsiste». Daí que toda a problemática relativa à existência (absolutamente comprovada) do Homem na Península Ibérica em épocas sensivelmente anteriores a 1 milhão de anos se continue a manter de pé nos exactos termos a que a ela nos referimos nos lugares já apontados, inclusivamente nesta mesma revista.

Se, na realidade, se vier a reconhecer que o fóssil em discussão não corresponde a um hominídeo (o que parece pouco provável) ou se a dúvida persistir insolúvel (o que parece mais possível), o certo é que, com toda a evidência, mais tarde ou mais cedo, outro exemplar, indiscutível e da mesma idade, virá um dia a surgir algumas na Península Ibérica. Talvez mesmo em alguma das estações da extraordinária depressão de Guadix-Baza, onde os trabalhos deverão prosseguir, agora se possível com redobrada intensidade e interesse.

Luís Raposo

NOTAS

(1) LUÍS RAPOSO, «Antiguidade e Origem do homem na Península Ibérica», in «História», n.º 61, Nov. 1983, pp. 48-61
 LUIS RAPOSO, «O 'Homem de Orce': seu significado e importância», in «Al-madan», n.º 2, Nov. 83/Maio 84, pp. 17-19.

(2) *Idem, ibidem*, pág. 18.

Anexo

— Apesar de adiado, parecemos interessante aqui reproduzir o programa das 4 sessões em que se organizava o Colóquio sobre «El Hombre de Orce», uma vez que o mesmo será mais tarde ou mais cedo retomado. Assim:
1.ª sessão (apresentação do achado pela equipa de escavadores)

— Jorge Augusti: «Bioestratigrafia del Plio-Cuaternario continental de la cuenca de Gaudix-Baza»

— Salvador Moyá Solá: «La macrofauna de Venta Micena, origen y evolución de las faunas cuaternarias europeas»

— José Gibert: «Estudio paleoantropológico del fragmento craneal de Homo del yacimiento de Venta Micena (Orce-Granada.)»

— comunicações não especificadas de Isidro Toro e outros membros da equipa descoberdora.

2.ª sessão (comunicações de geologia e paleontologia)

— Jean Chaline e Germain Brochet: «L'Allophaimys de Venta Micena et sa signification pour la datation du site replacé dans la stratigraphie de l'Europe»

— Manuel Hoyos, José Peña, Antonio Ruiz Bustos e Cristino Dabrio: «Génesis del yacimiento de Venta Micena (Orce) en el contexto de los rellenos cuaternarios de la depresión de Guadix-Baza»

— Antonio Ruiz Bustos e Teresa Alberdi: «Significación estratigráfica y climática de los artiodáctilos en el yacimiento de Venta Micena»

— J. F. de Villalba: «Microfauna de la cueva de Bolopet en Gerona»

3.ª sessão (comunicações de arqueologia)

— Francisco Gusi: «El yacimiento del Plio-Pleistoceno de Casa Blanca, Almenara-1 (Castellón)»

— Enrique Vallespi: «Culturas de las graveras y comienzos del Achelense Ibérico»

— Eudald Carbonell e Rafael Mora: «Filogenésis de los complejos de cantos tallados de la periferia ibérica y zonas límitrofes»

— Luís Raposo: «Le paléolithiques inférieur archaïque au Portugal. Bilan des connaissances»

— Miguel C. Botella: «Los lugares de ocupación humana más antiguos del Sudeste español»

— comunicação não especificada de M.ª Angeles Querol

4.ª sessão (perspectivas de síntese)

— Eugène Bonifay: «Très ancien Paléolithique en Europe: répartition géographique et chronologique, faciès industriels»

— Marie Antoinette de Lumley: «Les premiers habitantes de l'Europe»

— Henry de Lumley: «Les outils des premiers habitants de l'Europe»

— comunicações não especificadas de Emiliano Aguirre e Richard Leakey.



Seleção de Luís Barros

em agenda

SETEMBRO/84

2 a 7, França e Bélgica, Lille e Mons, **22.º Congresso Pré-Histórico de França**.

Organizado pela Sociedade Pré-Histórica Francesa, do programa fazem parte os colóquios «Povos caçadores da Bélgica Pré-Histórica no seu ambiente natural», «Cronoestratigrafia e facies culturais do Paleolítico inferior e médio na Europa do Nordeste» e «As relações entre o Continente e as Ilhas Britânicas na Idade do Bronze» e a exposição «A pré-história de Hainaut».

Para informações:
 Mr James Black
 University of Archeology
 Conservation Department
 31-34 Cordon Square
 WCIH OPY LONDON UK

AGOSTO/84

4 a 14, URSS, Moscovo, **27.º Congresso Internacional de Geologia**.

Para informações:
 N. Boganon
 27th 165 Lithosphere Institute
 22 Staromonetny Per
 109180 MOSCOW
 CCCP

SETEMBRO/84

2 a 8, França, Paris, **Congresso Biannual do Instituto Internacional para a Conservação: adesivos e consolidantes**.

Para informações:
 IIC
 6 Buckingham Street
 London WC2N 6BA
 UK

SETEMBRO/84

10 a 14, Dinamarca, Copenhaga, **7.º Encontro Trianual do Comité Internacional para a Conservação do ICOM**.

Para informações:
 DIS Congress Service
 48, Linde Alle
 DK – 2720 Vanløse
 DANMARK

SETEMBRO/84

Canadá, Montreal, **Colóquio Internacional sobre os Ecomuseus e a Nova Museologia/84**.

A decorrer em finais do referido mês e com a duração de 6 dias. Participação aberta a 25 estrangeiros, a preencher por convite. Para informações:
 Pierre Mayrand (Coordonateur)
 Université du Québec à Montréal
 Département d'Histoire de l'Art
 C.P. 8888, Succ. A
 Montréal, Québec
 CANADÁ H3C 3P8

SETEMBRO/84
27 a 29, R.F.A., Berlim, Problemas nos Centros Históricos (ICOMOS).

Para informações:
Pierre Vago
17 Bis Quai Voltaire
F - 75007 Paris
FRANCE

OUTUBRO/84
8 a 13, Itália, Siena e Faenza, 3.º Congresso Internacional sobre a Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental.

Para informações:
Centro Ligure per la Storia della Ceramica
Casella postale 17012
Albisola Marina (Savona)
ITALIA

1984
França, Paris, Ciclo de Formação Permanente em Arqueologia.

Decorrerá no Institut d'Archeologie (Paris I) e aí serão propostos 14 temas. Entre outros: pré-história, arqueologia oriental, clássica e medieval, etc.

Para informações:
Formation Permanente
Institut d'Archeologie
3 Rue Michelet
75006 Paris
FRANCE

SETEMBRO/85
2 a 6, Portugal, Lisboa, 1.ª Reunião Ibérica do Quaternário.

Temas gerais propostos: glaciário, margem continental – linhas de costa e pré-história da parte ocidental da Península. Aceitam-se também comunicações livres. Além de uma excursão pré-reunião (30/8 a 1/9 de 85), abrangendo a Serra da Estrela e o litoral ocidental, outras estão previstas no período da reunião.

Para informações:
Secretariado da 1.ª Reunião do Quaternário Ibérico
Travessa Conde da Ribeira, 9
1300 Lisboa
PORTUGAL

OUTONO/85
Itália, Roma, Curso de Conservação de Papel.
Com a duração prevista de 8 semanas, este curso versará os seguintes temas: química da celulose, climatologia do papel, métodos japoneses de conservação de objectos orientais de papel, métodos ocidentais de conservação de objectos de arte em papel, conservação de documentos, manuscritos, etc., conservação de livros e fotografias.

Para informações:
Training Section et ICCROM
13 Via di S. Michele
00153 Rome
ITALIA

SETEMBRO/86
1 a 7, Inglaterra, Southampton, XI Congresso da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas.

PLANO NACIONAL DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS/84

Após apreciação das Comissões Consultivas Regionais Provisórias, foi aprovado pela Comissão Nacional Provisória de Arqueologia (CNPA) em Janeiro último o Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos para o ano de 1984, plano esse condicionado ao «plafond» de 19 450 contos atribuído pelas verbas PIDDAC à Arqueologia.

Áreas de actuação:

I – Inventário do Património Arqueológico

Verbas destinadas ao desenvolvimento das acções de inventário de imóveis ou bens arqueológicos, já iniciados na Região Norte e Região Sul, e a implementar no Centro. Início de um programa sistemático de inventário do património arqueológico submerso.

II – Conservação do Património Arqueológico

O critério seguido na definição dos sítios a intervençinar foi o seguinte:

- 1) Sítios afectos ao IPPC.
- 2) Sítios que são Património do Estado.
- 3) Sítios aos quais o IPPC se vinculou por Protocolo.

4) Sítios de interesse excepcional no âmbito nacional. Neste caso a CNPA, recomendou que o IPPC procurasse estabelecer protocolos com a respectiva entidade autárquica no sentido das acções a desenvolver terem a necessária garantia de eficácia.

III – Escavações de Emergência (Salvamentos)

A salvaguarda do valor científico de sítios ameaçados, é uma das atribuições dos Serviços de Arqueologia do IPPC. Independentemente de situações que venham a surgir ao longo do ano e para as quais se procurará cobertura através do OGE do IPPC e dos Serviços Regionais, prevêem-se já várias intervenções.

IV – Apoio a projectos de Investigação

O apoio à investigação arqueológica, embora dentro do âmbito das atribuições do IPPC, deverá ser diversificado de modo a serem encontradas outras formas de financiamento.

	Departamento de Arqueologia	Zona Norte	Zona Centro	Zona Sul	TOTAIS
I – INVENTÁRIO	1050	1000	500	800	3350
II – CONSERVAÇÃO	750	850	320	600	2520
III – SALVAMENTOS	500	1280	125	450	2355
IV – INVESTIGAÇÃO	–	3862,5	2500	3862,5	10225
V – PUBLICAÇÕES	1000	–	–	–	1000
TOTAIS	3300	6992,5	3445	5712,5	19450

INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS PROPOSTAS NA ZONA SUL

II – Conservação

- Pizões (Beja)
- Anta Grande do Zambujeiro (Évora)
- Abicada (Portimão)
- Abrigos da Esperança (Arronches)
- Estações da Idade do Ferro de Ourique
- Castelo de Alcácer do Sal (*)

III – Salvamentos

- Depósito Votivo de Garvão (Ourique)
- Ruínas da Rua de Burgos (Évora)
- Área Mineira de Vipasca (Aljustrel) (*)

IV – Investigação

- a) acções subsidiadas
 - A.N.S.O.R. (Pé da Erra e Cova da Onça)
 - Megalitismo do Concelho de Marvão (Anta da Bola da Cera e Menir Água da Cuba)
 - Povoado Megalítico do Alto Alentejo (Cabeça do Cubo)
 - Idade do Ferro SW (Favela Nova)
 - Idade do Ferro do Baixo Alentejo e Algarve (Fernão Vaz)
 - Arqueologia Árabe no Sul de Portugal (Vila Moura)
 - Idade do Ferro Final e Romanização em Castro Verde

(Castelinho dos Mouros)

- Pré-História na Região de Muge (Fonte da Moça)
- Menires de Portugal (Milrei e Padrão)

(Monte da Tumba e o Calcolítico no Baixo Alentejo (Monte da Tumba e Castelos))

- Das Comunidades Recolectoras e Caçadoras às Produtoras (Samouqueira e Medo Tojeiro)
- Campo Arqueológico de Mértola (Alcáçova e Rossio do Carmo)

(Villa Romana (S. Cucufate))

- Bronze SO (Passo Alto)
- Povoamento Proto-Histórico do Concelho de Silves (Cerro da Rocha Branca)

(Povoamento do Algarve Oriental (St.ª Justa, Castelo de Castro Marim e Castelo de Alcoutim))

- Torre da Palma (Torre da Palma)

(Margem esquerda do Guadiana, da Romanização à Época Arabe (Torre Velha))

- Estação Abrigo Pinho Monteiro (Abrigo Pinho Monteiro)
- Salv. Milharós (Milharós)

(Mesolítico no Centro e Sul de Portugal (Pocas de S. Bento))

- Povoação Calcolítica de Porto Torrão (Porto Torrão)

Tal tem acontecido no que diz respeito às autarquias, devendo por outro lado, procurar-se cada vez mais uma intervenção do Ministério da Educação, através das Universidades ou do INIC, nesta área.

V – Publicações e Divulgação

Compete ao IPPC promover o desenvolvimento da actividade editorial no campo arqueológico, pelo que se implementará em 1984 a criação duma série intitulada «Trabalhos Arqueológicos», destinada a publicar escavações feitas pelos Serviços ou outros arqueólogos. Esta série deverá ser completada com outras, nomeadamente referentes à Publicação do Inventário do Património Arqueológico e a um «corpus» da Bibliografia Arqueológica Portuguesa.

Nota importante:

Valores do quadro em milhões de escudos.

A atribuição de subsídios está, naturalmente, condicionada ao desenrolar normal das regras estabelecidas pelo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, nomeadamente no que diz respeito à aprovação dos Relatórios e concessão das respectivas autorizações.

Estudo da Fixação Humana no Algarve (Área Urbana de Faro)

Povoado Proto-Histórico do Alto Alentejo (Baldio)

b) Acções não subsidiadas

Fábrica de Vidros de Coimbra (Arqueologia Industrial)

Fábrica de Vidros da Amora (Arqueologia Industrial)

Castelo de Noudar

Mata da Machada (Barreiro)

Jardim do Museu de Ficalho

Castelo de Serpa

Herdade dos Pombais (Romanização do Concelho de Marvão)

Monte da Chaminé (Levantamento Arqueológico de Ferreira do Alentejo)

Eira dos Palheiros (Povoamento do Algarve Oriental)

Miróbriga

Cidade das Rosas (Margem Esquerda do Guadiana, Romanização)

Ramalha (Almada)

Arapouca (Mesolítico no Centro e Sul de Portugal)

Nota

(* Acções a cargo do Departamento de Arqueologia do IPPC

Faça férias...
Faça Arqueologia!

CURTHEZON (Vaucluse)
Aldeia Calcolítica de ar livre.
1 de Junho a 30 de Julho.
Alojamento em acampamento.
Alimentação gratuita.
Idade mínima de 18 anos (16 desde que com autorização dos pais).
Tempo mínimo de permanência de 2 semanas (preferencialmente com experiência).
Esclarecimentos e inscrição:
Service départemental de l'Archéologie de Vaucluse
Conselho Geral
B. P. 318
84021 Avignon Cedex
FRANCE

APT (Vaucluse)
Edifício público galo-romano, ocupação paleo-cristã e da Alta Idade Média.
Escavações até finais de 1984.
Alojamento e alimentação assegurados.
Idade mínima de 18 anos.
Tempo mínimo de permanência de 15 dias.
Esclarecimentos e inscrição:
André Kaufmann
Rue des Bassins
84800 Apt
FRANCE

CATENOY (Oise)
Esporão fortificado do «campo de César»: Neolítico (chassierense), Calcolítico e Bronze Final.
Junho a Setembro.
Alojamento em tenda (levar saco-cama) e alimentação assegurada.
Idade mínima de 18 anos.
Tempo mínimo de permanência de 15 dias (preferencialmente com experiência).
Comparticipação para o seguro: 25 francos.
Esclarecimentos e inscrição:
J.-Cl. Blanchet
C.R.A.V.O.
21. Rue des Cordeliers
60200 Compiègne
FRANCE

CREIL (Oise)
Escavação de salvamento de uma quinta indígena de La Tène III.
Fins de semana e Outubro.
Esclarecimentos e inscrição:
J.-M. Fernolant
Esc. 4, Place Lamartine
Brenouille
FRANCE

TROSLEY-BREUIL (Oise)
Estação Neolítica (Danubiano).
Fins de semana, Junho e Julho.
Alojamento na Escola de Cuise-la-Motte.
Tempo mínimo de permanência de 15 dias (preferencialmente com experiência).
Comparticipação para o seguro – 25 francos.
Esclarecimentos e inscrição:
Mme Marian Diepeveen
C.R.A.V.O.
21, Rue des Cordeliers
60200 Compiègne
FRANCE

AIX-EN-PROVENCE (Bouches-du-Rhône).
Escavação do Oppidum d'Entremont.
25 de Junho a 25 de Julho.
Alimentação e alojamento assegurados.
Idade mínima de 18 anos.
Tempo mínimo de permanência de 2 semanas.
Esclarecimentos e inscrição:
Mm Martine Willaume
Direction Régionale des Antiquités Historiques
21-23, bd du Roi-René
13017 Aix-en-Provence Principal Cedex
FRANCE

SIMIANE COLLONGUE (Bouches-du-Rhône)
Neolítico e Idade do Bronze.
18 de Junho a 22 de Julho.
Alojamento em habitação e tendas, alimentação assegurada.
Idade mínima de 16 anos.
Tempo mínimo de permanência de 15 dias (preferencialmente com experiência).
Esclarecimentos e inscrição:
M. André Muller
Direction des Antiquités Préhistoriques
21-23, bd du Roy-René
13617 Aix-en-Provence Principal Cedex
FRANCE

SECLIN (Nord)
Estação de ar livre do Paleolítico Médio.
18 de Junho a 28 de Julho.
Alojamento a cargo do município de Seclin, alimentação gratuita.
Idade mínima de 17 anos.
Tempo mínimo de permanência de 2 semanas.
Vacinação anti-tetânica, inscrição e seguro – 38 francos.

Esclarecimentos e inscrição:
A. Tuffreau
Chargé de recherche au CNRS
Laboratoire de Géomorphologie et d'Étude du Quartnaire, bât. 2
Université des Sciences et Techniques de Lille
59655 Villeneuve-d'Ascq Cedex
FRANCE

POITIERS (Vienne)
Escavação de uma zona de habitat galo-romano.
Intervenção até 31 de Agosto.

Alojamento e alimentação assegurados.
Idade mínima de 18 anos.
Vacina anti-tetânica obrigatória.
Experiência arqueológica como condição preferencial.
Esclarecimentos e inscrição:
Directeur des Antiquités Historiques
Poitou-Charentes
102, Grande Rue
86020 Poitiers
FRANCE

VAUCLAIR (Aisne)
Escavação das ruínas de uma abadia cisterciense.
26 de Junho a 20 de Setembro.
Alojamento e alimentação assegurados (participação de 10 francos por dia com seguro incluído).
Idade mínima de 16 anos.
Esclarecimentos e inscrições:
Groupe «Sources»
Abbaye de Vauclair
02000 Laon
FRANCE

ORLÉANS (Loiret)
«Ilot Saint-Germain». Escavação urbana.
15 de Julho a 17 de Agosto.
Alojamento e alimentação gratuitos (levar saco-cama).
Idade mínima de 18 anos, vacinação anti-tetânica obrigatória.
Tempo de permanência mínima de 3 semanas.
Esclarecimentos e inscrição:
Direction Régionale des Antiquités Historiques du Centre
Cité administrative Dunois
rue Marcel-Proust
4500 Orléans
FRANCE

DONZÈRE (Drôme)
4.ª campanha de escavação na gruta de Chauve-Souris.
18 de Julho a 31 de Julho.
Alojamento e alimentação assegurados (levar material de campismo).
Idade mínima de 18 anos.
Tempo mínimo de permanência de 15 dias (preferencialmente com experiência).
Esclarecimentos e inscrição:
Joël Vital
Amphithac-Vernassal
43270 Allègre
FRANCE

ISRAEL
4.ª campanha de escavações da Missão Arqueológica de Tell Yarmouth.
De 1 de Julho a 10 de Agosto.
Idade mínima de 18 anos.
Tempo mínimo de permanência de 3 semanas.
Esclarecimentos e inscrição:
Mission Archeologique de Tell Yarmouth
Centre de Recherche Français
B. P. 547
91004 Jerusalém
ISRAEL

Escavações na estação paleolítica da foz do Enxarrique (Ródão)

A exemplo do ano passado, ir-se-á realizar em Setembro próximo mais uma campanha de escavações na estação da Foz do Enxarrique (Paleolítico médio, Mustierense?), onde foi detectado pelo menos um horizonte de *habitat* «en place», que já forneceu mais de um milhar de artefactos líticos (núcleos *levallois*, lascas, pontas e algumas lâminas *levallois*, alguns instrumentos acabados, grande número de utensílios com vestígios evidentes de uso) e ainda restos faunísticos de pequenos mamíferos, peixes e aves. Os trabalhos serão dirigidos pelos Drs. Luís Raposo e António Carlos Silva, do GEPP, e contarão com a presença de cerca de 10 elementos por dia. Apoiam as escavações o IPPC e a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.

Os objectivos da campanha deste ano centram-se nas seguintes três frentes de trabalho:

- Continuação da escavação da área já aberta anteriormente, até à obtenção de um perfil vertical que atravesse a estação de um lado ao outro, em posição sensivelmente frontal ao rio Tejo, que corre no local;
- Abertura de uma nova área de escavação, junto à vala de retro-escavadora, realizada no ano transacto, e na qual foi posto em evidência um horizonte arqueológico situado na base de uma sequência sedimentar de cerca de 6,5 m de potência, cuja caracterização cronológico-cultural e relação com a área referida na alínea a) se pretende agora estabelecer;
- Prosseguimento e aprofundamento local das observações e recolhas tendentes à melhor definição sedimentar e geo-morfológica das formações em presença, designadamente quanto à sua integração no Quaternário da zona (trabalho feito em colaboração com o geólogo espanhol Jesus Jordá Pardo).

As condições de estadia da equipa serão idênticas às de 1983, a saber: dormida em regime de campismo e almoço junto à Srna. da Alagada (V. V. Ródão), jantar em restaurante. Para quaisquer informações suplementares e inscrições devem os interessados dirigir-se aos responsáveis pelos trabalhos, no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Praça do Império, 1400 Lisboa, ou pelos telefones 61 01 00, 61 62 41 a 4.

L.R.

Novo testemunho do culto a Victoria encontrado em Castelo Branco

José Manuel Garcia

O pequeno monumento aqui apresentado (¹), foi encontrado em 1976 numa área a oeste do Hospital Distrital, fazendo parte de um muro que se encontrava desmoronado. As buscas efectuadas no local no sentido de encontrar um contexto arqueológico não deram qualquer resultado positivo.

Actualmente esta interessante peça encontra-se no Museu de Tavares Proença Júnior em Castelo Branco.

Trata-se da parte superior de uma árula em granito na qual falta a voluta do lado direito do capitel, pouco restando do pequeno frontão que possuía.



Dimensões (²): 14,6 × 11,6 × 0,8.

Campo epigráfico conservado: 7,7 × 9,5.

VICTOR/IAEM (aelo?) **T** (angini?) **F** (ilius?)/[**V** (otum) **s** (oluit)?]

Dimensões das letras: linha 1: 1,6/2; linha 2: 1,5/2.

Ao pequeno texto com duas linhas deve apenas faltar a fórmula votiva. De notar o ponto colocado a meio da letra **C** e antes das letras **TOR** que estão gravadas num lineamento superior 0,2 centímetros acima das letras anteriores. Há ainda a salientar o facto de na parte fragmentada, no lado direito, a ação de fratura ter atingido a parte inferior da letra **F**, sem que, na nossa opinião, a tivesse afectado.

A única dificuldade que o texto contém reside na determinação do significado das letras

MTF. A hipótese que colocámos na leitura proposta parece-nos a mais verosímil atendendo ao carácter geral deste tipo de textos. O **M** corresponderia ao nome do dedicante que deveria ser indígena, daí a nossa sugestão de *Maelo*, embora qualquer outro nome mesmo latino se possa colocar como *Modestus*, *Maternus*, etc. O **T** deveria indicar o nome do pai e atendendo à vulgaridade dos nomes indígenas *Tanginus* ou *Tongius*, pensamos que tal hipótese é muito viável. O **F** seria a habitual abreviatura de *filius*.

Numa segunda hipótese interpretativa poder-se-ia fazer corresponder **MTF** aos *tria nomina* do dedicante, por exemplo *Marcus Terentius Fortunatus*. A verosimilhança desta possibilidade parece-nos bastante mais reduzida.

Em Portugal conhecem-se já várias inscrições em que o dedicante surge apenas referenciado por abreviaturas.

Este novo testemunho do culto de *Victoria* encontrado em Castelo Branco vem mais uma vez demonstrar a importância religiosa desta divindade nas Beiras, alargando para sul a sua área de culto que até agora fora assinalado em Portugal nos seguintes locais: próximo do Fundão, Póvoa de Atalaia (Fundão), Vale do Lobo (Penamacor), Póvoa de Midões (Tábua), Vale do Seixo (Sabugal), Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova), Zebreira (Idanha-a-Nova); Penamacor. (³)

NOTAS:

(¹) A presente notícia esteve para ser publicada em 1978 mas por contingências várias tal não veio a acontecer e só agora se pode proceder à sua impressão. Entretanto já tive ocasião de referenciar a árula no estudo «Epigrafia e Romanização de Castelo Branco» em Conimbriga, XVIII, 1979, p. 157. Agora apresenta-se aqui o seu estudo de forma mais desenvolvida com os meus agradecimentos aos seus descobridores, Francisco Henriques, João Caninas e Manuel Leitão a cujo interesse devo a possibilidade de apresentar este pequeno trabalho.

(²) Todas as medidas vêm em centímetros.

(³) Em breve terei ocasião de publicar um estudo sobre «O culto de Trebaruna e de Victoria na Lusitânia», onde trato da problemática histórica que envolve o conjunto de informações sobre as divindades Victoria e Trebaruna, cuja identidade religiosa penso poder-se defender com elevada margem de segurança, seguindo uma perspectiva de sincrétismo.

LEI DE BASES DO PATRIMÓNIO CULTURAL EM DEBATE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A definição de uma Lei de Bases do Património Cultural está em discussão na Assembleia da República. Já aprovada na generalidade, ela está de momento em apreciação na especialidade, prevendo-se a sua agendagem para aprovação final depois de findas as «mercedidas» férias dos nossos representantes no Parlamento.

Vejamos parte do seu articulado, nomeadamente no que concerne à Arqueologia.

Projecto de Lei n.º 85/3 de 23 de Junho de 1983

Diário das Sessões, II Série, n.º 7

CAPÍTULO IV

Do regime específico do património arqueológico

«Art. 31.º Os bens arqueológicos, imóveis ou móveis, são património nacional.

Art. 32.º – 1 – Para efeitos do presente diploma entende-se por trabalhos arqueológicos todas as investigações que tenham por finalidade a descoberta de bens de carácter arqueológico, tanto no caso das investigações implicarem uma escavação do solo ou uma exploração sistemática da sua superfície, como quando se realizem no leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais.

2 – São abrangidos pelas disposições do presente diploma os testemunhos arqueológicos descobertos nas áreas submersas ou arrojados pelas águas.

Art. 33.º – 1 – A realização de trabalhos arqueológicos em monumentos, conjuntos e sítios, classificados ou em via de classificação, nas respectivas zonas de protecção, e, ainda, em imóveis não classificados, mas de interesse arqueológico, carece de autorização prévia do Ministro da Cultura e Coordenação Científica, ouvidos obrigatoriamente os órgãos consultivos competentes.

2 – O Ministério da Cultura e Coordenação Científica poderá mandar inspecionar os trabalhos arqueológicos e, quando os mesmos não obedecam a

critérios ou não estejam a ser cumpridas as condições eventualmente fixadas, mandar suspenderlos.

Art. 34.º – 1 – Quem tiver encontrado ou encontrar em terreno público ou particular quaisquer testemunhos arqueológicos, fica obrigado a dar rápido conhecimento à respectiva câmara municipal, que, por sua vez, o transmitirá de imediato ao Ministério da Cultura e Coordenação Científica, a fim de serem tomadas providências convenientes.

2 – A autoridade local procurará a salvaguarda desses testemunhos até que o Ministério da Cultura e Coordenação Científica decida sobre o interesse da sua preservação e pesquisa.

Art. 35.º – 1 – Em qualquer lugar onde se presume a existência de monumentos ou estações arqueológicas poderá ser estabelecida, com carácter preventivo e temporário, pelo Ministério da Cultura e Coordenação Científica uma reserva arqueológica de protecção, por forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse. [...]

Art. 37.º – O Ministério da Cultura e Coordenação Científica organizará anualmente um plano de trabalhos arqueológicos, de tal forma que se dê preferência aos monumentos e estações de maior importância, cujo estudo se espere recolher mais elementos úteis à ciência arqueológica.»

Este projecto mereceu já a análise da Comissão Nacional de Arqueologia; constituição de um Fundo de Fomento Arqueológico; organização de arquivos nacionais; agravamento das penalidades previstas; possibilidade de embargo, pelo Ministério da Cultura, de obras de responsabilidade de Departamentos do Estado e que se revelem atentatórias do Património Cultural; etc.

Institucionalização da Comissão Nacional de Arqueologia; constituição de um Fundo de Fomento Arqueológico; organização de arquivos nacionais; agravamento das penalidades previstas; possibilidade de embargo, pelo Ministério da Cultura, de obras de responsabilidade de Departamentos do Estado e que se revelem atentatórias do Património Cultural; etc.

Têm agora a palavra os nossos deputados!

detectores de metais

Património arqueológico em perigo

«Assiste-se de há alguns anos a esta parte a um desenvolvimento sem precedentes da utilização de detectores de metais para a pesquisa de objectos arqueológicos. O fabrico em série e para fins civis destes engenhos, originalmente utilizados como detectores de minas, põe sérios problemas a quem se preocupa com a salvaguarda do património arqueológico. Com efeito, a maior parte dos utilizadores desses aparelhos – estimados em 60 000 só em França – não parecem conscientes do perigo que fazem correr esse Património. É verdade que a apresentação do material de detecção é geralmente feita de uma forma publicitária que esquece ou deturpa mais ou menos deliberadamente a legislação.»

«O fenómeno atinge uma tal amplitude que o Conselho da Europa apresentou uma recomendação sobre ele, recomendando essa que dá uma ideia da gravidade do problema e das urgentes medidas a tomar. Presentemente, na Bélgica francófona, foi elaborado um decreto limitando estritamente o uso de detectores. Em França os tribunais estão cada vez mais atulhados de casos deste tipo.»

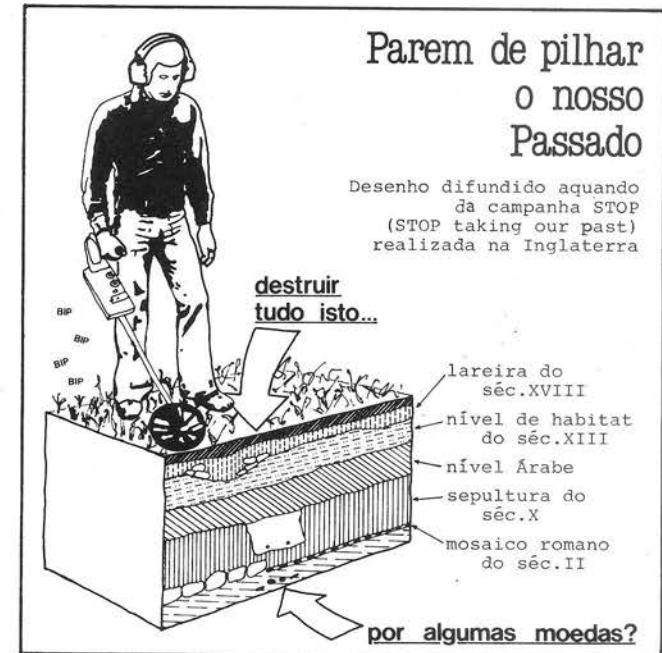
«A detecção é normalmente apresentada como um passatempo inocente, inofensivo, que constitui além do mais uma excelente introdução à história, um dos melhores meios de sensibilizar o público sobre o seu passado.» (1).

Contudo a realidade é bem diversa. A utilização dos detectores causa estragos irremediáveis e é de tal modo gravosa que países como a Irlanda, por exemplo, lançaram já uma campanha subordinada ao tema «A Natureza regenera-se, o Património Arqueológico nunca».

Por outro lado, o utilizador do detector de metais é um escavador clandestino que, além de poder ser alvo de procedimento judicial, lesa a colectividade privando-a de documentos quanta vez essenciais para o conhecimento do passado.

É preciso também dizer-se que o principal problema da detecção não é a recolha de alguns objectos metálicos (moedas, fibulas, etc), embora estes quase sempre ajudem a definir cronologicamente outros objectos ou estruturas associadas. O verdadeiro problema é que para recolher essas peças se destroem outras camadas arqueológicas, removendo-se todo um espólio que, fora do seu contexto, pouco ou nenhum valor tem.

Contudo o detector pode ajudar o arqueólogo na localização de objectos metálicos, permitindo a definição de áreas preferenciais de escavação ou apoio a crivagem de terrenos em casos de intervenções de emergência. Assim, alguns vendedores destes aparelhos tentam convencer-nos do seu contributo para a feitura da História, apontando a maior eficácia e rapidez em relação aos arqueólogos. Ora, se por um



Parem de pilhar o nosso Passado

Desenho difundido aquando da campanha STOP (STOP taking our past) realizada na Inglaterra

lado o interesse dos objectos encontrados é muito relativo e mais não tem do que a própria história da sua descoberta, por outro lado esses objectos vão, na maior parte dos casos, servir coleções particulares ou alimentar o negócio ilícito de objectos arqueológicos (nacional e internacional).

Entre nós, um dos casos mais flagrantes e divulgados é o de Tróia (Setúbal), uma estação romana classificada como Monumento Nacional e Zona de Proteção Especial que é todos os dias destruída pela intervenção de prospectores de tesouros. Assim se destroem estruturas no intuito de recolher algumas moedas, rapidamente vendidas a colecionadores particulares. Como se a Tróia não bastasse já o facto de estar abandonada e desprezada, entregue à voragem do tempo, também os pesquisadores de

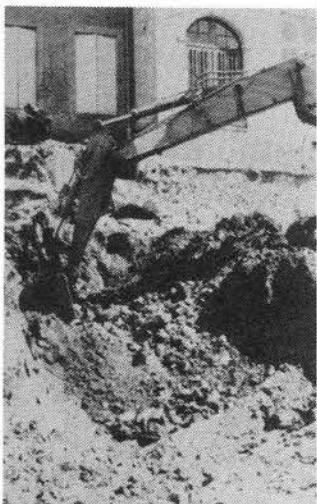
tesouros contribuem para a sua rápida degradação.

Tróia será apenas um caso entre muitos de que não se fala. Educar e sensibilizar as pessoas que, por vezes ingenuamente, pensam contribuir para o melhor conhecimento do nosso passado, é uma tarefa a empreender urgentemente pelos arqueólogos e responsáveis pelo Património Nacional.

Luis Barros

NOTA:

(1) Texto traduzido de «Archeologia», N.º 187/Fevereiro de 1984 – artigo «Detecteurs de metaux – le Patrimoine Archéologique en Péril», de Henri Gaillard de Sémainville e Catherine Gosselin.



METZ – DO AFRONTAMENTO AO COMPROMISSO

Tal como noticiámos no n.º 2 de «al-madan», importantes estruturas galo-romanas foram destruídas arriscando-se outras a desaparecer devido a obras de construção civil na cidade francesa de Metz.

Tudo isto evitável se a devido tempo a Direcção Regional de Antiguidades Históricas de Lorraine tivesse intervindo e se o Município, proprietário do terreno e convededor da sua riqueza arqueológica, tivesse tomado as devidas precauções.

Deste modo, 80% da estação desapareceu.

A 13 de Dezembro de 1983 foi finalmente assinado um compromisso entre o Estado e o construtor, permitindo aos arqueólogos proceder a trabalhos faseados em duas zonas (A e B), sendo a B cedida aos investigadores até 30 de Junho de 1984 e a zona A até 31 de Julho de 1988. Desta modo serão salvos cerca de 400 m² dos perto de 3000 inicialmente ocupados pelo parque de estacionamento e por onde se desenvolviam as estruturas arqueológicas.

Com tudo isto, é ao Estado e à Autorquia a quem cabe pagar todo o trabalho de arqueologia, custos que poderiam ser suportados em parte pelo construtor já que é ele que vai lucrar com as construções(*).

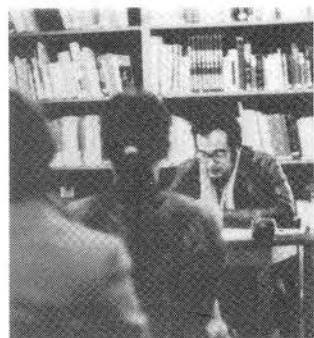
Um exemplo que também nos leva a pensar quantos casos idênticos têm ocorrido no nosso País e mais concretamente em Almada, infelizmente ainda sem qualquer tipo de compromissos finais que garantam a salvaguarda seja do que for.

(*) adaptado de um artigo de Christine Richet publicado no n.º 187 da revista «Archeologia» (Fevereiro de 84).

LB

OS DESCOBRIEMENTOS E A «OUTRA BANDA»

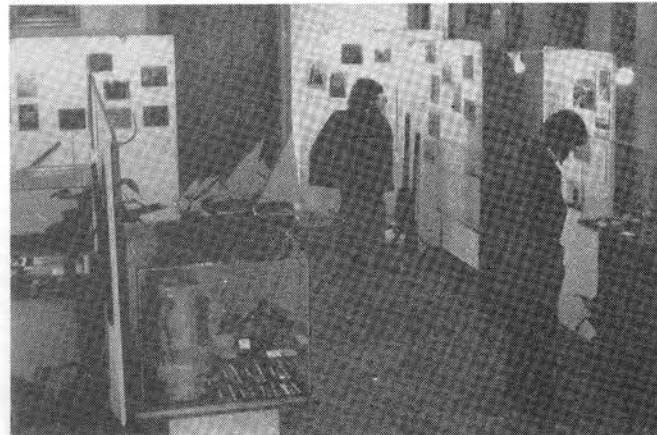
Sob a designação de «Os Descobrimentos e a outra banda», um variado leque de actividades se desenrolou em Almada em finais do ano passado. Procurou-se assim tornar conhecida do grande público a história regional da margem Sul do Tejo no período compreendido entre os sécs. XV e XVII.



De 1 a 23 de Dezembro, a sede dos Bombeiros Voluntários de Almada e a Biblioteca Municipal foram palco de duas exposições simultâneas onde, através da fotografia, peças e modelos, bibliografia e documentos vários, se pretendeu ilustrar o desenvolvimento económico, social e arquitectónico de toda uma vasta região (Almada a Alcochete), bem como a sua contribuição para a expansão portuguesa da época.

Jorge Raposo

aspecto da exposição aquando da sua montagem no salão nobre da Câmara Municipal de Alcochete.



Nesta realização se incluiu também uma sessão de música experimental a cargo do agrupamento almadense «Percustra», iniciativa que levou bastante público à sala de teatro da Academia Almadense.

Paralelamente, «Património construído da zona de Almada» (Luís Barros/CAA), «Peregrinação de Fernão Mendes Pinto na Antropologia Renascentista» (Dr. Luís Filipe Barreto) e «Os Descobrimentos e a outra banda» (Dr. António Nábalis), foram tema de colóquios levados a cabo no edifício da Biblioteca Municipal.

Organizada pelo Centro de Arqueologia de Almada, a iniciativa contou com a colaboração das autarquiás de Almada, Alcochete, Barreiro e Seixal, Bombeiros Voluntários de Almada, Academia Almadense e Misericórdia de Almada e ainda com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

Posteriormente, e correspondendo ao interesse suscitado pela exposição principal, ela circulou já por outros dos concelhos abrangidos na sua temática – Alcochete, Moita e Baixa da Banheira foram locais onde esteve patente, prevendo-se a sua montagem em vários outros pontos desta região.



Arco gótico inserido na parede de uma habitação a demolir. Em baixo apresenta-se uma das pedras que o constituíam.

GRUPO DE ARQUEOLOGIA NA BAIXA DA BANHEIRA

Desde princípios deste ano que na Escola Secundária da Baixa da Banheira tem vindo a ser dinamizado um grupo de arqueologia que promete vir a colmatar uma grave lacuna existente na região em termos de Arqueologia e Defesa do Património.

A primeira intervenção deste grupo realizou-se devido a obras de substituição de esgotos na vila da Moita. Assim, com o apoio da Câmara da Moita, de alguns professores da escola e do Centro de Arqueologia de Almada, procedeu-se a cravação das terras saídas das valas abertas para colocação dos canos. Os resultados, não sendo extraordinários (apareceram apenas alguns fragmentos de faianças dos sécs. XVII e XVIII, porcelanas da mesma época e diversos fragmentos de cerâmica comum e vidro), tiveram o mérito de pôr pela primeira vez um apreciável grupo de jovens em contacto com os vestígios do passado.

A segunda acção de dinamização realizou-se na Escola Secundária e nela foram projectados diapositivos a fim de familiarizar o grupo, não só com as técnicas de prospecção e de escavação, mas igualmente com os materiais dos mais diversos períodos arqueológicos. Ao mesmo tempo, o Centro de Arqueologia de Almada ofereceu alguns exemplares da sua revista «al-madan» e de outras publicações, iniciando-se assim a biblioteca do Grupo.

Pouco tempo volvido nova intervenção – uma casa em Alhos Vedros, junto ao largo do Pelourinho, revelou ao ser demolida a existência de um arco gótico.

Além da recolha e numeração das pedras que o constituíam, procedeu-se a uma sondagem que permitisse detectar quaisquer outros vestígios aí existentes.

Dos trabalhos, igualmente apoiados pela Autarquia da Moita e enquadrados pelo CAA, resultou a localização de mais alguns elementos do arco (ainda enterrados) e a constatação da quase esterilidade arqueológica da zona.



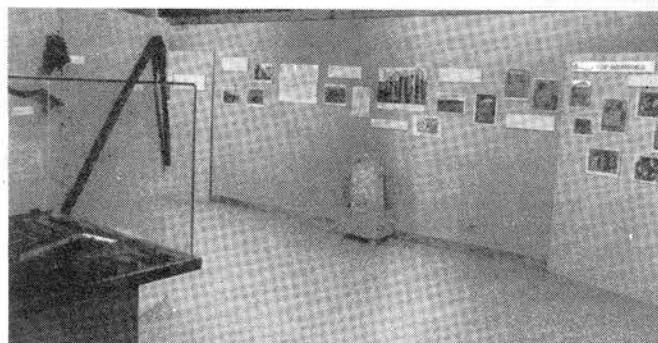
Ainda a convite do Centro, alguns elementos do Grupo deslocaram-se a Almada, tendo visitado as instalações desta associação e colaborado em acção de limpeza efectuada na Igreja da Misericórdia de Almada.

Fazemos votos sinceros de que este Grupo vingue e a ele daremos todo o apoio que nos for possível.

MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL

2 anos de actividade

No prosseguimento do projecto de ligação do Museu Municipal do Seixal à comunidade em que está inserido, têm sido desenvolvidas actividades sobre os mais variados aspectos histórico-culturais. Assim, durante o presente ano, o Museu Municipal do Seixal organizou uma exposição subordinada ao tema «1383/1385 – A REVOLUÇÃO E A MARGEM ESQUERDA», bem como a edição de um Boletim Municipal Especial com divulgação de textos alusivos à participação da região norte do distrito de Setúbal nos acontecimentos da Revolução.



Em colaboração com as escolas primárias, preparatórias e secundárias do concelho do Seixal, foi organizada uma exposição sobre o «MEIO AMBIENTE», que foi apresentada ao público durante as comemorações do Dia Mundial da Árvore e da Floresta e se prolongou até ao Dia Mundial do Ambiente. Esta exposição, de carácter itinerante, esteve patente em diversas escolas do concelho e foi acompanhada de acções de sensibilização à defesa do património natural, tais como: passagem de filmes, teatro e colóquios. Ainda no âmbito destas comemorações foi editado um folheto sobre a importância da salvaguarda e preservação do património natural.



Com o objectivo de comemorar o 10.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, o Museu Municipal do Seixal com o apoio da Comissão Coordenadora para as Comemorações do 25 de Abril no Concelho do Seixal, realizou o seguinte programa: exposição sobre o 25 de Abril, com uma panorâmica histórica desde a 1.ª República até aos nossos dias, que esteve à disposição do público no Independente Futebol Clube Torrense (Torre da Marinha), na Escola Secundária do Seixal e na Sociedade Filarmónica União Arrentelense (Arrentela); colóquios subordi-



nados aos temas Colonialismo, Associativismo e Cooperativismo, realizados em colectividades do concelho; cinema com a passagem dos filmes «Acto dos Feitos da Guiné», «Deus, Pátria, Autoridade» e «Bom Povo Português». Também o teatro fez parte deste programa com a representação da peça «Tempos Difíceis», de Romeu Correia, pelo Grupo de Campolide (Companhia de Teatro de Almada).

Ainda no âmbito das comemorações do 10.º aniversário da Revolução de Abril e com o objectivo de dar a conhecer o que foi a negra noite fascista, esteve patente na Sociedade Musical 5 de Outubro (Paio Pires) uma exposição fotográfica alusiva ao «TARAFAL – CAMPO DA MORTE LENTA», com o apoio da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses.

exposição «1383/1385 – a Revolução e a margem esquerda».

exposição comemorativa do 10.º Aniversário do 25 de Abril.



Tal como tem sido hábito em anos anteriores, realizou-se uma vez mais a Semana da Mecanotécnica, organizada pela Escola Secundária do Seixal, na qual esteve presente a exposição «DOS VIDROS DE COINA À FÁBRICA DE VIDROS DA AMORA – cinco séculos da indústria do vidro em Portugal», organizada pela Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa e Museu Municipal do Seixal.

ao lado:
exposição «Cinco séculos da Indústria do Vidro em Portugal».

aspecto de uma das muitas visitas guiadas.

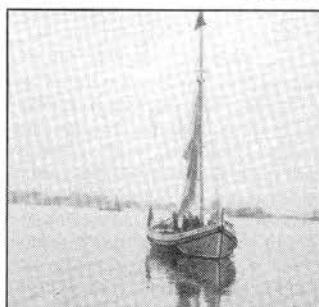
Já no mês de Junho, esteve também patente ao público no Museu Municipal do Seixal, uma exposição colectiva de pintura, «ENCONTRO COM O SEIXAL», de autoria dos artistas plásticos Kira, Frederico Mendes e Victor Ferreira.

De referir ainda, na passagem do 2.º aniversário da inauguração do núcleo sede do Museu Municipal do Seixal, 18 de Maio – Dia Internacional dos Museus, a edição de um cartaz alusivo à comemoração e de divulgação deste local de irradiação histórica e cultural.

Durante este segundo ano de existência o Museu Municipal do Seixal foi visitado por cerca de 12 000 pessoas – 47 visitantes/dia –, número superior ao que foi registado no primeiro ano. Muitos dos visitantes faziam parte da população escolar (primária, preparatória e secundária) do Concelho, e de outros Concelhos limítrofes (Almada, Barreiro, Lisboa, etc.) – cerca de 60% do número total. Contudo é necessário salientar que no dia 25 de Abril de 1984 o Museu Municipal recebeu 1372 visitantes.

Estas visitas não têm um carácter esporádico, antes se integram no programa regular de visitas guiadas, que o Museu Municipal organiza pelos seus diversos núcleos e pelo Concelho. Neste âmbito têm-se organizado viagens de Falua pelo estuário do Tejo, em que já participaram mais de 1500 pessoas, ligadas quer às escolas quer às colectividades.

RB e FF



PRÉMIO EUROPEU DO MUSEU DO ANO

O Museu Municipal do Seixal, juntamente com 71 museus de toda a Europa, entre os quais o Museu Municipal de Santiago do Cacém e o Museu Nacional Soares dos Reis, foi candidato ao Prémio Europeu do Museu do ano de 1983.

Nos passados dias 3 e 4 de Maio, realizou-se em França, no Museu de Arte Moderna da cidade de Paris, um seminário durante o qual foram feitas diversas conferências subordinadas à problemática museológica.

Os museus portugueses, na publicação final que tece algumas considerações em relação aos museus candidatos, são destacados da seguinte forma:

«Em Portugal, ficámos fortemente impressionados pelo estilo e eficácia dos novos museus do Seixal e de Santiago do Cacém, assim como pelas im-

portantes actividades extra-muros do Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto. Em todos estes lugares, talento, entusiasmo e originalidade excepcionais têm dado resultados que poderiam tornar-se impossíveis de obter em museus clássicos e em países mais ricos».

O prémio em causa foi atribuído ao Museu Regional de Sargans (Suíça). **AN**

COMISSÃO MUSEOLÓGICA DISTRITAL

Na sequência dos 1.º e 2.º Plenários de Museus do Distrito de Setúbal, iniciativa do Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, diversos encontros se têm posteriormente realizado, agora já da responsabilidade da Associação de Municípios deste mesmo distrito e tendo em vista a constituição da Comissão Museológica Distrital de Setúbal.

ACTIVIDADES DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA DO DISTRITO DE SETÚBAL

Dia Internacional dos Museus – 84

No dia 18 de Maio de 1984, Dia Internacional dos Museus, foi promovida pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal uma acção integrada, dirigida aos estabelecimentos de ensino da cidade e que teve por tema «Actividades Artesanais da Cidade de Setúbal».

A referida realização constou de:

- abertura de uma exposição constituída por documentação gráfica e fotográfica da autoria de Rogério e por instrumentos e produtos de trabalho artesanal;

- visita guiada ao Centro Histórico de Setúbal e encontro com artesãos que ainda operam naquela área da cidade;

- sessão de poesia dita por Carlos Rodrigues, do Teatro de Animação de Setúbal, e dedicada ao poeta popular setubalense António Maria Eusébio, calafate de profissão.

Na acção desenvolvida durante o Dia Internacional dos Museus participaram 600 estudantes e foi a seguinte a mensagem que se pretendeu transmitir:

«Relembrar alguns ofícios artesanais caracteristicamente urbanos, não de forma saudosista mas integrados no seu tempo histórico, num período pré e proto-industrial, em que o artífice começava e acabava a sua obra. Havia então uma relação mais estreita entre o Homem e o resultado do seu trabalho. O trabalho não surgia como uma excrescência na

vida do artífice mas confundia-se com ela e dava-lhe sentido. A concepção globalista da produção, que o artesão podia ter, desapareceu com a industrialização. O operário raramente chegará a ver a imagem final do objecto para o qual contribuiu directa ou indirectamente em uma das fases de execução».

«O trabalho como realização do ser humano tem na actividade artesanal e em todo o edifício conceptual que aquela comporta as melhores condições de concretização. Impõe-se, pois, aproveitar o valor pedagógico inherente ao trabalho artesanal e reter os conhecimentos que ele transporta, à margem da erudição».

«Neste âmbito, reacendemos aqui uma velha aspiração que talvez encontre eco na cidade: salvar as rendas de bilros de Setúbal através da criação neste museu de uma OFICINA DE RENDILHEIRAS DE BILROS».

Inicialmente vocacionadas para a cooperação entre os diversos museus, racionalizando o aproveitamento das características e potencialidades de cada um por si, as actuais reuniões têm debatido questões mais gerais de orientação em relação a aspectos muito particulares da actividade museológica.

Um dos assuntos que passou das primeiras reuniões para estas foi a elaboração de um Roteiro dos Museus do Distrito, onde basicamente fosse descrito o espólio mais importante, a sua história, localização e horário, etc. Este trabalho está já em fase de elaboração.

Pode pois concluir-se existir neste momento a nível distrital, a intenção de implantar museus municipais em quase todos os concelhos, apesar da constatação de que os existentes lutam com duas carências fundamentais: espaço e verba.

LB

Encontro Nacional de Arqueologia Urbana

Realizar-se-á nos dias 7, 8 e 9 de Dezembro de 1984 o I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, promovido pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

As intervenções arqueológicas em áreas urbanas revestem-se habitualmente de condicionalismos bastante desfavoráveis devido em grande parte à inexistência de legislação adequada. E embora se venha recomendando nas conferências gerais da Unesco, de forma bem explícita, desde 1968, a criação pelos Estados membros de legislação que proteja o patrimônio arqueológico e cultural, a prática arqueológica encontra, entre nós, a maior dificuldade em se efectivar nas áreas onde talvez mais se justifique, onde a memória colectiva, como principal referência da esfera social, se comporta como a argamassa de uma estrutura tão heterogé-

nea e complexa como a da população de uma cidade.

Possuímos já a nível nacional um conjunto de intervenções no domínio da Arqueologia Urbana que importa analisar e daí extrair as directrizes de actuação futura, enformadas por todas as experiências cujos processos de desenvolvimento permanecem desconhecidos para grande parte dos arqueólogos e para o público em geral.

No decorrer do Encontro devem ser tratados a legislação, a metodologia e especialmente os resultados concretos de escavações arqueológicas efectuadas em perímetros urbanos, pois são estes últimos que constituem a ossatura da história dos espaços em que habitamos. Reivindica-se hoje para simples conjuntos arquitectónicos orgânicos o estatuto até há poucos anos reservado à chamada arquitectura monumental. Esta reivindicação surge num contexto de valorização do «normal», do «quotidiano», do que foi produzido não excepcionalmente e como forma de «ostentação» mas que surgiu em consequência da satisfação de simples e comuns necessidades históricas. E é aqui que a Arqueologia, mais do que qualquer outra disciplina, poderá tornar inteligível quer o patrimônio construído quer o móvel e, de forma mais globalizante, refazer o percurso histórico da cidade.

Em Setúbal, Braga, Coimbra, Faro, Lisboa, Beja, Évora, Mertola, Almada, Silves, Alcácer do Sal, Tomar, Santarém, as experiências sucedem-se. Confrontá-las será o objectivo último deste *Encontro sobre Arqueologia Urbana*.

A organização desta reunião científica contará com o apoio do Instituto Português do Patrimônio Cultural, Fundação Calouste Gulbenkian, Região de Turismo de Setúbal e DEPA.

Quintas de Setúbal: que futuro?

Nos próximos meses de Outubro e Novembro realizar-se-á no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal um ciclo subordinado ao tema «Quintas de Setúbal: que futuro?».

Este ciclo, que contará com a colaboração da DEPA, será integrado por conferências, exposições, diaporamas, visitas guiadas, acções didácticas abertas à participação das escolas, e um debate final organizado sob a forma de mesa-redonda.

MAEDS





A ESCOLA E A ARQUEOLOGIA

Por iniciativa do grupo de professores formandos de História da Escola Secundária da Amora, foi criado nesta escola durante o corrente ano lectivo um Núcleo de Arqueologia e História.

Com o objectivo de fazer despertar nos jovens outros interesses e de divulgar a ciência arqueológica, relacionando-a com a História, esta iniciativa tem tido grande adesão por parte dos alunos e tem contado com o apoio da Secção Cultural da escola, do Museu Municipal do Seixal e do Centro de Arqueologia de Almada.

Nas actividades até hoje realizadas, contam-se um colóquio de sensibilização (Dezembro de 83), seguido de outros subordinados aos temas «prospecção arqueológica», «a escavação», «desenho e fotografia arqueológica» e «conservação e restauro», dinamizados por elementos do Museu Municipal do Seixal e do CAA.

Teve lugar ainda em Fevereiro uma exposição sobre «História e Métodos da Arqueologia», cedida pelo CAA.

Nas férias da Páscoa realizou-se uma prospecção arqueológica na Qta. de S. João (Arroncalha), em local onde nos anos 40 e durante a surruba dos terrenos, foram encontrados alguns

vestígios romanos dados como de um cemitério. Com o fim de, por um lado confirmar que se tratava de uma necrópole e, por outro, saber se ainda restavam vestígios intactos, tentou-se a sondagem (limitada à exploração parcial de um talude no terreno e com características essencialmente didácticas, visando familiarizar com as técnicas arqueológicas jovens sem qualquer experiência anterior) que permitiu a recolha de diverso material romano (moedas do séc. IV d.C., fragmentos de lucernas, «terra sigillata», ânforas e cerâmica comum).

Realizaram-se também dois colóquios sobre «arquivo histórico» e «publicações periódicas», complementando um conjunto de informações sobre como fazer o levantamento da História Local.

Prevê-se ainda a exibição de alguns filmes sobre métodos de arqueologia de campo e de laboratório, bem como, dado o interesse demonstrado pelos alunos, a continuação da prospecção na Arroncalha durante as férias de Verão.

Tal iniciativa tem-se revelado positiva e é pena que outras escolas não tentem realizações deste tipo.

Fernanda Gomes



I ENCONTRO DE JOVENS DO DISTRITO DE SETÚBAL

No passado do dia 19 de Maio, realizou-se em Setúbal o I Encontro de Jovens do Distrito de Setúbal, promovido pelo Movimento Dynamis e ao qual o Centro de Arqueologia de Almada enviou 2 representantes.

O Encontro tinha a seguinte Ordem de trabalhos:

- I – ocupação de tempos livres.
- II – actividades associativas.
- III – possibilidade de intercâmbio de experiências.
- IV – lançamento de um projecto comum com vista à comemoração do Ano Internacional da Juventude (1985).

É de lamentar o fraco nível de aderência ao Encontro: das 70 Associações convidadas somente 13 estiveram presentes (além do CAA, compareceram delegados da Casa de Cultura da Juventude do Barreiro, Clube de Montanhismo de Azeitão, jornal «Raio de Luz» e Rádio Voz de Setúbal, sendo os restantes membros de Associações de Estudantes de algumas Escolas do Distrito de Setúbal).

COMEMORAÇÕES EM BELVER

Iniciaram-se em 6 de Maio último e prosseguem até ao próximo dia 30 de Junho, as Comemorações do 790.º aniversário de doação de D. Sancho I à ordem dos Hospitalários para a construção do Castelo da vila de Belver (distrito de Portalegre).

Do programa salientamos a apresentação de uma monografia histórica de Belver; torneio de jogos tradicionais; festival de folclore; concurso de desenho infantil sobre o Castelo; exposições de «História Comparada de Arquitectura Medieval Religiosa Portuguesa», artesanato regional e «Armamento e Equipamento Militar dos sécs. XII a XVIII», mesa-redonda sobre temas históricos, artísticos, arqueológicos e turísticos da região; apresentação e debate da obra «Belver ao tempo dos romanos»; inauguração da electrificação do Castelo; concurso juvenil de temas históricos sobre Belver, etc.

Contando com o apoio de diversas entidades, eis um conjunto de iniciativas de louvar e que tão necessárias se tornam para o conhecimento da nossa História Regional.

JR



DESAPARECEU UM HISTORIADOR ALMADENSE

A 3 de Março do corrente ano, morreu o Conde dos Arcos, aquele que foi um dos raros historiadores da nossa terra.

Nascido em Lisboa a 12 de Março de 1899, o Conde dos Arcos, de seu nome completo José Manuel de Noronha e Brito de Meneses e Alarcão, deixou-nos de sua lavra dois livros — «Caparica através dos séculos» I e II (editados pela Câmara Municipal de Almada em 1972 e 1974, respectivamente), alguns artigos em jornais e diversos trabalhos de investigação na revista «Estremadura».

O seu trabalho, grande contributo para o conhecimento da freguesia de Caparica, onde era proprietário da Quinta da Torre, é ainda hoje o único auxiliar válido para os investigadores, estudantes e curiosos que desejem conhecer a dita freguesia.

Almada está pois mais pobre! Aos seus familiares o Centro de Arqueologia de Almada apresenta as mais sentidas condolências.

AS e MJP

LB

o caso do semestre

in «Al-madan»
N.º 2, pág. 96

1as JORNADAS LUSO-BRA-SILEIRAS DO PATRIMÓNIO

De 12 a 16 de Março do próximo ano realizar-se-ão, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, as Primeiras Jornadas Luso-Brasileiras do Património, organização da iniciativa do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.

Contando com o apoio da Fundação Gulbenkian, dos Ministérios da Cultura, Educação e Negócios Estrangeiros e instituições brasileiras, estas jornadas terão como tema toda a problemática que concerne ao património edificado não monumental. Em simultâneo poderá ser apreciada uma exposição sobre as questões em debate.

Toda a correspondência deverá ser dirigida a:

Secretariado Permanente das 1as Jornadas Luso-Brasileiras do Património

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa

Departamento de Arquitectura

Largo da Academia Nacional de Belas Artes
1200 LISBOA

Ao seu interesse em participar numa tal iniciativa terá de acrescentar pelo menos 35.000\$00 que é quanto custa a inscrição!

AL

Custo de Inscrição	
Participante	Esc. 35.000\$00 US\$235
Acompanhante	Esc. 15.000\$00 US\$100

Comunicações
Para informação sobre temas consulte o temário constante do folheto anexo.
As comunicações não deverão exceder cinco folhas dactilografadas formato A-4 a dois espaços. Podem ser individuais ou de grupo.
A data limite para recepção das comunicações é 30 de Janeiro de 1984.
Cada comunicação deverá ter anexa uma *síntese do assunto* num máximo de oitenta palavras.

Reserva de Hotéis
O participante poderá optar por uma das três hipóteses seguintes:
 1. Adicionar ao preço da inscrição o valor das diárias no hotel escolhido.
 2. Utilizar directamente a Agência de Viagens e Turismo ZEPA, R. Capelo, 22 - 1200 Lisboa - Tel. 370191, ou Agência WALPAX, R. Visconde de Pirajá, 547 - 20.000 R.J. - Tel. 2591996
 3. Fazer directamente a sua reserva pelos meios que achar mais convenientes.

Assinale o hotel da sua preferência

Individual	Duplo
PENTA **** Esc. 3450\$00/US\$30,00 <input type="checkbox"/>	Esc. 4370\$00/US\$38,00 <input type="checkbox"/>
FENIX **** Esc. 2150\$00/US\$18,70 <input type="checkbox"/>	Esc. 2875\$00/US\$25,00 <input type="checkbox"/>
JORGE V *** Esc. 2220\$00/US\$19,30 <input type="checkbox"/>	Esc. 2690\$00/US\$23,40 <input type="checkbox"/>

Ficha de inscrição
enviada pela organização



Seleção de Paulo Espírito Santo

«PINTURAS DESCOBERTAS NO PALÁCIO DE S. BENTO»

«As obras que estão a decorrer numa das salas do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na Assembleia da República, revelaram pinturas murais, representando o que parecem ser figuras da antiguidade clássica e que poderão datar do séc. XIX [...]»

«Está previsto que as paredes da sala, onde foram encontradas as pinturas, sejam cobertas com papel de parede hoje de manhã, segundo informou um dos trabalhadores, que adiantou serem as pinturas feitas em tinta de óleo, de grande duração.»

O Globo, 18/1/84

«HÁ QUE PRESTAR CONTAS DAS ANOMALIAS DA XVII^a»

«Cinco meses depois da data do encerramento da XVII^a, apenas num dos seus núcleos se pode, actualmente, prever a data de reabertura ao público.

Os cinco centros em que, de Maio a Outubro do ano passado, decorreu a exposição patrocinada pelo Conselho da Europa encontram-se parcial ou totalmente encerrados ao público. [...]»

Afinal, passado apenas meio ano do encerramento da XVII^a, a qualidade dos restauros já é criticada em vários núcleos, onde se reclamam novas obras para corrigir imperfeições que chegam ao extremo de permitir infiltração de águas das chuvias. [...]»

É precisamente por isso que todos temos direito de reclamar explicações sobre as anomalias verificadas – e de que continuamente se vai tendo notícia – pois não é legítimo exigir constantes sacrifícios a uma população que assiste a estes (e outros) esbanjamentos.

Há que prestar contas da XVII^a até ao último tóstão e chamar à responsabilidade quem tem a obrigação de as prestar.»

O Diário Popular, 10/4/84

«MUSEU DE TIBÃES À VENDA – GOVERNO INTERESSADO»

«Os actuais proprietários do Convento de Tibães desmentiram boatos que circulam em Braga, segundo os quais o edifício teria sido vendido a particulares. [...]»

Um dos proprietários negou que o convento tivesse sido vendido, embora estejam interessados na venda, mas aguardando as propostas do Governo. [...]»

O Jornal de Notícias, 2/2/84

«CONVENTO VENDIDO A PREÇO DE SALDO»

«Esquecido pelo Estado, apesar de sucessivas visitas ministeriais, o Convento de S. Cristóvão de Lafões, cuja construção remonta ao tempo de Afonso Henriques, foi vendido a um particular por quatro mil contos, o preço de um andar de segunda ordem na periferia de Lisboa. [...]»

O Estado fora já alertado para a situação e para as facilidades de compra do convento, aquando da realização do Congresso de Turismo e Termalismo, realizado em S. Pedro do Sul em 1969 e foram sucessivos os representantes do Governo que por ali passaram, afirmando-se interessados na aquisição. [...]»

Notícias da Tarde, 25/1/84

«VILA REAL É CIDADE QUE NÃO TEM MUSEU»

«A cidade de Vila Real é a única do país que não tem um museu – afirmou a O Comércio do Porto o padre João Parente, delegado do IPPC. [...]»

Há que referir, a propósito, que em Vila Real existiu, até há cerca de uma dúzia de anos, um importante museu etnográfico que desapareceu após as obras de adaptação e remodelação do edifício da Assembleia Distrital, na Avenida Carvalho Araújo.

As peças desse museu, ao que sabemos, andam espalhadas por vários «sótãos» de Vila Real, a degradarem-se, como é óbvio, enquanto aguardam que esta cidade venha a adquirir o museu há tanto tempo desejado.»

Alexandre Parafita, O Comércio do Porto, 17/2/84

«O ESTRANHO CASO DE UM SUBSÍDIO»

«Vila Real – Está a provocar certa celeuma o que se terá passado com a concessão de um subsídio de 75 contos, enviado pela Secretaria de Estado da Cultura para um grupo cultural cuja existência ninguém parece conhecer e que seria de Vilarinho da Samardã, neste Concelho. [...]»

O mais curioso é que, antes da concessão do subsídio, a Câmara Municipal de Vila Real remeteu à SEC um parecer desfavorável sobre essa concessão.

Apesar disso, o subsídio foi concedido a esse grupo cultural, de muito incerta existência, ao que se diz, pela simples petição de uma pessoa e contra o parecer de uma entidade responsável. [...]»

O Jornal de Notícias, 21/3/84

«MOEDAS DE PRATA DESAPARECEM DO MUSEU»

«Do Museu Municipal de Viana do Castelo desapareceram 80 moedas de prata, no valor de mais de um milhar de contos, parte de um conjunto de 224 encontradas em tempos, em potes velhos, no antigo Palácio das Cunhas, naquela cidade.

Trata-se de moedas do séc. XVIII, cunhadas nos reinados de D. João V, D. José e D. Maria e que depois do achado foram enviadas para Coimbra e Lisboa a fim de serem limpas e estudadas por especialistas. Posteriormente foram confiadas ao Museu de Viana do Castelo que decidiu expor 110, guardando as restantes em local que se pensava bom para o efeito.

Foi deste local, a que poucas pessoas têm acesso, que desapareceram agora as valiosas moedas, caso que a Polícia Judiciária está a investigar.»

O Capital, 18/2/84

«CÂMARA DE BRAGA ACUSADA DE VIOLAR O PATRIMÓNIO»

«Foi nesta semana requerida ao Governo a instauração de um inquérito à actuação do município bracarense pela Associação de Defesa do Património de Braga (ASPA). [...]» A Câmara é acusada de demolições selvagens de imóveis classificados (Casa dos Crivos, na Rua de S. Marcos) ou de interesse arquitectónico incontestável (Casa da Prelada, na Rua do Raio); viabilização ou licenciamento de novas construções em áreas de protecção, sem consulta ao IPPC (o caso mais recente é o de uma vivenda na Rua de Sá de Miranda); legalização e aditamento a projectos de obras inicialmente aprovados pelo IPPC e que alteram a volumetria, a altura ou a mancha de implementação anteriormente previstas e autorizadas.»

O Expresso, 28/1/84

«DESCOBERTA A MAIS ANTIGA IMAGEM DE LISBOA»

«A mais antiga imagem conhecida da cidade de Lisboa foi recentemente revelada num livro sobre *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, escrito por um funcionário da Assembleia da República.

Na imagem, datada de 1346, vêem-se as muralhas que então rodeavam a urbe, o Tejo, a Sé, o Paço Real do Lameiro e o Mosteiro de S. Vicente de Fora.

Curiosamente, esta representação da cidade não está numa pintura ou desenho mas sim num selo de cera verde escura autenticando um documento medieval. [...]»

Notícias da Tarde, 8/3/84

«CASA RURAL QUINHENTISTA É DE INTERESSE PÚBLICO»

«Na sequência de contactos efectuados entre o Ministério da Cultura e o Grupo Etnográfico de Defesa do Património da Região da Pampilhosa, está já a ser elaborado um projecto de restauração e respectivo orçamento.

Entretanto, e de acordo com esse mesmo relatório, a casa será, entre outras funções, local de exposições temporárias, auditório, biblioteca e arquivo. No pátio interior e eira prevê-se a realização de acções culturais ao ar livre, enquanto nos terrenos anexos, com grande área, se projecta a construção de um parque desportivo com piscina. [...]»

após diversas diligências [...] aquela casa foi classificada como património de interesse público, adquirida pela Câmara Municipal da Mealhada e alvo das atenções do Ministério da Cultura, que terá garantido ao Grupo apoio na defesa daquele documento do século XVI.»

O Diário de Notícias, 30/1/84

«IMPORTANTES ESCAVACOES ARQUEOLÓGICAS»

«FARO – Sete túmulos romanos foram encontrados em pleno centro da cidade de Faro, na sequência de escavações para a construção de um edifício.

O Grupo de Arqueologia da Universidade do Algarve, que se encontra a investigar o achado, presume que os túmulos sejam do séc. III ou IV da Era Cristã e que façam parte da necrópole do Bairro do Colégio. [...]»

Do material recolhido até agora, e que está a ser depositado no Museu da Cidade, destacam-se copos de vidro, anforas e uma lucerna (candeia em barro). [...]»

FAFE (Braga) – Uma nova campanha de escavações arqueológicas decorre presentemente no Castro de Santo Ovídio, em Fafe.

Financiados pelo Município local, os trabalhos são orientados por técnicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. [...]»

O Diário Popular, 14/4/84

«AMEAÇA RUÍNA A SÉ DA GUARDA»

«Guarda – Segundo declarações do historiador Adriano Vasco Rodrigues, a sé catedral da Guarda «ameaça perigosamente ruína», devido ao esmagamento de pedras da estrutura das abóbadas, à destruição das sapatas de suporte do monumento e à trepidação do movimento rodoviário. [...]»

O Diário Popular, 27/4/84

...à descoberta do passado!

através da arqueologia...
do património construído...
da história local...



pedidos a:
centro de arqueologia de almada
apartado 103 (torcatas)
2801 almada codex

...a defesa do património arqueológico e a sua recuperação socio-turística e a divulgação pública dos resultados da acção arqueológica em Portugal, foram considerados como prioridades no sentido da aceitação social do papel do arqueólogo. ...

debate «A Arqueologia que temos, a Arqueologia que queremos»
organização do CAA, 6/11/82

... não basta a preservação do património existente – é necessário recriá-lo quotidianamente, transformando a herança cultural recebida de forma a entregá-la viva em termos colectivos à sociedade futura...»

debate «(Re) Pensar o património»
organização do CAA, 14/11/82

... cometemos erros mas, a nosso ver, estes corrigem-se através da opinião crítica e é isso que esperamos de quem nos lê – «Al-madan» será fundamentalmente aquilo que os seus leitores e colaboradores quiserem que seja.»

editorial de «Al-madan», N.º 0
edição do CAA, Novembro de 1982

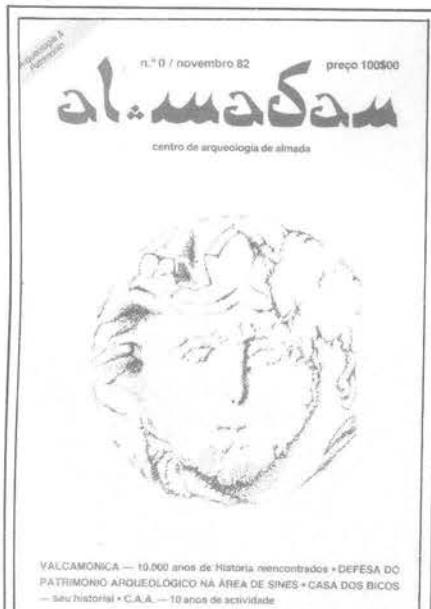
*Contribua para que tudo
isto seja possível...*

Colabore

connosco

ESTATUTO DO COLABORADOR

- «Al-madan» é uma publicação semestral fundamentalmente dedicada à informação e divulgação de temas relacionados com Arqueologia, Património e História Local.
- Com ela se pretende atingir um público o mais vasto possível, o que pressupõe uma linguagem não especializada, respeitando porém as exigências de rigor científico de cada tema particular.
- Por questões de operacionalidade e sistematização, o seu interior será subdividido em campos específicos de intervenção.
- Artigos de opinião, entrevistas e reportagens, trabalhos de divulgação histórico-arqueológica, noções elementares de diversas disciplinas, roteiro cultural (monumentos, museus, sítios arqueológicos, etc), crítica literária, noticiário da actualidade nacional e estrangeira, etc, são algumas rubricas com que se pretende atingir os objectivos acima enunciados.
- A colaboração nas suas páginas está aberta a todos, embora sujeita a critérios de qualidade e prioridade de publicação.
- Arqueólogos, investigadores, grupos ou associações de defesa do património, aqui encontrarão espaço para uma livre e aberta troca de opiniões e experiências.
- Artigos de fundo poderão ter um máximo de 10 páginas dactilografadas, acompanhadas de uma ilustração por página (caso existam ilustrações não passíveis de grande redução tipográfica, o seu número deverá ser inferior).
- Artigos de grande extensão poderão, de acordo com o autor, ser publicados em vários números.
- Notícias, roteiro, glossário de palavras, crítica literária, etc, poderão ir até duas páginas dactilografadas, acompanhadas de duas ilustrações.
- Casos excepcionais serão apreciados pelo corpo redactorial.
- Para cada número de «Al-madan» serão considerados os artigos recebidos até cerca de 45 dias antes da data prevista para o seu lançamento.
- Toda a colaboração é gratuita.
- Os originais serão devolvidos caso o autor o solicite.

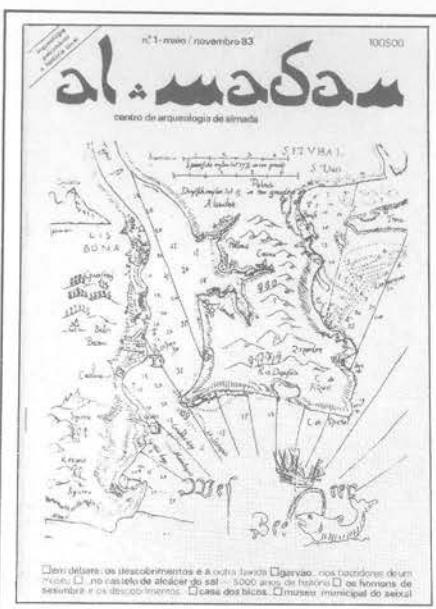


VALCAMONICA — 10.000 anos de História reencontrados • DEFESA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE SINES • CASA DOS BICOS — seu historial • C.A.A. — 10 anos de actividade

AL-MADAN n.º 0
novembro 1982
preço 100\$00

esgotado

— 10 000 anos de história reencontrados.
defesa do património arqueológico na área de sines.
casa dos bicos — seu historial.
os 10 anos de actividade do centro de arqueologia de almada.
questões da arqueologia nacional — entrevista com o Dr. Francisco Alves. tróia (de setúbal).
III encontro nacional de associações de defesa do património.
villa romana do monte da chaminé — seu enquadramento arqueológico.
cacilhas — uma experiência de arqueologia urbana.



Dez dossiers: os descobrimentos e a cova da piedade; Observatório, nos terrenos de Sesimbra; no castelo da Alcácer do Sal; 5000 anos de história; os homens de Sesimbra; e os descobrimentos; casa dos bicos; museu municipal do Seixal

AL-MADAN n.º 1
maio 1983
preço 100\$00

escavações arqueológicas no castelo de alcácer do sal.
casa dos bicos — exposição de arqueologia na poética renascentista.
métodos geofísicos aplicados na prospecção geológica de terrenos.
indústrias romanas de salga em portugal. três elementos arquitectónicos medievais do alentejo.
entrevista com Dr. António Carlos Silva. introdução à arqueologia II.
garvão — pretexto para visitar os bastidores de um museu.
em debate — os descobrimentos e a outra banda.
igreja de s. sebastião.
monumentos aos 40 mártires.
os homens de sesimbra e os descobrimentos...
museu municipal do seixal.



Dez dossiers: o rei de Portugal; os descobrimentos; a implantação da república em almada; alguns aspectos de uma escavação: método, técnica e registo; 1100 anos na história do local de s. vicente de fora; contributo da arqueologia; técnicas de datação; o «homem de orce»: seu significado e importância; escavações arqueológicas na ilha do pessegueiro; aconteceu na freguesia de s. teotónio; entrevista com... yoro fall; introdução a... arqueologia III; reportagem XVIIª exposição europeia de arte, ciência e cultura; especial... «os descobrimentos e a outra banda»; dossier património: a igreja da misericórdia de almada; o retábulo da igreja da misericórdia de almada; levantamento fotográfico do património/83; conhecer... o museu nacional de arqueologia e etnologia

AL-MADAN n.º 2
novembro de 1983
preço 150\$00

batalha da cova da piedade: 23 de julho de 1833 recordando a implantação da república em almada
alguns aspectos de uma escavação: método, técnica e registo
1100 anos na história do local de s. vicente de fora: contributo da arqueologia
técnicas de datação
o «homem de orce»: seu significado e importância
escavações arqueológicas na ilha do pessegueiro
aconteceu na freguesia de s. teotónio
entrevista com... yoro fall
introdução a... arqueologia III
reportagem XVIIª exposição europeia de arte, ciência e cultura
especial... «os descobrimentos e a outra banda»
dossier património: a igreja da misericórdia de almada
o retábulo da igreja da misericórdia de almada
levantamento fotográfico do património/83
conhecer... o museu nacional de arqueologia e etnologia

al-madan

para não danificar a revista pode fotocopiar este cupão.

Queiram considerar-me assinante da revista AL-MADAN a partir do n.º (inclusivé) e pelo período de um ano, (2 números), para o que envio:

cheque n.º s/o banco
vale do correio n.º

nome
profissão idade
morada
localidade telefone
código postal

assinatura

Condições válidas no Continente:
assinatura anual (2 números) — 250\$00

Condições especiais para sócios do CAA:
assinatura anual (2 números) — 200\$00

pedidos para:
Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 103 (Torcatas)
2801 ALMADA CODEX

Vista Geral - Cova da Piedade



Entrada do Jardim - Cova da Piedade

